

Laurinda Gil Mendes

# OS JUDEUS DE PENAMACOR E A INQUISIÇÃO

PROCESSOS de 1557 a 1778



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR  
ARQUIVO MUNICIPAL  
2010



Laurinda Gil Mendes

# **OS JUDEUS DE PENAMACOR E A INQUISIÇÃO**

PROCESSOS de 1557 a 1778

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR  
ARQUIVO MUNICIPAL  
2010



# Índice

|                                           |     |
|-------------------------------------------|-----|
| Agradecimentos.....                       | 7   |
| Introdução.....                           | 9   |
| Judeus em Portugal e no Mundo.....        | 11  |
| 1ª Grelha: Processos de 1557 a 1594.....  | 41  |
| Análise dos processos de 1557 a 1594..... | 44  |
| 2ª Grelha: Processos de 1606 a 1686.....  | 47  |
| Análise dos processos de 1606 a 1686..... | 56  |
| 3ª Grelha: Processos de 1703 a 1778.....  | 61  |
| Análise dos processos de 1703 a 1778..... | 77  |
| Conclusão.....                            | 81  |
| Anexo 1 .....                             | 83  |
| Anexo 2 .....                             | 95  |
| Bibliografia e fontes.....                | 129 |



## Agradecimentos

*Mal fora iniciada a secreta viagem,  
Um deus me segredou que não iria só.*

*Por isso a cada vulto os sentidos reagem  
Suponho ser a luz que o deus me segredou.<sup>1</sup>*

Fica aqui expresso o meu reconhecimento a Helena Duarte, Cecília Costa, Susana Pinto, Joaquim Nabais e Luísa Nabais, que me apoiaram no meu trabalho de pesquisa, transcrição e revisão de textos e tomadas fotográficas. Agradeço especialmente pelo interesse que demonstravam pelo meu trabalho, incentivando-me.

Laurinda Gil Mendes

---

1 FERREIRA, David Mourão, *Obra Poética*, Lisboa, Presença, 1988, p. 27



# Introdução

Este trabalho tem como principal objectivo fazer o levantamento sistemático dos processos do Tribunal da Inquisição relativos aos judeus nascidos ou ligados, por qualquer motivo, à vila de Penamacor. Processos estes que abrangem o período compreendido entre 1557 e 1778, que se encontram no A.N.T.T., cuja leitura está disponível online.

Numa primeira parte, apresentam-se aspectos com alguma relevância para a contextualização deste trabalho a nível histórico.

A segunda parte é constituída por três grelhas, agrupando os processos relativos a Penamacor, onde são apresentados os dados individuais de cada inquirido. A primeira diz respeito à segunda metade do século XVI e contém informação de todos os indivíduos a que tivemos acesso; o mesmo acontecendo para os séculos XVII e XVIII, contemplados na segunda e terceira grelhas respectivamente.

Cada grelha é constituída por doze parâmetros, assinalando em primeiro o Tribunal e datas, seguindo-se o nome e número de processo, crime/acusação, naturalidade, morada, filiação, estatuto social, profissão, estado civil, nome do cônjuge, outros dados e sentença. No final de cada grelha segue-se um pequeno comentário destacando os aspectos mais relevantes de cada uma delas.

Finalmente, apresentam-se algumas fotografias da vila de Penamacor, com marcas judaicas na arquitectura.

Em anexo, reproduzem-se cópias manuscritas (confissão) de um processo original que nos pareceu elucidativo do ponto de vista formal.



## Judeus em Portugal e no Mundo

Os judeus, povo desde sempre errante em busca da Terra Prometida pelo Deus de Moisés, nunca hesitaram em partir sempre que sentiam a sua segurança ameaçada pelos senhores do mundo, que, segundo os seus interesses ou humores do momento, lhes ditaram a sorte, sem contudo lhes quebrarem o zelo e diligência pelo trabalho e a capacidade de sobreviver e vingar na bonança pela fé e sentido de sobrevivência. Não poucas vezes partiram para o desconhecido, levando sempre a esperança de atingir ambiciosos objectivos, fossem eles de cariz religioso, intelectual ou financeiro, tornando acessível o seu progresso material e social. *É um caminhar que nos surpreende pela vontade, determinação, obediência a uma aliança, a uma lei que, mesmo em diáspora, resistiu a assimilações favorecendo uma identidade cujas sementes frutificaram em qualquer chão.*<sup>1</sup>

Permanecem na memória as perseguições e martírios a que os judeus foram sujeitos durante a Segunda Guerra Mundial, e não podemos deixar de nos comover com a sua capacidade de sofrimento e resistência perante os tormentos infligidos pelo racismo e anti-semitismo obsessivos da ideologia nazi. Tratados como vermes, milhões de judeus foram sacrificados entre 1933 e 1945, pretensamente em nome da pu-

<sup>1</sup> GARCIA, Maria Antonieta, *Os judeus de Belmonte: os Caminhos da Memória*, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 33

reza da raça ariana. Apontados pelos cristãos como os causadores da morte de Cristo, os judeus não tardaram a ser acusados de usurários e a simbolizar o poder do dinheiro e da opulência.

Denominados hebreus, israelitas e judeus foram, na origem, tribos que deambulavam pelo deserto Sírio, acabando por se fixar e construir um estado. Porém, a sua estabilidade como reinos de Israel e Judá pouco mais durou que 400 anos (1000 a 586 a. C.).

Não foram valores de ordem económica ou política que estiveram na génese da importância ou do reconhecimento deste povo; a atenção que mereceu deveu-se essencialmente aos seus ideais religiosos, à renúncia ao politeísmo e à veneração de um só Deus, princípio no seio do qual haveria de nascer o cristianismo. A sua singularidade histórica é determinada pelos princípios e regras religiosas que adoptou.

No ano 586 a. C., Nabucodonosor conquista Jerusalém e segue-se o cativeiro na Babilónia. Talvez date deste tempo a chegada dos primeiros judeus à Península Ibérica.

Ao tempo de Alexandre (356 a.C.-323 a.C.), os judeus conservavam toda a sua liberdade; não tiveram tanta sorte com os seus bélicos sucessores, que, alimentando sucessivos conflitos na Síria e na Palestina, levaram muitos judeus a sair para o Egipto, tornando-se a cidade de Alexandria da maior importância para eles, onde gozavam dos direitos e deveres iguais aos dos próprios egípcios, desempenhando altos cargos, e onde, em paralelo com os gregos, se destacavam nas artes e nas ciências.

No ocidente, o visigodo Alarico I (485-507) expulsa-os da Península, enquanto Ricaredo I (586-601) opta por decretar a sua conversão ao cristianismo. Após o terceiro concílio de Toledo, iniciado a 6 de Maio de 589, os judeus foram considerados «seita que poluía o reino», como tal proibidos de casarem com cristãos e de possuí-los como escravos, de exercerem cargos públicos, entre outras determinações. Hispânicos e francos perseguem-nos durante os séculos VI e VII. Por esta altura terão chegado ao território que é hoje Portugal, ou mesmo antes, como sugere uma inscrição funerária do campo arqueológico de Mértola datada do século V: *... anos e que descansou em paz no quarto dia das nonas de Outubro da era 520, o que no nosso calendário corresponde ao dia 4 de Outubro de 482.*<sup>2</sup> J. L. Vasconcelos diz que perto de Lagos, em Espiche, descobriram-se, também, algumas inscrições funerárias com nomes de judeus datados do século VII.<sup>3</sup> Há ainda notícia de um

2 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. [et al.] (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 212

3 VASCONCELOS, José Leite, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, 1958, vol. IV, pp. 65 e 66

cipo romano no castelo de Beja contendo uma inscrição hebraica, que, segundo Fernando Diaz Esteban<sup>4</sup>, se situa entre os séculos IX e XIII.

A vinda dos muçulmanos para a Península (século VIII) não os perturbou, assim como não tiveram razão de alarme aquando do início da reconquista cristã, ao tempo de Afonso VI de Leão e Castela (1065-1109). Em 1086 registam-se momentos críticos, quando os judeus apoiam os almorávidas contra os cristãos. Logo que o domínio dos almóadas estabiliza em Córdoba e na Andaluzia, os judeus que não quiseram converter-se ao islamismo tiveram de fugir ou foram mortos. Afonso VII (Galiza, 1111-1157, Leão, 1126-1157 e Castela, 1127-1157) e Afonso VIII (1158, sob regência até 1170-1214) adoptam uma política favorável e de protecção aos judeus tomando muitos deles ao seu serviço.

De uma maneira geral, a Espanha muçulmana foi favorável aos judeus. As condições aqui estabelecidas permitiram-lhes crescer em número e distinguir-se nas actividades comerciais. Foram eminentes conselheiros, secretários, administradores, astrólogos e médicos dos governantes de então.

Em Portugal, particularmente durante toda a Idade Média, estão sob a protecção e dependência dos monarcas, o que lhes permite uma ascensão económica e social de algum relevo. Sob a autoridade directa dos reis, os judeus agrupavam-se em comunas, logo que o número de indivíduos fosse igual ou superior a dez. *As comunas formavam comunidades autónomas e tinham, por isso, lugar bem demarcado, regendo-se por direito próprio segundo a Lei de Moisés e as ordenações do reino.*<sup>5</sup> No governo das comunas eram designados oficiais judeus: os almotaçes, o arabi, o juiz municipal, entre outros. No topo da hierarquia estava o arabi-mor, magistrado imediato ao rei na resolução de questões judaicas. Era este magistrado incumbido de nomear ouvidores para todas as comarcas do reino; por isso, rodeava-se de judeus cultos e capazes, que o assessoravam nas questões da justiça, na administração e fazendas das comunas. Desde muito cedo, em Portugal, as comunas são dotadas de gafarias, hospitais e confrarias, entre outras instituições similares, para cuidarem dos seus membros mais necessitados. O povo judeu, tal como todos os povos, também tinha os seus próprios problemas a nível social: invejas, rivalidades, interesses pessoais, indisciplina, etc. Havia no entanto entre eles um sentimento comum de absoluto antagonismo religioso em relação aos cristãos, o que lhes provocava, em comparação

4 Académico de História

5 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. [et al.] (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 167

aos demais problemas, uma constante desconfiança, inquietude e medo. Alguns eclesiásticos combateram-nos com ferocidade, muito especialmente membros do baixo clero, que, não raras vezes, incentivavam o povo a repudiá-los e a humilha-los com injúrias e acusações, como relatam as composições poéticas de Garcia de Resende no “Cancioneiro Geral” e também algumas “Cantigas de Escárnio e Maldizer”. No entanto, note-se a afirmação de Maria José Pimenta Ferro: *É de frisar que a acção repressiva parte dos monarcas e não da Igreja que, muitas vezes, verbera tal procedimento.*<sup>6</sup>

As judiarias, também designadas por aljamas, ficavam, quase sempre, dentro das muralhas. *O termo judiaria designa uma rua ou várias em que moram judeus e não a entidade administrativa que é a comuna, embora, em certos locais se identifique com ela.*<sup>7</sup> Inicialmente as ruas estreitas das judiarias comunicavam com as dos cristãos, porém, a partir de D. Pedro I (1357-1367) são colocadas portas com a finalidade de impedir a contaminação entre as duas religiões.

A judiaria de Lisboa é provavelmente a mais antiga do país. Localizada na actual Baixa Pombalina, foi criada no reinado de D. Dinis (1279-1325). No reinado de D. Pedro I foi estabelecida a de Alfama.

O culto moisaico é praticado nas sinagogas, que simultaneamente são local de ensino, um valor de suma importância para os judeus, como refere o Talmude<sup>8</sup>: *Toda a cidade onde as crianças não forem à escola está destinada a perecer, está destinada à ruína.*<sup>9</sup> As sinagogas são também locais de encontro, de decisão e discussão dos assuntos da comunidade e das emanações régias. Não estão isentas de tributos como as igrejas. Não raras vezes, os judeus são convocados pelos párocos, nas suas próprias sinagogas ou nos adros das igrejas, com intuito de doutriná-los na fé de Cristo, tarefa raramente bem sucedida.

A autonomia e a relativa tranquilidade em que viviam eram pagas a peso de ouro: *Eram sem número os atributos que pagavam, sem contar com as obrigações várias, colectas e empréstimos extraordinários. Capitação que começava logo aos sete anos; impostos sobre bens imóveis e mercadorias de colheita ou compradas, sobre animais abatidos, sobre bestas, gados e colmeias; portagens, passagens e costumagens; sisa judenga; algizas da judiaria de Lisboa; o genesim, para poderem*

6 FERRO, Maria José Pimenta, *Os judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1979, p. 10

7 Idem, p. 22

8 O Talmude é uma recapitulação de leis orais, preceitos, costumes e tradições dos judeus cuja elaboração foi feita por sapientes hebreus.

9 SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995, p. 90; AMZALAK, M. Bensabat, *A Escola Israelita*, Coimbra, 1923, p. 22

ouvir a seus rabinos a explicação da Lei; a judenga ou capitação de trinta dinheiros, em lembrança e castigo por terem vendido a Jesus por este preço; e a contribuição do arabiado. Ajudavam a repor pontes, calçadas e muros; eram obrigados a dar pousada ao rei, a grandes senhores e justiças; e até sobre o serviço militar, sob o rei D. Pedro, ainda que mal se desempenhassem dele. E como se tanto não bastasse, ainda as autoridades eclesiásticas os obrigavam a pagar a dízima à igreja, uma vez por outra e apesar do seu bom argumento de que não eram cristãos.<sup>10</sup> Quanto ao serviço militar temos notícia que os judeus são obrigados à prestação do serviço militar com cavalos e armas, os que tiverem quantia para isso, tal como os cristãos [...] ignoramos quando se iniciou a obrigatoriedade deste serviço para a população judaica, pois só a partir do reinado de D. Pedro temos notícias dele.<sup>11</sup>

Constata-se em estudos realizados por vários autores, nomeadamente no “Inventário...” de Luiz Bívar Guerra e nas grelhas apresentadas na segunda parte deste trabalho, que a partir do século XVI as profissões dos seguidores de Moisés são actividades que raramente se ligam a modos de vida dependentes de bens imobiliários, pelas circunstâncias das perseguições e expulsões que os afastaria definitivamente das suas propriedades, através do confisco a que estavam sujeitos com frequência, devido à inveja, ao ódio racial e anti-semita, embora os argumentos de acusação apresentados quase sempre fossem de ordem religiosa. Até ao século XIV, grande parte de judeus dependia do trabalho dos campos, incidindo as suas culturas na plantação e tratamento da vinha e de pomares, na criação de gado, no aforamento, como podemos confirmar em autores como Oliveira Marques<sup>12</sup>, J. Leite de Vasconcelos<sup>13</sup>, e outros que se dedicaram ao estudo do povo judeu na economia portuguesa. Na Idade Média as actividades comerciais incidiam na *venda de produtos agrícolas e agro industriais, como a fruta seca, o vinho, o mel, a cera, os couros e as peles, etc., além de tecidos e instrumentos. Realizavam os negócios nas suas lojas e tendas, nos mercados e açougues da judiaria, e às vezes fora dela, mercadores itinerantes levavam e traziam artigos de outras localidades, regiões e reinos ibéricos, frequentando feiras regionais e peninsulares. O comércio não era exclusivamente dos mercadores propriamente ditos, pois também os judeus agricultores,*

10 SERRÃO, Joel, (dir.) *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, (imp.), vol. III, p. 410

11 FERRO, Maria José Pimenta, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1979, p. 55

12 MARQUES, A. H. Oliveira, *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, 1961, p. 106

13 VASCONCELOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, 1958, vol IV, p. 143

*artesãos profissionais liberais faziam dele um complemento de renda ou uma extensão das suas actividades. Alguns artesãos deambulavam pelas aldeias vendendo os produtos dos seus ofícios, comprando materiais e mercadejando outros artigos diversos. Numa mercadoria basicamente agrícola havia falta de dinheiro vivo, disponível na mão dos consumidores. Assim parte das vendas eram feitas a prazo, incluindo juros. Como muitos dos compradores não conseguiam quitar os seus débitos, a legislação régia buscou, em vão, impedir estas práticas «usurárias».*<sup>14</sup> A partir da segunda metade do século XV os judeus começaram a ganhar peso a nível financeiro e comercial. Destacam-se nas trocas comerciais, que vão aumentar progressivamente ao longo dos três séculos seguintes. Nas transacções privilegiavam ingleses, franceses, italianos e alemães, movimentando-se pelo Mar do Norte, Báltico e Mediterrâneo. No século XVI, a Rota da Índia e a Rota do Brasil estão nas mãos de ricos mercadores, nobres e cristãos-novos. Neste século e no seguinte verifica-se um aumento de circulação de mercadorias da Ásia, do Norte de África e África Ocidental, das Ilhas Atlânticas e América. Os judeus evidenciam-se no tráfico dos têxteis, das especiarias, do açúcar, das pedras preciosas. Também não foram poucos os que optaram pelo tráfico de escravos.

Propõe-se uma rápida e ligeira abordagem do papel do povo judeu na sucessão dos soberanos portugueses, desde D. Afonso Henriques a D. João VI, reinado no qual foi extinta a Inquisição.

Como já se disse, a mobilidade foi sempre apanágio deste povo. Desde a Idade Média que se assiste à circulação das comunidades judaicas de várias zonas da Europa, e particularmente no que diz respeito a Portugal e aos restantes reinos da Península Ibérica. As deslocações eram mais ou menos frequentes, dependendo da evolução política dos reinos.

Afonso Henriques (1143-1185) conta com eles no “trato” contra os mouros, recompensando-os com a atribuição de cargos públicos e doação de propriedades, como no caso de *Yahia Aben Yaish primeiro rabi-mor de Portugal [...] a quem o monarca doou importantes propriedades e autorizou a usar brasão, possivelmente como recompensa pelos serviços prestados no processo da Reconquista.*<sup>15</sup> Vemos gente de Judá a desempenhar altos cargos na Fazenda, como o de almoxarife-mor, nos reinados de Afonso I, D. Sancho I, D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando. Ao tempo, poucos eram os que sabiam ler e escrever. Para

<sup>14</sup> MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.), (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 155

<sup>15</sup> Idem, p. 19

além de nobres e dos membros do clero, só os judeus possuíam estes privilégios, o que lhes permitia aceder a cargos de relevância no reino, são os chamados judeus de corte, por terem assento no conselho do rei e receberem doações de propriedades e brasões.

Ao tempo de D. Sancho I (1185-1211), os judeus tiveram importante papel no povoamento da região da Beira, fixando-se em Belmonte, onde são referidos no foral sanchino, na Covilhã, Fundão, Penamacor, Idanha e Monsanto.

Chegavam também de outros pontos da Europa. De França, dão entrada na Península por volta de 1306, após expulsão. D. Dinis (1279-1325) recebe judeus vindos de Inglaterra, onde foram explorados, perseguidos e chacinados às centenas por Eduardo I (1272-1307), que os expulsa do país em 1290. Em 1291, O papa Nicolau IV, preocupado com o tratamento dado aos judeus, na «Orat Mater Ecclesia» expõe motivos cristãos para evitar tamanho ódio. Os judeus hão-de voltar a Inglaterra muito mais tarde. Se havia, na verdade, ódio e rivalidades entre cristãos e judeus, havia também simpatia e amizade nas suas relações, como refere Antonieta Garcia: *não há normas éticas e religiosas suficientemente poderosas para travar as relações de amor e amizade entre pessoas que convivem*.<sup>16</sup>

O pequeno excerto do livro de ficção histórica de Ken Follet “Os Pilares da Terra” traça-nos um quadro bastante expressivo das relações e sentimentos entre judeus e não judeus da Inglaterra da Idade Média: *Tornaram a virar à esquerda e entraram na zona da cidade designada judiaria. Aliena deteve-se à entrada duma grande casa. – Aqui devem ter criados – disse ela.*

*Richard mostrou-se chocado. – Mas tu não eras capaz de trabalhar para os judeus, pois não?*

*- E porque não? Não se apanha a heresia das pessoas da mesma maneira que se apanham pulgas, sabias?*

*Richard encolheu os ombros e entrou atrás da irmã.*

*Era uma casa de pedra. Tal como a maior parte das residências da cidade, possuía uma fachada estreita, mas prolongava-se muito em comprimento até às traseiras. Encontravam-se no vestíbulo da casa, que abrangia toda a largura do edifício. Havia uma lareira e meia dúzia de bancos. O aroma proveniente da cozinha fez vir a água à boca de Aliena, embora fosse diferente da culinária a que estava habituada, com um toque de especiarias estranhas. Chegou uma moça vinda das traseiras e cumprimentou-os. Tinha a tez trigueira e olhos escuros, e*

16 GARCIA, Maria Antonieta, *Os Judeus de Belmonte: os Caminhos da Memória*, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 113

*dirigiu-se-lhes em tom respeitoso. – Desejais falar com o ourives?*

*Então era isso que ele fazia. – Sim, por favor – respondeu-lhe Aliena. A rapariga tornou a desaparecer e Aliena olhou à sua volta. Um ourives precisaria obviamente duma casa de pedra para proteger o seu ouro dos ladrões. A porta que separava o vestibulo do resto da casa era feita de pesadas pranchas de carvalho ligadas com cintas de ferro. As janelas eram estreitas, demasiado pequenas para alguém trepar por elas, até mesmo uma criança. Aliena considerou a ansiedade que devia ser uma pessoa ter toda uma fortuna sob a forma de prata ou ouro, que podia ser roubada numa questão de instantes, deixando-a na mais completa penúria. Depois reflectiu que o pai fora rico com um tipo de fortuna comum – terras e títulos - mas que nem por isso deixara de perder tudo, e num só dia.*

*O ourives veio ter com eles. Era um homem baixo e moreno, que os olhava de testa franzida e por entre olhos semicerrados, como se estivesse a examinar uma pequena jóia e a avaliar o seu valor, perguntou-lhe: - Tendes alguma coisa que gostaríeis de vender? – Ajuizastes-nos bem, ourives – respondeu-lhe Aliena. – Percebeste que somos gente bem-nascida e que agora nos encontramos na miséria. Mas não temos nada para vender. O homem fez um ar apreensivo. – Se andam à procura de empréstimo, lamento, mas...*

*- Não estamos à espera que ninguém nos empreste dinheiro algum – interrompeu-o Aliena. – Tal como não temos nada para vender, também não temos nada para empenhar.*

*Ele mostrou-se aliviado. – Então em que posso ajudar?*

*- Gostaríeis de me empregar como criada?*

*- Uma cristã? Mas de maneira nenhuma! – Chegou mesmo a retrair-se, só de mencionar essa possibilidade.*

*Aliena mostrou-se desapontada. – E porque não? – Indagou ela em tom lastimoso.*

*- Seria impensável.*

*Ficou um tanto ou quanto ofendida. A ideia de que alguém pudesse ter asco à sua religião era aviltante. Lembrou-se da réplica inteligente que dera a Richard. – Não se apanha a heresia das pessoas da mesma maneira que se apanham pulgas, sabíeis? – Obstou.*

*- As pessoas da cidade iriam insurgir-se contra tal coisa.*

*Aliena teve a certeza de que o judeu estava a escudar-se atrás da opinião pública, mas não era por isso que ela deixaria de ter razão. – Então acho que o melhor é irmos à procura dum cristão rico – concluiu ela.*

*- Talvez não seja má ideia – disse o ourives com ar de dúvida. – [...]*

*Só posso dizer o que um judeu faria. Descobriria alguma coisa que pudesse vender. Quando cheguei a esta cidade, comecei por comprar jóias às pessoas que precisavam de dinheiro, depois derretia a prata e vendia aos moedeiros.*

*- Mas então onde é que foste arranjar o dinheiro para comprar as jóias?*

*- Pedi-o emprestado a um tio meu...e paguei-lhe com juros, a propósito.*

*- Mas não haverá ninguém disposto a emprestar-nos dinheiro!*

*O judeu fez um ar pensativo. – O que teria eu feito se não tivesse o meu tio? Creio que teria ido para a floresta apanhar nozes, depois trazia-as para a cidade e vendia-as às donas de casa que não têm tempo para ir à floresta e não podem plantar árvores nos pátios das traseiras de suas casas, porque estão cheios de lixo e porcarias.*

*- Não estamos na época das nozes – obstou Aliena. – Nesta altura não há nada para apanhar.*

*O ourives sorriu-lhe. – A impaciência da juventude - comentou ele. – Esperai um pouco.*

*- Está bem. – Não havia por que lhe explicar o que aconteceu ao pai. O ourives fizera o possível para os ajudar. – Obrigada pelos vossos conselhos.*

*- Felicidades! – O ourives tornou a dirigir-se às traseiras da casa e fechou a imponente porta ferrada.<sup>17</sup>*

Certamente houve cenas similares em Portugal, que desde tempos remotos é uma amálgama de religiões e culturas cristã, islâmica e judaica, formando comunidades mais ou menos estáveis, mais ou menos numerosas, cujo envolvimento seria tão inevitável quanto o alheamento total seria humanamente impossível. Maria José Ferro salienta: *as comunidades judaicas são um corpo vivo, administrativa e religiosamente independente, directamente ligado ao rei, teoricamente desligado do concelho onde reside, mas na prática, intimamente a ele associado.*<sup>18</sup>

Apesar de oficialmente obrigados a usar traje que os distinguisse da demais população, o sinal amarelo no chapéu e o cabelo cortado à tesoura, a maior parte dos nossos monarcas não levaram à letra as disposições do quarto Concílio de Latrão (1215)<sup>19</sup>, e nem todos foram

17 FOLLET, Ken, *Os Pilares da Terra*, Lisboa, Editorial Presença, 2008, vol. I, pp. 412 a 414

18 FERRO, Maria José Pimenta, *Os judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, Guimaraes & C.ª Editores, 1979, p. 36

19 No VI Concílio Ecuménico de Latrão, constituiu-se um tribunal episcopal para a perseguição e os castigos dos hereges. Passa a ser obrigatório, a partir de então, que os fiéis denunciem suspeitos de heresia; Em 1215 Domingos de Gusmão cria a Ordem dos dominicanos e é nomeado inquisidor apostólico. Foi o primeiro inquisidor propriamente dito. Sucessivamente em 1216, o papa Onório III ordena aos Dominicanos de perseguir a heresia em toda a Europa.

rigorosos em fazer cumprir as leis por eles próprios mandadas elaborar. D. Afonso IV (1325-1357) decretou numerosa regulamentação pouco favorável ao povo judeu; não foi, no entanto, suficientemente consistente para travar o aumento da população judaica, e ele próprio toma ao seu serviço distintos judeus dos quais se destaca D. Judas. Nesta altura, os israelitas encontram-se disseminados de Norte a Sul de Portugal. Por volta de 1348 houve quem visse nas epidemias que fustigavam a Europa (peste negra) um castigo divino por causa dos judeus, dando azo às maiores injustiças na Alemanha e em Espanha, que Clemente VI (1342-1352), quarto papa de Avinhão, procurou travar. Os séculos XIV e XV não foram favoráveis aos hebreus. Na época moderna, a Europa e o papado mostrar-se-ão mais tolerantes.

D. Pedro I (1357-1367), “O Justiceiro”, foi de facto justo no que diz respeito à não distinção entre judeus e demais cidadãos; no entanto, acabou por mandar fechar as judiarias para que não houvesse contacto entre credos, disposição que, afinal, teria deficiente execução. Coincidência ou não, tal como seu pai, tomou ao seu serviço um colaborador de nome Judas, e assim faria o seu sucessor, D. Fernando I (1367-1383). No reinado deste último, são autorizados dois dos mais notáveis morgadios de Portugal, concedidos ao judeu Moisés Navarro. A ascensão a cargos de prestígio, a doação de bens e a autorização de uso de brasão a judeus ricos, provoca contestação por parte de representantes populares e da baixa fidalguia preguiçosa e invejosa. Sendo as cortes bastante activas durante o século XIV e XV, nelas eram apresentadas numerosas referências aos judeus, especialmente queixas por parte dos concelhos, por serem eles quem mais directamente sentiam os problemas com que se debatiam as populações. A partir de D. João II as cortes vão perdendo alguma importância.

D. Fernando I acolhe judeus que Henrique de Trastâmara expulsou logo que subiu ao trono em 1369. Após a morte de Fernando de Portugal, os judeus tornam-se o bode expiatório do povo, que ataca as judiarias de Lisboa como represália às contribuições a que estavam a ser sujeitos. O país sofre privações que se arrastam durante a regência de Leonor Teles e se prolongariam por mais tempo não fora a subida ao trono de D. João I (1385-1433). Entre 1383 e 1385 houve momentos de tensão. Alguns judeus, favoráveis a Espanha, como o rico David Negro, acabaram por ter de emigrar, os seus bens reverteram a favor da coroa e de cristãos. Outros judeus são partidários da causa portuguesa e prestam elevados serviços ao rei, como Mestre Guedelha, seu físico, astrólogo e rabi-mor, como o foi dos seus sucessores D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1481). A Mestre Guedelha foi atribuída a renda do ser-

viço real e nomeado responsável pelas carnes dos matadouros judaicos.

Em 1391 ocorrem motins em Aragão e Castela, quando os judeus são obrigados a baptizarem-se. Muitos deles saltam a fronteira e estabelecem-se no reino de Portugal, que, apesar de também levar a cabo conversões em massa, lhes proporciona alguma protecção e segurança, conseguindo estabilizar e organizar-se. Três anos mais tarde, em 1394, chegariam de França alguns dos expatriados de Carlos VI de Valois. Estes grupos contribuíram para o crescimento das comunidades portuguesas, sempre tão carenciadas de gente.

Sob o reinado de D. Afonso V o número de judeus em cargos públicos aumenta, enriquecendo a olhos vistos, não se privando de ostentar riquezas e luxos, provocando o mau estar e ressentimento do povo, que mais uma vez incendeia a judiaria de Lisboa provocando graves danos em casas e bens. Também em Braga se verificam levantamentos incentivados pelo fanatismo religioso do converso Mestre Paulo, que desafiava os cristãos a rebelarem-se contra os judeus.

“O Africano” era um perdulário em proveito próprio e dos que o rodeavam. O país, ressentido de tanto esbanjamento, os judeus financeiros estão atentos e não perdem tempo: *Preparam o Primeiro Orçamento de Estado e uma linha geral para exercer o controlo das contas públicas.*<sup>20</sup>

Na tomada de Ceuta, Tânger, e Arzila, em 1471, participam muitos judeus. Destaca-se Mestre Abraão, rabi-mor e físico do rei. Nas cidades marroquinas, judeus poderosos emprestam dinheiro para reparação de muralhas e pagamento de salários. Entre eles há espões e informadores, por dominarem o árabe e os dialectos berberes, para além de falarem o português e o castelhano, funções apreciadas pelo rei.

Com o desenvolvimento comercial em crescimento, negociantes, nobres, clero, e muito especialmente a coroa, recorrem à banca judaica para dela se servirem na conveniência dos seus negócios. Isaac Abravanel, ministro da Fazenda de D. Afonso V, empresta-lhe elevadas somas para financiar a guerra com Castela. Além de grande financeiro, distingue-se na área administrativa e como autor de inúmeras obras de literatura religiosa e filosófica. Moisés Latam e Guedelha Palaçano auxiliam também o rei no esforço da guerra com Castela com avultadas somas pecuniárias. O próprio povo, sob forma de penhoras, recorre aos ricos judeus, o que provoca vários litígios devidos à cobrança de altíssimos juros hebraicos e ao incumprimento por parte dos cristãos.

D. João II (1481-1495) encetou uma política de fortalecimento do

20 SIMÕES, Cunha, *Judeus, Portugal e os Sentimentos*, Alcanena, Edições Cunha Simões, 2008, p. 62

poder real que o pai tinha negligenciado em benefício da nobreza e fidalguia do reino. Vários fidalgos sofrem na pele pelas tramas e conspirações que urdiram contra o Príncipe Perfeito e contra o povo, que não parava de se queixar dos abusos infligidos pelos grandes senhores. Entre estes destacam-se o Duque de Bragança, que acaba por ser degolado, e o Duque de Viseu, D. Diogo, é morto apunhalado. Os que não foram mortos foram presos, e outros teriam a mesma sorte se não tivessem fugido do país, entre eles o Conde de Penamacor, D. Lopo de Albuquerque,<sup>21</sup> e dois irmãos judeus, os Abravanel, José e o já citado Isaac, que, acusados de serem partidários do Duque de Bragança e de Viseu, se puseram a salvo. Isaac Abravanel colocou os seus talentos e riqueza ao serviço da rainha Isabel, a Católica. Anos mais tarde não teve outro remédio senão sair também de Castela, assim como milhares de outros judeus, pela expulsão levada a cabo pelos reis católicos em 31 de Outubro de 1492.<sup>22</sup> Sem contemplação, os monarcas Fernando e Isabel perseguem Isaac Benzamero, de Badajoz, outro judeu que teve de procurar lugar seguro, apesar de ter emprestado avultadas quantias em dinheiro para a conquista de Granada. A partir de 1509 encontra-se ao serviço de D. Manuel I, em Safim e Portugal. Os judeus expulsos de Espanha rumam principalmente em direcção à Turquia, mas também para Itália, África do Norte, margens do Mediterrâneo e Portugal, sendo aqui aproveitados para o repovoamento do país e equilíbrio das finanças. Dos mais de 50 mil chegados de Espanha, em 1493, *D. João II separou das famílias [...] 700 meninos e meninas que, depois de baptizados, foram enviados para a ilha de São Tomé a fim de serem educados na fé cristã.*<sup>23</sup>

A Portugal chegam emissários dos judeus de Castela a pedir guarida ao rei e a possibilidade de trânsito para outras terras a troco de grandes somas em dinheiro, que o rei utilizará na sua política interna e externa, nomeadamente na sua vigorosa expansão marítima. Infelizmente, para os judeus nem tudo correu bem, porque os contratos não foram cumpridos. Cada judeu que entrava no reino era obrigado a pagar um determinado valor, mediante o qual tinha autorização de permanência no país durante oito meses, cabendo ao rei facultar-lhe, dentro desse prazo, embarcação para partir para onde lhe aprouvesse. Mas, na rea-

21 Lopo de Albuquerque, homem de grande confiança de D. Afonso V, acompanhou-o nas conquistas do Norte de África, foi seu camareiro e guarda-mor, tratou do casamento do rei com D. Joana, a Beltraneja, participou na batalha de Toro. Pelos serviços prestados em África o monarca concede-lhe o título de Conde de Penamacor em 24 de Agosto de 1476.

22 Em 1478 o papa Sisto IV, autoriza o rei Fernando e a rainha Isabel a constituir uma inquisição independente do poder dos bispos; em 1481 Tomás de Torquemada é nomeado o inquisitor oficial de Espanha e inicia uma monstruosa carnificina com torturas e queimadas de pessoas.

23 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.), (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 175

lidade, acabaria por ter licença apenas para sair para África, e muitos não chegam sequer a ter permissão para embarcar para lado nenhum. Damião de Góis escreveria anos mais tarde que o rei oferecia judeus a quem quer que lhes pedisse, como se fossem escravos. Apesar de tudo, chegou a legislar a favor dos judeus de Lisboa, em 1493.

Tal como os seus antecessores, D. João II mantém em serviço distintos judeus, com destaque para Abraão Zacuto, seu médico, astrónomo e historiador real. Abraão Zacuto elabora as tábuas astronómicas, melhora o astrolábio e ensina os pilotos portugueses a usá-lo. Outros judeus dignos de referências e que prestam directamente serviços ao monarca são Martim Behaim, cosmógrafo e astrónomo, José Vizinho, físico e astrólogo, e José Rodrigo conselheiro real.

Os descobrimentos portugueses levam o poder a criar redes de informação secretas para melhor controlo dos territórios a nível económico e político. D. João II empenha-se no recrutamento de homens inteligentes e hábeis, cujos objectivos são os de recolher e dar informações, negociar em todos os assuntos do interesse do reino, e daí tirar o máximo proveito. Foi o caso da escolha de Gaspar Gama, que, por dominar várias línguas, foi um importante informador nos assuntos que diziam respeito à costa ocidental indiana. Ao tempo de D. Manuel (1495-1521), navega na frota de Pedro Álvares Cabral e acompanha Vasco da Gama na segunda viagem à Índia (1502), ingressa na armada de D. Francisco de Almeida (1505) e acaba por receber vários privilégios do rei.

Os judeus são, à época, parte significativa da população portuguesa, e empregam maioritariamente o seu tempo nos trabalhos manuais. *Formavam um corpo artesanal de grande volume no quadro económico da nação, e de tal modo importante, que as cidades e vilas do país se viam obrigadas a contratá-los por ricas mensalidades e privilégios. Parece que de todos preferiram o mestre de alfaiate, logo seguido do ourives, ferreiro e sapateiro [...] a agricultura foi labor que pouco os atraiu.*<sup>24</sup>

Não fora dar-se em 1496 o casamento de D. Manuel com D. Isabel, filha dos reis católicos, que lhe impõem como condição a expulsão dos judeus ou a sua conversão ao catolicismo, e não teriam, certamente, tantas razões de queixa os judeus de Portugal.

A 14 de Março de 1497 é decretado o baptismo de crianças judias e são retirados aos progenitores os filhos menores de catorze anos para serem educados por cristãos. Faz-se igualmente uso das confissões forçadas e dificultam-se os embarques. *O Palácio dos Estaús, palácio dos*

24 SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, imp. 1992, vol. III, p. 411

*reis de Portugal até ao Terramoto de 1755, construído por D. Manuel, situava-se na Ribeira (Paço da Ribeira) à beira Tejo, junto do que chamamos Terreiro do Paço. [...] Nas estalagens, junto ao Paço dos Estaus, é que D. Manuel mandou recolher os judeus que esperavam barco de transporte para saírem de Portugal após o édito de 1496. Foi lá que a multidão dos judeus foi colhida de surpresa, com padres a aspergirem-nos com água e a baptizá-los à força, num arremedo de baptismo cristão sacramental, quando, como diz Samuel Usque «nunca nas almas lhes tocou mácula, antes sempre tiveram imprimido o selo da antiga lei», porque «o secreto das suas almas nunca o mudaram. [...] era também na praça fronteira que, em tempos se celebravam os autos-de-fé».<sup>25</sup>*

Tornados cristãos-novos (Ribeiro Sanches diz-nos num manuscrito datado de Paris, do ano de 1748, que não se conhecia a designação de *cristão-novo* ou *cristão-velho* até ao tempo de D. Manuel), muitos mantêm secretamente os rituais do judaísmo, o que lhes garante a hostilidade e a desconfiança dos cristãos-velhos, que maldosamente os chamam de *marranos*. Sentindo-se desprezados e humilhados pela sociedade que constantemente os hostiliza, rumam, os que podem, em direcção aos grandes portos de Lisboa, Porto e Faro, que os hão-de levar para as costas do Mediterrâneo e do Mar do Norte e para o Novo Mundo, principalmente para o Brasil, tornando-se homens do mar. Em 1499 calcula-se que apenas 5000, dos cerca de 75000 judeus residentes em Portugal e dos possíveis 120000 expulsos de Espanha, deixaram o país.<sup>26</sup>

D. Manuel legisla impedindo a sua saída e dos seus capitais, proibindo a discriminação aos recentemente convertidos, e que não fossem os cristãos-novos incomodados pela Igreja. Não cria obstáculos aos que desejam seguir carreira eclesiástica ou ocupar cargos no Estado. No entanto, a insegurança e a desconfiança é muita. As maiores cidades proporcionam atritos raciais. Em 1504 ocorrem tumultos em Lisboa, onde os dominicanos têm papel principal. Muitos cristãos-novos vêm na Beira Baixa um lugar mais tranquilo e seguro para se estabelecerem. As cidades da Guarda e Bragança são as escolhas de outros que não puderam ou não quiseram aventurar-se mais longe. Estas regiões do país propiciam-lhes actividades comerciais ligadas aos lanifícios, às peles e ao azeite.

25 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.) (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 2009, p. 225

26 GARCIA, Maria Antonieta, *Os Judeus de Belmonte: os Caminhos da Memória*, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 1993, p. 35

No século XIII, com o intuito de combater a heresia, Gregório IX cria a Inquisição, que confia aos religiosos das ordens Dominicana e Franciscana, com implantação em Itália, Espanha, França e Alemanha. Ao longo do tempo sofre alterações. Em 1497 arranja mais pretextos para a caça ao homem, já não lhe basta a condenação dos judeus e hereges: homossexualismo, bigamia e até pecadores comuns caem na sua alçada. A inquisição chega a Portugal com o sucessor de D. Manuel I.

D. João III (1521-1557) não seguiu a política relativamente tolerante do pai, antes reivindica a concessão do Santo Ofício ao papa Paulo III com fins naturalmente religiosos mas também económicos. Duarte da Paz, cristão-novo, tenta por todos os meios persuadir Roma a adiar a vinda deste Tribunal, mas não o consegue. A Inquisição é estabelecida em Évora, em 1536, e o primeiro auto-de-fé realiza-se em Lisboa, em 1540. *A 5 de Outubro de 1536 o desembargador João Monteiro apresentou ao inquisidor geral frei Diogo da Silva a bula «cum ad nihil Magis» subscrita pelo papa Paulo III em 23 de Maio desse ano e que estabelecia pela segunda vez a Inquisição portuguesa. É a 22 de Outubro, em acto público na sé de Évora, perante o rei, o cardeal Afonso, arcebispo da cidade, e a corte, foi lida a carta monitoria onde se pedia pela primeira vez aos «vizinhos e moradores nesta cidade de Évora e seus termos» que se venham acusar dos crimes «de malvada heresia». E em Évora se organizou e residiu o primeiro organismo dirigente, o chamado Conselho das Cousas da Fé, que antecede o Conselho Geral da Inquisição. [...] Como tribunal autónomo, a Inquisição de Évora nasceu a 5 de Setembro de 1541 com a posse do seu primeiro inquisidor, o temível licenciado Pedro Álvares de Paredes. [...] Da Inquisição de Évora restam cerca de 14000 processos e inúmera documentação.*<sup>27</sup>

O poder temporal associado à Igreja acaba por pôr em prática aquilo que seria um meio eficiente de amealhar quantias de dinheiro e bens de uma burguesia mercantil, da qual faziam parte importante grande quantidade de cristãos-novos, incidindo sobre eles uma despudorada política discriminatória. E como se isto não bastasse, retrocede-se nas posições tomadas anteriormente, como o impedimento a cargos eclesiásticos e do Estado, às ordens militares, aos graus académicos e profissões liberais a todos os que não fossem “limpos de sangue”. Nas cortes de 1525 reclama-se a proscrição dos médicos e boticários judeus. Exigem-se atestados de limpeza de sangue aos cidadãos, onde constasse que não eram descendentes de judeus. Nos últimos 17 anos do reinado do

27 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.) (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 230

Piedoso,<sup>28</sup> de pouca simpatia para o povo, não houve piedade para os 103 judeus da região de Coimbra, assim como para os condenados pelos outros dois tribunais inquisitórios do país, Lisboa e Évora, como podemos observar no *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra*.<sup>29</sup> Em 1541 inicia-se a perseguição desenfreada aos cristãos-novos, que se irá manter ao longo de 250 anos.

Perante tal panorama saíram do país homens com valor extraordinário, como Amato Lusitano, de Castelo Branco, médico do papa Júlio III (1550-1555). Diogo Pires, poeta e humanista, fugiu para Dubrovnik, cerca de 1531, e muitas outras figuras importantes, possuidoras de grande poder económico, saem do país levando consigo as suas fortunas, contribuindo para o desenvolvimento de outros lugares, como foi o caso de Francisco Mendes, sua mulher Beatriz Luna e família.

Curiosamente, o monarca teve também judeus ao seu serviço. Em 1527, poucos anos depois de subir ao trono, fez cavaleiro de sua casa o judeu Abraão Benzamerro, mais tarde nomeado rabi-mor. A família Benzamerro, numerosa e poderosa, dominou a política e a economia de Safim praticamente ao longo do século XVI. Em Goa destacam-se as famílias Solis e Diogo Soares, abastados mercadores no comércio da pimenta. Garcia de Orta, Pedro Nunes e Dionísio Brudo são notáveis personalidades que prestam serviço ao rei de Portugal. Apesar dos próprios não terem sofrido na pele as garras da Inquisição, já o mesmo não aconteceu a alguns dos familiares destes sapientes e ilustres portugueses.

D. João III contrata vários judeus para desempenharem o papel de espiões e informadores, tarefas importantíssimas na época. Entre eles, os irmãos Isaac e Matias Bicudo, de família com raízes em Portugal, e o «licenciado Silva», que presta serviço em Alepo, cidade do Norte da Síria, e que acabaria por ser substituído por um dos Bicudo, por a Inquisição o ter detido. Chegados à conclusão que as informações prestadas sobre Silva são falsas, e, sobretudo, porque D. João III não deseja desmotivar os seus agentes judeus, que mostram grande apetência nestas actividades, é readmitido e continua a prestar informações a Portugal, assim como ao seu filho é dada a missão de levar ordens reais ao vice-rei da Índia. Em 1543 destacam-se nestas missões Isaac do Cairo e Manassés, nas viagens pela Rota do Cabo, entre outras. Outro informador do rei é Henrique Nunes, incumbido de espiar as práticas

28 D. João III, chamado de piedoso ou pio pela sua grande devoção religiosa, o que o levou a interessar-se pelos estudos da língua hebraica, para melhor entendimento da Bíblia tendo permitido que se ensinasse a par do grego e do latim, em Santa Cruz, de Coimbra. (Editos de 30 de Janeiro e 16 de Fevereiro de 1538).

29 GUERRA, Luiz de Bivar, *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972, pp. 1-4

religiosas dos judeus. Descoberto, acabou por ser morto em Badajoz. Os seus carrascos, possivelmente dois clérigos e dois cristãos-novos, não escaparam à força.

Suspeitos de judaísmo, de heresia, apostasia, bruxaria, sodomia, blasfêmia, filosofias heterodoxas, os cristãos-novos são denunciados por medo, inveja ou maldade. As denúncias são feitas na maioria dos casos pelos próprios judeus, às vezes pela própria família, forçada pelo pavor e pela inquietação causados pela frequência com que era espiada e abordada: [...] *os filhos depunham contra os pais, os pais contra os filhos; o réu não podia comunicar com os defensores, nem conhecia quem os acusava; a delação era aplaudida e a espionagem considerada virtude.*<sup>30</sup> Vizinhos, criados, amigos, parentes e conhecidos são também delatores. Assim que os bufos dos inquisidores soubessem dos seus hábitos era fácil a denúncia: *Fizessem comida às sextas-feiras para sábado, acendendo e mandando acender candeeiros limpos, com mechas novas, mais cedo que os outros dias e deixando-os acesos toda a noite até se apagarem. Degolar aves, atravessando-lhes a garganta depois de experimentado o cutelo na unha da mão. Cobrir o sangue com terra. Não comer toucinho nem lebre, nem coelho, nem aves afogadas, nem enguia, polvo, raia, congro e pescado que não tivesse escamas. Respeitassem os sábados, não trabalhando e vestindo-se de lavado. Jejuar o jejum maior que caie em Setembro, não comendo em todo o dia até à noite ao nascer das estrelas, e estando no dia de jejum maior descalços, comendo carne e tigeladas e pedindo perdão uns aos outros. Jejuar o jejum da rainha Ester, assim como às segundas e quintas-feiras solenizar a Páscoa comendo pão ázimo em bacias e escudelas novas, rezando os salmos sem Glória Patri, fazendo oração contra a parede, sabadeando; abaixando a cabeça e levantando-a e usando então atafaliis (correias atadas nos braços ou postas sobre a cabeça). Comer, quando alguém morria, em mesas baixas e só pescado, ovos e azeitonas. Estar detrás da porta. Banhar os defuntos, lançar-lhes calçar-lhes calções e lenço e amortalhando-os com camisa comprida e pondo-lhes em cima a mortalha dobrada como se fosse capa. Enterrá-lo em covas fundas e em terra virgem e pondo-lhes na boca um grão de aljôfar ou dinheiro de ouro ou prata, dizendo que é para pagar a primeira pousada. Cortar-lhes as unhas e guardá-las. Derramar ou mandar derramar a água dos cântaros e potes, dizendo que as almas dos defuntos se vêm ali banhar ou que o anjo percuciente lavou a espada na água. Deitar, nas noites de S. João e de Natal, ferros, pão ou vinho na água dos cântaros*

30 MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1879, p. 329

*e potes, dizendo que naquelas noites a água se torna sangue. Deitar a bênção aos filhos, pondo-lhes as mãos sobre a cabeça e abaixando a mão pelo rosto abaixo sem fazer o sinal da cruz. Circuncidar os filhos. Depois de os baptizar rapar-lhes os óleos que lhes puseram.*<sup>31</sup> Enviados para a prisão, são submetidos a interrogatórios e sujeitos às mais cruéis torturas físicas e psicológicas. Os que teimavam em negar as acusações são espoliados de todos os seus bens materiais, privados da família e da própria dignidade humana. Numa primeira acusação ainda poderia haver alguma indulgência por parte do Tribunal, mas um segundo processo é, na maior parte das vezes, fatal para o acusado. A fogueira consumiu centenas de cidadãos ao longo dos quase 300 anos de Inquisição em Portugal. A população acorria a ver arder “os de Israel”.

Enquanto por cá se dava “caça às bruxas”, Henrique II (1550) e Henrique III (1574) de França legislavam a favor da nação judaica portuguesa, já alicerçada no sudoeste deste país, facilitando-lhes o tráfico comercial, manufacturas e outras actividades mercantis de grande proveito para a coroa francesa. *No século XVI, os judeus portugueses e espanhóis convertidos criaram uma comunidade nova garantida pelas cartas de naturalidade concedidas por Henrique II aos cristãos-novos ou mercadores portugueses. Clandestinos no século XVII, o judaísmo da nação portuguesa surge à luz do dia no século XVIII, com oito sinagogas, sermões pregados ou impressos [...] os seus membros contam grandes armadores como Abraham Gradis e Salomon Lopes-Dubec, negociante.*<sup>32</sup>

Em fuga, comunidades de judeus portugueses procuram vida noutras paragens, onde, de início, vivem receosos de expressar a sua religiosidade, ostentam exteriormente símbolos cristãos, só se manifestando quando sentissem alguma segurança.

Antuérpia, grande centro de trocas comerciais dos produtos vindos das colónias, é uma cidade de grande relevância para os portugueses a partir do século XVI. Contudo, para o final da centúria, acabaria por declinar em favor de Hamburgo e Amesterdão, onde os judeus emigrantes portugueses, apesar de poucos, assumem papel relevante. Ainda em finais do século XVI e princípios do século XVII, uma minoria da população conversa emigra para lugares onde é permitida a prática do judaísmo: Veneza, Livorno, Londres, Bordéus, Baiona e colónias holandesas e inglesas. Curiel, Ximenes e Solis, que dominam o comér-

31 SIMÕES, Cunha, *Judeus, Portugal e os Sentimentos*, Alcanena, Edições Cunha Simões, 2008. pp. 77 e 78

32 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.) (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 114

cio da pimenta, são algumas das famílias mais notáveis que fogem da Inquisição. Entre 1570 e 1630 os conversos destacam-se na indústria açucareira.

No reinado de D. João III ocorre em Portugal um peculiar caso envolvendo a popular figura de Bandarra. Os seus escritos proféticos sobre a vinda do Messias e as obscuras interpretações que motivam, geram grande interesse, e a sua propagação valeu a Bandarra uma acusação, em 1538, que o levaria às masmorras da Inquisição. As trovas são interditas e o autor proibido de possuir livros (excepto os Evangelhos) e de escrever sobre a Sagrada Escritura. Com um sucesso assinalável, são editadas em Paris, Nantes e Londres. Em Portugal, só com a Revolução Liberal veriam a luz do dia.

Impõe-se uma referência à grande e proeminente figura da época, Damião de Góis (1502-1574), que *Foi agente e diplomata ao serviço de D. João III e distinguiu-se como cronista e como músico, sendo uma figura maior do humanismo europeu. A sua obra reflecte em matéria religiosa a atitude de tolerância ecuménica fundada no Evangelho. [...] No que diz respeito à questão judaica, referindo-se ao édito de expulsão de Dezembro de 1496, Góis justificou a decisão régia como uma obrigação política, tomada em nome da manutenção das boas relações com os reinos vizinhos, sublinhando, porém, a perda para a economia daí resultante, com a saída de boa gente destra em ofícios mecânicos e também para a segurança do reino, pois os judeus podiam pôr os seus «sotis e delicados spiritos» ao serviço dos inimigos de Portugal. Neste caso, o cronista evitou emitir juízos valorativos. Já nos relatos da passagem das famílias judias de Castela e Portugal (1492) e da matança dos cristãos-novos em Lisboa no domingo e segunda-feira de Pascoela de 1506, não hesitou em censurar os actos violentos cometidos.*<sup>33</sup>

Damião de Góis acabou por não escapar à santa, velhaca e odiosa Inquisição, para a qual nem só o judeu era vítima dos seus crime; Damião de Góis, um dos homens mais inteligentes do renascimento, conhecido em toda a Europa, historiador honesto, sabedor, rigoroso é assim apanhado nas garras do Santo Ofício, denunciado pelo padre Simão Rodrigues e pela ganância do seu próprio genro, Luís de Castro. Primeiro é condenado à morte pelo fogo, depois comutada em prisão perpétua, acaba por aparecer morto, em condições suspeitas, na sua casa de Alenquer, em cima da lareira.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Idem, p. 247

<sup>34</sup> SIMÕES, Cunha, *Judeus, Portugal e os Sentimentos*, Alcanena, edições Cunha Simões, 2008, pp. 86 e 87

Num intrincado e aparentemente contraditório jogo de interesses, D. Sebastião (1557-1578) reforça a política de proibição de saída do reino de cristãos-novos, engendrada na regência do cardeal D. Henrique (1567). Em 1577 concede mesmo graças aos judeus a troca de ouro para financiar a expedição militar a Marrocos. Mas tal não impede que entre 1570 e 1578 ocorra a primeira grande vaga de prisões no reino português. Com a morte de D. Sebastião, D. Henrique (1578-1580) toma as rédeas do governo, apressa-se a alargar o Santo Ofício a todo o país, promove as primeiras visitas e concede aos funcionários da Inquisição regalias especiais. Do papa, o Cardeal consegue poderes extra para o Tribunal no que à heresia e sodomia diz respeito. A caça à *gente da nação hebreia ou homens da Nação*, como os próprios gostam de se designar, prossegue.

D. António é aclamado rei em 1580. Apesar de ter sangue judeu por parte da mãe, não pode, no seu efêmero reinado, contar muito com a ajuda de judeus, demasiado perturbados e apreensivos, como aliás o resto do país, devido ao desastre de Alcácer Quibir e ao problema da sucessão.

Na regência dos Filipes (1581-1640), saem do país milhares de judeus e muitos outros homens de valor. O fanatismo religioso destes monarcas deu azo a contínuas perseguições, explorações e maus-tratos. A derrota da Invencível Armada repercutiu os seus efeitos negativos no reino, e embora se tenha registado alguma melhoria no campo económico, tal não foi suficiente para travar a emigração e revoltas populares. Em 1637 registam-se tumultos em Évora motivados pelo lançamento da nova sisa, pelos salários em atraso, pelo agravamento de impostos e contra os abusos da nobreza. Nesta cidade são presas 713 pessoas entre 1615 e 1640. São detidas figuras relevantes: médicos, professores universitários, advogados e gente da igreja: (...) *as grandes prisões de Coimbra, na década de 20 do século XVII, arrasam a «gente da nação» e constituem um escândalo nacional que leva em 1629 à realização da Junta de Tomar; onde os prelados tentam encontrar soluções para o judaísmo*.<sup>35</sup> A figura de António Homem é um caso exemplar: meio cristão-novo, cavaleiro fidalgo, almoxarife de Coimbra, especialista em direito canónico, regente de várias cadeiras, deputado e agente da fazenda, cónego e sacerdote, é relaxado no auto de 5 de Maio de 1640. Em 1616, aquando de uma visita à Universidade de Coimbra, é acu-

sado de herege, apóstata, dogmatista e homem de maus costumes. Em 1621, Mateus de Brito Godins é também denunciado por afirmar que *era lástima ver como padeciam injustamente os cristãos-novos*.<sup>36</sup> Anos mais tarde este mesmo judeu gritaria de uma janela da Câmara de Beja: «Viva El-rei D. João IV».

Em 1633, a inquisição italiana prende Galileu Galilei, acusado de heresia por reafirmar a teoria heliocêntrica de Copérnico. Em Portugal, uma das mais interessantes personagens do século XVII, o Padre António Vieira (1608-1697), religioso, diplomata, escritor e orador da Companhia de Jesus, influente em termos políticos e destacado missionário em terras do Brasil, defende a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, critica os sacerdotes da sua época, pugna pela abolição da escravatura e da própria Inquisição, que o perseguiu e prendeu. Já nos últimos anos de vida, é queimado em efígie no pátio da Universidade de Coimbra.

Desde a sua origem, a Companhia de Jesus é favorável à assimilação de cristãos-novos, existindo embora um ou outro membro opositor no seio da Ordem, por não acreditarem na completa irradiação no crime da heresia e apostasia. Os jesuítas, além de serem favoráveis à inclusão de cristãos-novos na Ordem, eram também adeptos das suas uniões com cristãos-velhos através do casamento. *Com esta mistura e conformidade cessará este contágio porque os que se casarem com cristãos-velhos ficam livres de má suspeita e aprovam sua cristandade [...] E sem dúvida que, em pouco tempo, se acabará e extinguirá o contágio e comunicação da apostasia que em alguns há e não haverá exceção de pessoas que seja causa de ódios [...] evitar-se-ão muitos ódios e divisões particulares e públicas que nestes reinos há, causados da muita exceção das pessoas*. «Aumentará assim a nobreza de hespanha porque muitos tomarão as armas à custa da sua fazenda e remediarão com os casamentos muitos fidalgos pobres. Acrescentar-se-ão os Reinos e a riqueza «porque, sendo favorecidos e honrados os homens de negócio da dita nação, se animarão mais a servir V. Majestade e com o trato e negócio crescerão as rendas reais».<sup>37</sup> Mário Saa também não passa em branco esta política de aproveitamento, que interessava ao poder instalado, na sua obra intitulada “A Invasão dos Judeus”: *Em primeiro lugar os matrimónios mistos só com raridade se faziam [...] e esses cruzamentos obedeciam a preceitos e regras fixas; assim a nobreza [...] entravam apenas as vergôntes femininas, as judias. [...] O*

36 Idem, p. 85

37 COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora*, Lisboa, Caminho, 1987, vol. II, pp. 134-139

*cristão-novo cedia as filhas por segurança, o nobre solucionava com o casamento a melhoria de cabedais. [...] A caça às judias bem dotadas principiou no tempo da dominação espanhola. [...] e para evitar estes casamentos, Filipe III de Portugal ordenou que os dotes das judias não passassem os 200 cruzados.*<sup>38</sup>

Conclui-se que, na realidade, sempre houve casamentos entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Elementos pertencentes a uma certa nobreza, mais ou menos falida, não tinham qualquer pudor em casar com cristãs-novas ricas, com o único objectivo de encherem os bolsos e viver às custas de laboriosos indivíduos que lhes proporcionavam vida regalada. Grande parte das riquezas da Península Ibérica deriva, sem dúvida, das actividades mercantis dos judeus, que somam fortunas consideráveis. A Companhia das Índias Orientais, criada em 1628, tem como administrador o rico cristão-novo Diogo Rodrigues, de Lisboa, que será encarcerado em 1631, acusado de judaísmo. O seu auto foi lido em Janeiro de 1633 na igreja de S. Domingos e a Companhia é extinta no mesmo ano, a 12 de Abril. Não restam dúvidas que a Inquisição foi causa de destruição e aniquilamento de homens e riquezas. Espanha não é muito diferente. Em 1655 a Inquisição condena 75 judeus portugueses ou de origem portuguesa. Mais uma vez em fuga, os judeus rumam a terras beirãs e fronteiriças como Penamacor, Covilhã ou Belmonte, que lhes servem de refúgio. Mas a debandada maior dá-se para a Holanda, e *Amesterdão torna-se no século XVII a primeira comunidade de judeus portugueses*,<sup>39</sup> cujos estatutos datam de 1638. Em 1675 os sefarditas inauguram a sua imponente sinagoga, designada por Esnoga, próxima de uma outra dos asquenazitas.<sup>40</sup> No século seguinte, Amesterdão tornar-se-á um grande centro de criação literária portuguesa e espanhola. Além da Holanda, também a França e cidades como Metz e Bordéus conhecem um desenvolvimento acentuado das comunidades judaicas de origem portuguesa. A Inglaterra é outro destino na Europa, mas a preferência incide no Brasil e Estados Unidos da América, tornando-se Nova Iorque a cidade preferida, então designada por Nova Amesterdão.

Cunha Simões assinala que com D. João IV (1640-1656) *A dinastia que começa, descende toda de uma judia: Inês Pires. [...] O rei se não tivesse sangue judeu a circular-lhe nas veias, não tinha coragem*

38 SAA, Mário, *A Invasão dos Judeus*, Lisboa, 1926, pp. 37-38

39 SCHWARZFUCHS, Simon, (intr. et notes), *Le Registre des Deliberations de la Nation Juive Portugaise de Bordeaux (1711-1787)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982, p. 4

40 Os asquenazitas eram judeus de estratos inferiores aos sefarditas. Eram frequentemente vendedores de roupa velha e bufarinhos.

*para garrotar, castigar e queimar os desleais.*<sup>41</sup> Nesta altura crítica, o reino está vazio de bens, o tráfego comercial paralisado e exército não existe. A nível externo os holandeses ameaçam as colónias, os espanhóis estavam longe de renunciar ao Rectângulo e os portugueses longe de lhes dar tréguas. A nível interno conjecturam-se traições ao novo monarca. Fidalgos fogem para Espanha com todos os bens possíveis, juntando-se a Sebastião de Matos de Noronha, ao Inquisidor Geral e a outros grandes da nobreza e do clero, partidários da entrega do reino a Filipe IV. Cunha Simões acrescenta: *D. João IV foi implacável para os «amigos». Mandou-os degolar. O arcebispo de Braga, o mais cínico de todos, morreu na prisão.*<sup>42</sup> E mais à frente: *“D. João IV teve de realizar dinheiro imediatamente. Os judeus ajudaram. Os contactos fizeram-se em todas as direcções. Na Holanda vivia Menassed Ben Israel, judeu português e rabino inteligentíssimo [...] foi um dos contactados.*<sup>43</sup> Figura de relevo é também Jerónimo Nunes da Costa, nomeado em 1645 agente de Portugal nas Províncias Unidas, o maior importador de produtos portugueses. Em 1650 é correspondente em Amesterdão de alguns comerciantes de sal português.

Entretanto o Santo Tribunal não adormece, continua a perseguir os seus intuitos. O cristão-novo Henrique Fernandes Mendes, administrador da Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649, acaba por ser preso, assim como outros importantes homens de negócios, sob acusação de não cumprimento dos objectivos. A Companhia é extinta em 1664.

Fora os processos dos tribunais de Évora e de Lisboa, só nos 16 anos de reinado de D. João IV humilham-se na Inquisição de Coimbra 506 pessoas, e no reinado seguinte, o de D. Afonso VI (1656-1683), em menos do dobro do tempo, quadruplica o número de aviltados no Tribunal desta cidade, somando 2105.<sup>44</sup>

A diáspora dos judeus lusos continua mundo fora. Em 1656 Cromwel permite o seu estabelecimento em Inglaterra, graças, também, aos esforços do citado Menassed Ben Israel. A sinagoga portuguesa será construída em 1681.

A Inquisição está instalada em Goa através do seu tribunal de primeira instância desde 1560, abrangendo *a sua jurisdição geográfica às possessões dispersas desde a Costa de Moçambique até Macau, atra-*

41 SIMÕES, Cunha, *Judeus, Portugal e os Sentimentos*, Alcanena, Edições Cunha Simões, 2008, p. 101

42 Idem, p. 101

43 Idem, p. 102

44 GUERRA, Luiz de Bivar, *Inventário dos processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972, vol. I, pp. 194-279

*vés dos familiares e comissários aí residentes e de visitas dos inquiridos de Goa.*<sup>45</sup> No Brasil, apesar de nunca chegar a haver um Tribunal da Inquisição, os bispos não deixam de exercer os preceitos do Tribunal de Lisboa. Vários judeus residentes no Brasil são obrigados a fazerem-se cristãos-novos, enquanto outros preferem emigrar para Newport e Providence, duas localidades que acolhem os foragidos de terras de Vera Cruz. Uma nova vaga aportará a estas localidades, anos mais tarde, cerca de 1755.<sup>46</sup>

Afonso VI e Carlos II de Espanha assinam em 1668 o Tratado de Paz que poria termo à guerra da Restauração. Mas em ambos os países a “guerra” aos judeus continua. Em Portugal, o sambenito<sup>47</sup> é para ser usado, e a relaxação em carne ou em estátua está a cargo do braço secular. Os judeus continuam, no entanto, a progredir no comércio e na indústria daquém e dalém mar. O Brasil é a menina dos seus olhos. Também o é para D. Pedro II (1683-1706), e muito especialmente de D. João V (1706-1750), que se torna extraordinariamente rico. As minas de ouro alimentam a sua vaidade levando-o a imitar o fausto e o aparato da corte de Luís XIV de França. A clerezia católica também não se descuida e vai buscar o modelo às dignidades eclesiásticas de Roma, cujo vestuário se torna obscenamente sumptuoso. Tudo é esplendor e beleza. Lisboa vê nomeado o seu primeiro patriarca, D. Tomás de Almeida, bispo do Porto. É então papa Clemente XI. A criação do patriarcado é mais um capricho de D. João V para se equiparar, a nível de influência e prestígio, a outras coroas europeias nas relações com Roma.

Além dos gastos em proveito próprio, o rei magnânimo despende fortunas em grandes obras públicas como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, o que, afinal, o obriga a lançar novos impostos sobre o azeite, o vinho, a carne e o sal. Remodela ainda o exército, funda a Real Academia de História, cria bibliotecas, incentiva o ensino da matemática e das artes. Os judeus sabem tirar partido das disposições régias, nomeadamente dos incentivos e ajudas que presta à indústria e ao comércio. Mas nem tudo são rosas. Portugal acabará por entrar em dificuldades económicas devido à situação crítica do Império do Oriente, e também devido ao intenso contrabando do ouro do Brasil. A nível interno, a par dos conflitos de trabalho e de uma nobreza insubordinada, o ódio aos judeus intensifica-se e a máquina inquisitória não para. Da fogueira consegue escapar o inventor da passarola, fugindo

45 MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.), (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 246

46 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, 1945, vol. XIV, p. 344

47 Uma vestimenta que consistia numa capa grande usada nos autos-de-fé pelos condenados da Inquisição.

para Toledo. A máquina voadora não vinga e Bartolomeu de Gusmão é perseguido e acusado de propósitos anti-religiosos.

Isaac Mendes Seixas e Ribeiro Sanches também preferem outras paragens. António Nunes Ribeiro Sanches deixa Portugal aos 27 anos de idade para não mais voltar, *tendo tido ocasião de conhecer pessoalmente no decurso da sua vida muitos outros portugueses foragidos, vítimas de intolerâncias diversas e contraditórias que, cada qual a seu modo, iam afligindo o seu país. Jacob de castro Sarmento, médico como ele e como ele refugiado do anti-semitismo inquisitorial; [...] com razão ou sem ela, à sua pátria chamou o «reino cadaveroso» designação que tem toda a sua força na pena de um médico e foi retomada em nossos dias por António Sérgio. Foi sócio, pelo menos de duas Academias de Ciências, a de São Petersburgo e de Lisboa.*<sup>48</sup>

Dos que ficam contam-se às centenas os lançados na fogueira. Entre eles, o desventurado dramaturgo António José da Silva, lembrado por Camilo Castelo Branco numa das suas obras intitulada “O Judeu”, e por Claude-Henri Freches na obra “António José da Silva e a Inquisição”. Na primeira apresentação, que data de 1726-1727, António José da Silva, como acontece em praticamente todas as primeiras apresentações dos acusados, obtém o perdão do Tribunal, o que não acontece no segundo processo de 1737-1739, em que, obstinadamente, nega a prática das leis moisaicas. Tal não impede que seja condenado à morte pelo fogo, depois de ter sido espiado e torturado. Morre o autor de «Guerra do Alecrim e Mangerona» no dia 18 de Outubro de 1739, por ordem do Inquisidor Geral. O libelo já tinha sido assinado uns meses antes pelos inquisidores *Philipe Maciel, Agostinho Gomes Guimarães, Theodósio da Fonseca Souto Maior, Manuel de Mattos, Henrique de Almeida Carvalho, Francisco Pereira da Cruz, Frei Sebastião Pereira de Castro*<sup>49</sup>

O palácio dos Estaus torna-se a sede do Tribunal da Inquisição e é a partir daqui que se desenrolam os autos-de-fé. Para se ter uma ideia dos macabros espectáculos que oferece, observe-se a descrição de Claude-Henri Freches: *Du vieux palais des Estaus, devenu siège du Saint Office et prison inquisitoriale, sortait une procession haute en couleur; croix, bannière, confrérie de la Miséricorde, cavaliers et familiers enveloppand les malheureux condamnés, vêtus du sambenito jaune et rouge. Ils allaient à l'autodafé. La cérémonie s'accompagnait d'un sermon souvent baroque, en l'église de São Domingos. Les nobles, la famille*

48 SERRÃO, Joel, (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, vol. V, pp. 347 e 348

49 FRECHES, Claude-Henri, *António José da Silva et l'Inquisition*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982, p. 169

*royale se montraient aux tribunes. Après l'abjuration, les prisonniers revenaient aux Estaus. Ceux qui avaient été déferé au pouvoir civil en repartaient le lendemain, encadrés par les confrères de la Miséricorde, pour les bords du fleuve. Des religieux les exhortaient. Des guérites de bois, munies d'une banquette, les cachaient aux regards. Ils y étaient étranglés avec un lacet. Puis on mettait le feu à l'ensemble. Plus tard le Tage recevait leurs cendres. Familiers et confrères, curieux de toutes espèces s'égaillaient enfin.*<sup>50</sup>

Um auto-de-fé é uma cerimónia solene pública, cujos rituais de penitência ou humilhação dos heréticos e apóstatas servia de exemplo a todos. O evento é divulgado através de editais e com convites especiais para as autoridades eclesiásticas, académicas e civis, com a lista dos processados. O rei recebia particularmente a informação. *As absolvições eram dadas no Tribunal em autos particulares. A partir de 1670, já em fase de declínio, os autos foram cada vez mais celebrados em igrejas ou nas sedes dos tribunais do Santo Ofício.*<sup>51</sup> O último auto-de-fé realiza-se em 1765.

A Igreja detém amplos privilégios no que às questões eclesiásticas diz respeito, podendo exercer controlo sobre os fiéis através dos registos de baptismo, crisma, casamento, confissões, etc. Através do ensinamento do catecismo e dos sermões pregados com fervor dos púlpitos ou nos adros das igrejas, os indivíduos são induzidos a adoptar determinadas formas de pensar e de se comportar. O tribunal do Santo Ofício, com jurisdição eclesiástica exclusiva, põe e dispõe em matérias relativas a heresia, apostasia, blasfémia, sacrilégio e sodomia. Nos três tribunais de Portugal e no de Goa há pessoas que se dedicam a tarefas de averiguação, quantificação e confisco de bens dos condenados.

Ao longo dos tempos, a Inquisição sofre algumas alterações consoante a boa ou má relação com os poderes instalados. No período Pombalino, assiste-se a alterações substanciais nas relações de poder, com a Igreja a ser afastada de questões do foro exclusivamente civil.

D. José I (1750-1777), rodeado de pessoas como Diogo de Mendonça Corte Real, Pedro da Mota e Silva e muito particularmente da carismática figura de Sebastião José de Carvalho, oponentes acérrimos à política de D. João V, irá empreender múltiplas acções que tornarão Portugal um país mais moderno. Um dos primeiros passos do novo governo é a consolidação do poder central. Alguns nobres sentem a mão pesada de Pombal, tais como o Marquês de Távora e o Duque de Avei-

<sup>50</sup> Idem, p. 5

<sup>51</sup> MUCZNIK, Lúcia Liba; TAVIM, José Alberto R. S. (et al.), (coord.), *Dicionário do Judaísmo Português*, Lisboa, Editorial Presença, 1ª ed., 2009, p. 234

ro, implicados no atentado contra o rei, a 3 de Setembro de 1750. O que Sebastião de Carvalho pretende é restringir, definitivamente, o poder das mais influentes famílias nobres. A Inquisição perde poderes, mas os medos e os encarceramentos continuam, razão por que Luís António Verney publica clandestinamente, em 1751, «O Verdadeiro Método de Estudar», no qual assinala a necessidade do ensino do hebraico.

Mau grado o Terramoto de Lisboa e o envolvimento na Guerra dos 7 Anos (1756-1763), a implementação de reformas a diversos níveis irá reflectir-se no melhoramento da nossa indústria e desenvolvimento no trato ultramarino, nos quais os judeus, em especial, e outros cidadãos mais arrojados tiram o devido proveito. As indústrias de lanifícios da Covilhã e do Fundão prosperam, assim como as fábricas de Portalegre e Azeitão. São criadas as Companhias Comerciais no Brasil e as Companhias de Agricultura das Vinhas do Alto Douro e a da Pesca da Baleia. De referir a possível influência do judeu português Isaac de Pinto<sup>52</sup> na política de Pombal, como filósofo, economista e grande financeiro que esteve envolvido na criação das Companhias.

Nesta época são ainda criadas a Fundação Real da Junta do Comércio do Erário Régio e a Real Mesa Censória. Na Universidade de Coimbra é implementada a faculdade de Matemática e a faculdade de Filosofia. É criada a Aula do Comércio e inaugurado o Real Colégio dos Nobres.<sup>53</sup>

Os jesuítas são acusados de usurpação de riquezas no Brasil e de cumplicidade no atentado contra o rei em 1758. Por alvará de 28 de Junho de 1759, extinguem-se as suas classes e escolas, e a lei de 3 de Setembro do mesmo ano expulsa-os do país. Parte deles são desterrados para Itália, outros ficam presos nos conventos e outros são mortos, como o jesuíta Malagrida, por insistir e persuadir as pessoas que o Terramoto fora castigo divino. Ironicamente, morre às mãos da própria Inquisição. Num ápice apagam-se 219 anos de poder e influência dos seguidores de Inácio de Loyola.

Mais uma vez o Santo Ofício abranda mas não pára. Em 1763 é enviada a Belém do Pará uma delegação para observar os comportamentos e as crenças dos seus habitantes. No reino, a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos é levada a cabo pelo Marquês em 1773; mas o que se verifica, de facto, é que, ao longo do período monárquico, só é português quem professe a religião católica.

No Tribunal de Coimbra, entre 1751 e 1777, contam-se 259 proces-

52 SIMÕES, Cunha, *Judeus, Portugal e os Sentimentos*, Alcanena, Edições Cunha Simões, 2008, p. 113

53 Proposta de A. N. Ribeiro Sanches da criação de um Colégio Real dos Nobres em “*Cartas sobre a educação da mocidade*”, in *Obras*, vol. I, Coimbra, 1959, pp. 201-366”

sos de indivíduos da região.<sup>54</sup> Em 1760, 16 criptojudéus do Fundão são condenados no tribunal de Lisboa.

Em França, na cidade de Baiona, através de «Cartas Patentes», Luís XV permite que os judeus saiam da clandestinidade. Em 1752 é aprovado pelo rei o regulamento da nação judaica, que os próprios elaboram. A emigração para Baiona já se vinha arrastando desde o século XVI, onde se observavam as práticas moisaicas clandestinamente. A partir desta data ficam livres de praticar o seu culto.

D. Maria I de Portugal (1777-1816) sobe ao trono em Fevereiro de 1777 e é aclamada no mês de Maio. Neste ano, consta apenas um processo no tribunal de Coimbra, e não deixa de ser curioso que o primeiro do ano seguinte seja o de *Henrique Leitam de Sousa, solteiro, filho do doutor Ludovico Leitam, de Penamacor*.<sup>55</sup> Até 1816 apresentam-se neste tribunal 206 indivíduos.

A indústria conhece um impulso significativo, nomeadamente as fábricas de lanifícios e da seda, assim como as manufacturas de chapéus, estampania de tecidos e munições, ambiente em tudo propício ao carácter e inclinação dos judeus. *Em Tomar é criada a primeira fábrica de fiação. Os judeus de Tomar foram sempre muito activos. A Sinagoga ainda hoje existe. O judeu Samuel Schwarz comprou o edifício e doou-o ao Estado português. A rua da Judiaria, hoje Joaquim Jacinto, e a Sinagoga são visitadas por milhares de turistas que aproveitam para ver e apreciar o Museu Luso-Hebraico Abraham Zacuto*<sup>56</sup> A exportação de vinho do Porto para Inglaterra sobe, apesar da conjuntura internacional dominada pela Guerra da Independência nas Colónias Norte Americanas e da Revolução Francesa, que dificultam o tráfico. Também o Brasil registava notável desenvolvimento em diversos sectores da economia, muito especialmente na produção de arroz. Por cá são criadas a Real Academia de Ciências de Lisboa, a Aula de Debuxo e Desenho no Porto, a Aula Régia de Desenho e a Casa Pia por iniciativa de Pina Manique. Funda-se a Real Biblioteca de Lisboa, a Academia Real da Marinha, a Academia Real das Fortificações, Artilharia e Desenho. Constroem-se a Basílica da Estrela, o teatro de São Carlos em Lisboa e o de São João no Porto. A abertura de escolas primárias e os serviços da Misericórdia de Lisboa sofrem considerável incremento.

Porém, D. Maria, que tem fama de excelente senhora, muito devota e piedosa, facilmente manipulada pelo clero, *autoriza que a Santa*

54 GUERRA, Luís de Bivar, *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*, Paris, Fundação Caloute Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972, vol. II, pp. 413-426

55 Idem, p. 426

56 CUNHA, Simões, *Judeus, Portugal e os Sentimentos*, Alcanena, Edições Cunha Simões, 2008, p. 116

*Inquisição continue a fazer das suas, encarcerando José Anastácio da Cunha, um matemático de capacidades excepcionais, mas que comia carne quando havia e não ia à missa com regularidade.*<sup>57</sup>

Devido a doença mental da rainha, o filho D. João rege o reino a partir de 1792. Seria rei a partir de 1816 até 1826. Homem pouco talentoso, enfrenta com temor as turbulências da época, dentro e fora de fronteiras. A Inquisição, que abrandara ao tempo de Pombal, acabando com os massacres em massa e mantendo apenas as prisões e tortura sobre personagens especiais, volta a impor-se a partir de 1793. Mas os tempos são outros, as mudanças são irreversíveis. A fuga da coroa e da nobreza para o Brasil, provocada pela chegada dos franceses (1807, 1809, 1810), o controlo britânico sobre importantes recursos portugueses, o país a viver tempos de grande agitação política, são circunstâncias que geram lutas internas e redução da força de trabalho. Em 1820 dão-se revoltas militares no Porto e Lisboa. D. João VI resolve regressar a Portugal, em Julho de 1821, no mesmo ano em que seria extinto o Santo Ofício.

Muitos judeus regressaram então ao país, sempre desconfiados e discretos nas suas práticas religiosas.

Em 1799, Luis de Urquijo, ministro de Carlos IV de Espanha, sugere ao rei a abolição da Inquisição. O resultado é ainda a prisão e a tortura. Só catorze anos mais tarde seria definitivamente extinta. França já a enterrara a 4 de Dezembro de 1808.

O papado extingue definitivamente o Tribunal do Santo Ofício em 1859, depois de cinco séculos de actividade e milhões de vítimas, a grande maioria dos quais judeus.

---

<sup>57</sup> Idem, p. 114



# Relação dos Processos

(em grelha e por períodos)

1557 a 1594

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                    | Nome e Nº de processo                          | Crime/Acusação                      | Naturalidade           | Morada    | Filiação                                           | Estatuto Social  | Profissão                     | Estado Civil | Nome do cônjuge                             | Outros dados                                                                               | Sentença                                                                                                     |
|-------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------|------------------------|-----------|----------------------------------------------------|------------------|-------------------------------|--------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>25/12/1557<br>11/09/1563  | Jorge Fernandes<br>e João Fernandes<br>12628   | Preposições<br>heréticas            | Alpedrinha             | —         | —                                                  | —                | —                             | —            | —                                           | Treslados de um<br>auto que mandou<br>fazer o arcipreste<br>de Penamacor<br>Inácio Ribeiro | —                                                                                                            |
| Coimbra<br>13/10/1566<br>29/11/1567 | Diogo Vasques<br>1076                          | Judaísmo,<br>heresia e<br>apostasia | Penamacor              | Covilã    | Simão<br>Vasques e<br>Branca Rodri-<br>gues        | Cristão-<br>Novo | Tratante                      | Casado       | Filipa Nunes                                | .Data de prisão:<br>13/10/1566<br>.Auto-de-fé:<br>05/10/1567                               | Em 29/11/1567, o réu foi<br>mandado soltar, sendo-lhe<br>levantado cárcere e tirado o<br>hábito penitencial. |
| Lisboa<br>01/11/1567<br>14/11/1568  | Catarina<br>Rodrigues<br>(30 anos)<br>3540     | Judaísmo                            | Penamacor              | Fundão    | Simão Vaz e<br>Branca Rodri-<br>gues               | Cristã-<br>Nova  | —                             | Casada       | Pedro<br>Nunes,<br>tratante                 | .Data de prisão:<br>04/11/1567<br>.Auto-de-fé:<br>14/11/1568                               | Abjuração em forma, instru-<br>ído na fé católica, cárcere e<br>hábito penitencial perpétuo.                 |
| Lisboa<br>28/02/1568<br>18/01/1569  | Álvaro Nunes<br>(17 anos)<br>4120              | Judaísmo                            | Penamacor              | Lisboa    | Lançarote<br>Nunes,<br>cristão-novo e<br>Ana Gomes | Cristão-<br>Novo | Aprendiz<br>de Boti-<br>cário | Solteiro     | —                                           | .Data de prisão:<br>28/02/1568<br>.Auto-de-fé:<br>14/11/1568                               | Abjuração em forma, cárcere<br>com hábito penitencial a<br>arbitrio.                                         |
| Lisboa<br>28/02/1568<br>11/01/1569  | Leonor Mendes<br>(20 anos)<br>7735             | Judaísmo                            | Cernadas,<br>C. Branco | Penamacor | Marcos<br>Mendes e<br>Clara<br>Fernandes           | Cristã-<br>Nova  | —                             | Casada       | Álvaro<br>Fernandes,<br>sapateiro           | .Data de prisão:<br>28/02/1568<br>.Auto-de-fé:<br>11/11/1568                               | Abjuração em forma, cárcere<br>com hábito penitencial a<br>arbitrio.                                         |
| Coimbra<br>09/01/1570<br>08/05/1570 | Manuel<br>Fernandes<br>(+/- 42 anos)<br>2278   | Judaísmo                            | Monsanto               | Penamacor | Fernão<br>Gonçalves e<br>Brites<br>Fernandes       | Cristão-<br>Novo | Sapateiro                     | Casado       | Clara<br>Mendes                             | .Data de prisão:<br>09/01/1570<br>.Auto-de-fé:<br>08/05/1570                               | O réu não foi a auto-de-fé<br>público.                                                                       |
| Lisboa<br>11/03/1571                | Luís Nunes<br>12297                            | Judaísmo                            | Penamacor              | Penamacor | Baltazar<br>Nunes                                  | —                | Mercador                      | Casado       | Leonor Teles                                | .Auto-de-fé:<br>11/03/1571                                                                 | —                                                                                                            |
| Lisboa<br>21/06/1579<br>06/05/1584  | Marqueza Men-<br>des<br>(+/- 50 anos)<br>12435 | Judaísmo                            | Penamacor              | Fundão    | Lopo Mendes<br>e Isabel Dias                       | —                | —                             | Viúva        | Manuel<br>Lopes                             | .Auto-de-fé:<br>06/05/1584                                                                 | —                                                                                                            |
| Lisboa<br>29/05/1579<br>12/04/1585  | Martim Navarro<br>(55 anos)<br>12877           | Luteranismo                         | Pamplona<br>Navarra    | Penamacor | —                                                  | —                | Cardador                      | Casado       | Maria<br>Fernandes,<br>natural de<br>Pinhel | .Auto-de-fé:<br>01/04/1582                                                                 | Foi solto a 12/04/1585                                                                                       |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                        |                               |              |                 |                                |                 |            |              |                 |                                                              |                                                                                                                |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------|--------------|-----------------|--------------------------------|-----------------|------------|--------------|-----------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                  | Crime/Acusação                | Naturalidade | Morada          | Filiação                       | Estatuto Social | Profissão  | Estado Civil | Nome do cônjuge | Outros dados                                                 | Sentença                                                                                                       |
| Lisboa<br>20/05/1579<br>30/06/1586                 | Tristão Fernandes<br>10899             | Preposições heréticas         | Penamacor    | Penamacor       | Álvaro Fernandes e Joana Vaz   | —               | Tintureiro | Casado       | Isabel Vaz      | .Data da sentença:<br>06/05/1584                             | —                                                                                                              |
| Évora<br>02/08/1587<br>28/04/1594                  | Gonçalves Dias<br>(28/30 anos)<br>9464 | Judaísmo, heresia e apostasia | Penamacor    | Castelo de Vide | Simão Luis e Beatriz Gonçalves | —               | —          | Casado       | Beatriz Mendes  | .Data de prisão:<br>21/01/1586<br>.Auto-de-fé:<br>02/08/1587 | Foi mandado para Castelo de Vide cumprir a penitência.<br>Foi repreendido por não trazer o hábito penitencial. |

## Análise dos processos de 1557 a 1594

Dos onze processos que abrangem um período de 37 anos, oito casos decorrem no tribunal de Lisboa, dois no de Coimbra e um no de Évora.

A primeira data que nos aparece nos processos relativos a indivíduos ligados a Penamacor é a de vinte e cinco de Dezembro de 1557, e diz respeito a Jorge Fernandes e João Fernandes (proc. nº 1268).

Seis dos processos arrastam-se por vários anos. Os de Tristão Fernandes (proc. nº 10899) e de Gonçalves Dias (proc. nº 9464) são os mais morosos, sete anos; os restantes resolvem-se em cerca de um ano ou menos.

O primeiro processo (proc. nº 12628) é o único que faz menção a dois indivíduos com o mesmo nome de família: Fernandes. Este nome aparece ainda referenciado em mais dois processos individuais seguindo-se, em número de incidências os nomes Mendes e Nunes, com duas referências cada.

Dos doze indivíduos, nove são do sexo masculino e três do sexo feminino.

Nem todos os processos referem a idade dos sentenciados; no entanto verifica-se que a maioria se situa entre os dezassete e os cinquenta e cinco anos.

Seis dos réus são acusados de judaísmo; em dois deles há acusações simultâneas de judaísmo, heresia e apostasia: Diogo Vasques (proc. nº 1076) e Gonçalves Dias (proc. nº 9464). Aparecem dois crimes de pre-

posições heréticas, que dizem respeito a Jorge e João Fernandes (proc. nº 12628) e Tristão Fernandes (proc. nº 10899), e um de luteranismo, o de Martim Navarro (proc. nº 12877).

Do total dos indivíduos, sete nascem em Penamacor, mas só dois deles residem na Vila; dos demais dois moram no Fundão, um na Covilhã, um em Castelo de Vide e outro em Lisboa.

Jorge e João Fernandes (proc. nº 12628), naturais de Alpedrinha, vivem em Penamacor; Leonor Mendes (proc. nº 7735) natural de Cernadas, Castelo Branco, Manuel Fernandes (proc. nº 2278), natural de Monsanto e Martim Navarro natural de Pamplona, Navarra, fixam residência em Penamacor.

Dois dos processos não referem a filiação, o de Jorge e João Fernandes (proc. nº 12628), e o de Martim Navarro (proc. nº 12877).

O estatuto social de cristão-novo só aparece em cinco indivíduos; nos restantes não há referência.

Quanto às profissões, são apenas registadas as de Diogo Vasques (proc. nº 1076), tratante, Álvaro Nunes (proc. nº 4120), aprendiz de boticário, Manuel Fernandes (proc. nº 2278), sapateiro, Luís Nunes (proc. nº 12297), mercador, e Martim Navarro (proc. nº 12877), cardador. Nos três processos relativos a mulheres não é assinalada a profissão.

Os processados são na maioria casados. Não há indicação do estado civil de Jorge e João Fernandes (proc. nº 12877). Temos ainda Marqueza Mendes (proc. nº 12435), que é viúva, e Álvaro Nunes (proc. nº 4120), solteiro.

As datas de prisão e de auto-de-fé são referenciadas nos processos de Diogo Vasques (proc. nº 1076), Catarina Rodrigues (proc. nº 3540), Álvaro Nunes (proc. nº 4120), Leonor Mendes (proc. nº 7735), Manuel Fernandes (proc. nº 2278) e Gonçalves Dias (proc. nº 9464). Em quatro dos processos encontra-se apenas o registo das datas do auto-de-fé de: Luís Nunes (proc. nº 12297), Marqueza Mendes (proc. nº 12435), Martim Navarro (proc. nº 12877) e Tristão Fernandes (proc. nº 10899).

Os autos-de-fé são públicos, excepto o do réu Manuel Fernandes (proc. nº 2278) que terá sido privado.

Não é conhecida a sentença dos seguintes réus: Jorge e João Fernandes (proc. nº 12628), Luís Nunes (proc. nº 12297), Marqueza Mendes (proc. nº 12435), Martim Navarro (proc. nº 12877), e Tristão Fernandes (proc. nº 10899).

As sentenças incidem na abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial, a arbítrio do inquisidor ou perpétuo, e instrução na fé católica.

A sentença mais dura foi a de Catarina Rodrigues (proc. nº 3540) com “...cárcere e hábito penitencial perpétuo.”



1606 a 1686

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                   | Crime/ Acusação     | Naturalidade              | Morada         | Filiação                                                                    | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                                                 | Outros dados                                                       | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------|---------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Évora<br>09/06/1606<br>22/06/1608  | Pedro Filipe<br>10293                   | Heresia e blasfêmia | Penamacor                 | Cabeço de Vide | Filipe Dias e Catarina Fernandes                                            | —               | Cardador  | Solteiro     | —                                                               | .Data de prisão:<br>09/06/1606<br>.Auto-de-fé:<br>22/06/1608       | Teve libelo e publicação da prova de justiça. Houve diligências várias.                                                                                                                                                                                                |
| Lisboa<br>14/07/1609<br>21/08/1611 | Isabel Fernandes<br>(33 anos)<br>9308   | Bigamia             | Castelo Branco            | Castelo Branco | Domingos Fernandes e Domingas Fernandes (moradores em Penamacor)            | —               | —         | Casada       | 1ª vez<br>Domingos Baltazar<br>2ª vez Miguel Afonso trabalhador | .Data de prisão:<br>26/10/1610<br>.Auto-de-fé:<br>31/07/1611       | Degradada por 5 anos para o Brasil; faça vida marital com o 1º marido, tenha penas e penitências espirituais e pague as custas.                                                                                                                                        |
| Lisboa<br>19/09/1613<br>24/03/1617 | Beatriz Rodrigues<br>(28 anos)<br>10762 | Judaísmo            | Penamacor                 | Alcobaça       | Sebastião Nunes e Beatriz Roiz                                              | Cristã-nova     | —         | Solteira     | —                                                               | .Data da sentença:<br>12/02/1617                                   | —                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Lisboa<br>20/1/1619<br>15/07/1620  | Isabel Nunes<br>(40 anos)<br>2737       | Judaísmo            | Penamacor                 | Penamacor      | Jorge Nunes, cristão novo, mercador e Beatriz Brandoa, cristã-nova          | Cristã-nova     | —         | Casada       | Pedro da Cunha, cristão-novo administrador das aduanas          | .Data de prisão:<br>02/02/1619<br>.Auto-de-fé:<br>05/04/1620       | A ré foi solta em 15/07/1620                                                                                                                                                                                                                                           |
| Lisboa<br>06/08/1619<br>26/01/1621 | Gaspar Lopes<br>(20 anos)<br>10210      | Judaísmo            | Teixoso, Termo da Covilhã | Teixoso        | Sebastião Lopes, natural da Guarda e Maria Rodrigues natural de Benquerença | —               | Sapateiro | Solteiro     | —                                                               | .Data de prisão:<br>31/03/1620<br>.Data de sentença:<br>10/01/1624 | Faça abjuração de leve suspeito na fé e por tal o condenam em 2 anos de degredo para Castro Marim e será instruído nas coisas da fé necessária para a salvação da sua alma e cumprirá as mais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas e paga as custas. |
| Lisboa<br>04/02/1619<br>28/11/1621 | Maria Cunha<br>(+/- 22 anos)<br>11880   | Judaísmo            | Penamacor                 | —              | Pêro da Cunha e Isabel Nunes                                                | —               | —         | Solteira     | —                                                               | .Data da sentença:<br>28/11/1621                                   | —                                                                                                                                                                                                                                                                      |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                         |                                  |              |           |                                                                  |                 |                                                             |              |                                                  |                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------------|--------------|-----------|------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------|--------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                   | Crime/Acusação                   | Naturalidade | Morada    | Filiação                                                         | Estatuto Social | Profissão                                                   | Estado Civil | Nome do cônjuge                                  | Outros dados                                                       | Sentença                                                                                                                                                                                                                                       |
| Lisboa<br>07/08/1619<br>11/07/1622                 | Leonor Nunes<br>(35 anos)<br>1731       | Judaísmo                         | Penamacor    | Penamacor | Domingos Lopes cristão-velho, tecelão e Mércia Nunes cristã-nova | Cristã-nova     | —                                                           | Casada       | Duarte da Costa, parte de cristão-novo, barbeiro | .Data de prisão:<br>09/09/1619<br>.Auto-de-fé:<br>28/11/1621       | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, instruído na fé católica.                                                                                                                                         |
| Lisboa<br>02/10/1619<br>12/02/1622                 | Duarte da Costa<br>(40 anos)<br>9464    | Judaísmo                         | Penamacor    | Penamacor | Sebastião Antunes e Brites Roiz                                  | —               | Barbeiro e guarda das aduanas dos portos-secos de Penamacor | Casado       | Leonor Nunes                                     | .Data de prisão:<br>18/09/1620<br>.Data da sentença:<br>10/12/1621 | Faça abjuração de leve suspeito na fé e por tal o declararam e o condenam em 2 anos de degredo para Castro Marim e será instruído nas coisas da fé e cumprirá as mais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas e paga as custas. |
| Lisboa<br>04/02/1619<br>24/10/1623                 | Pêro da Cunha<br>(44 anos)<br>11863     | Judaísmo                         | Lisboa       | Penamacor | Rodrigues da Cunha e Maria Henriques                             | Cristão-novo    | Vivia de sua fazenda                                        | Casado       | Isabel Nunes, natural de Penamacor               | .Auto-de-fé:<br>sem data                                           | (Contém inventário de bens)                                                                                                                                                                                                                    |
| Lisboa<br>02/05/1620<br>28/11/1621                 | Isabel da Cunha<br>(12 anos)<br>1052    | Judaísmo                         | Penamacor    | Penamacor | Pedro da Cunha e Isabel Mendes                                   | Cristã-nova     | —                                                           | Solteira     | —                                                | .Data de prisão:<br>02/05/1620                                     | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo.                                                                                                                                                                   |
| Lisboa<br>02/05/1620<br>03/04/1623                 | Leonor de Meraado<br>(32 anos)<br>763   | Judaísmo                         | Penamacor    | Penamacor | Jorge Nunes e Brites ou Beatriz Brandoa                          | Cristã-nova     | —                                                           | Casada       | Bernardo da Cunha, 3/4 cristão-novo, aduaneiro   | .Data de prisão<br>02/05/1620<br>.Auto-de-fé:<br>28/11/1621        | Confisco de bens, abjuração em forma cárcere e hábito penitencial perpétuo.                                                                                                                                                                    |
| Lisboa<br>22/02/1620<br>22/05/1624                 | Gaspar Dias Paredes<br>(61 anos)<br>919 | Judaísmo                         | Penamacor    | Guimarães | João Rodrigues cristão - novo e Guiomar Dias, cristã-nova        | Cristão-novo    | Mercador                                                    | Casado       | Brites Lopes                                     | .Data de prisão<br>22/02/1624<br>.Auto-de-fé:<br>05/05/1624        | Abjuração de veemente, degredo para Évora Monte, por 3 anos, cárcere a arbítrio, penitências espirituais pagamento de custas.                                                                                                                  |
| Lisboa<br>08/11/1624<br>17/04/1627                 | Ana Dias<br>(60 anos)<br>12275          | Judaísmo e preposições heréticas | Sabugal      | Penamacor | Manuel Dias e Isabel Dias                                        | Cristã-nova     | —                                                           | Viúva        | Fernão Pires                                     | .Auto-de-fé:<br>14/03/1627                                         | Foi solta a 02/04/1627                                                                                                                                                                                                                         |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                    | Nome e Nº de processo                     | Crime/Acusação                | Naturalidade | Morada          | Filiação                                               | Estatuto Social | Profissão         | Estado Civil   | Nome do cônjuge                                                                           | Outros dados                                                                                                                                                                | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------|--------------|-----------------|--------------------------------------------------------|-----------------|-------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>31/01/1632<br>02/04/1634  | Antónia dos Anjos<br>(33 anos)<br>10287   | Judaísmo                      | Penamacor    | Proença-a-Velha | Aleixo Ribeiro e Luísa Pereira                         | —               | —                 | Casada         | Luís Mendes                                                                               | .Data de prisão<br>16/02/1634<br>.Data da sentença:<br>02/04/1634                                                                                                           | Abjure publicamente seus heréticos erros em forma e em pena e penitência deles lhe assinam cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores, será instruída nas coisas da fé, cumprirá as mais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas e mandam que da excomunhão maior em que incorreu seja absoluta in forma ecclesiae. |
| Évora<br>23/04/1638<br>27/05/1641   | Inês Nunes<br>4419                        | Judaísmo, heresia e apostasia | Arraiolos    | —               | António Dias e Isabel Mendes                           | —               | —                 | Viúva          | Mateus Pires, almocreve                                                                   | .Data de prisão<br>23/04/1638<br>.Auto-de-fé:<br>04/11/1640                                                                                                                 | Foi-lhe comutado o degredo para a vila de Penamacor em 27/05/1641                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Lisboa<br>02/02/1653<br>23/10/1660  | Manuel Mendes Álvares<br>9471             | Judaísmo                      | Penamacor    | Lisboa          | Diogo Álvares e Ana Mendes, naturais de Penamacor      | —               | Mercador de panos | Casado 4 vezes | 1º Gracia Fernandes<br>2º Guiomar de Campos<br>3º Gracia de Almeida<br>4º Maria Henriques | .Data de prisão:<br>14/12/1658<br>.Data da sentença:<br>17/10/1660<br>Observação:<br>Preso com cama e fato necessário a seu uso e confisco de dinheiro para seus alimentos. | Faça abjuração de leve suspeito e por tal, o declararam e o condenam e terá cárcere a arbítrio dos inquisidores, onde será instruído nas coisas da fé e cumprirá as mais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas e pague as custas.                                                                                               |
| Coimbra<br>07/07/1654<br>20/04/1655 | Catarina da Costa<br>(+/- 30 anos)<br>868 | Feitiçaria e superstição      | Penamacor    | Coimbra         | Manuel Lopes, tecelão de panos de cores e Iria Martins | Cristã-velha    | Vivia do trabalho | Viúva          | Manuel Ferreira soldado a cavalo                                                          | .Data de prisão<br>07/07/1654<br>.Auto-de-fé:<br>19/04/1655                                                                                                                 | Foi mandada soltar e jurou segredo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                                    |                                                                                                                 |              |                           |                                                                              |                                              |                                                     |              |                          |                                                                    |                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------|--------------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                              | Crime/Acusação                                                                                                  | Naturalidade | Morada                    | Filiação                                                                     | Estatuto Social                              | Profissão                                           | Estado Civil | Nome do cônjuge          | Outros dados                                                       | Sentença                                                                                                                                             |
| Coimbra<br>22/01/1655<br>19/02/1655                | Estevão de Elvas<br>4047                           | Impedir o recto ministério do Santo Ofício                                                                      | Penamacor    | Praça de Valença do Minho | Gaspar de Elvas de Almeida, escrivão judicial e Mécia da Fonseca             | Cristão-velho                                | Soldado da companhia do Governador António de Abreu | Solteiro     | —                        | .Data de apresentação: 22/01/1655<br>.Data da sentença: 19/02/1655 | —                                                                                                                                                    |
| Lisboa<br>22/07/1655<br>15/12/1655                 | Sebastião Nunes Neto “O Corsário” (38anos)<br>3861 | Procurava comunicar com presos do S.O e ameaçou um familiar que lhe foi pedir a espada que ele tinha apreendido | Penamacor    | Lisboa                    | Duarte da Costa cristão-velho, mercador e feitor da alfândega e Leonor Nunes | Cristão-novo                                 | Mareante                                            | Solteiro     | —                        | .Data de prisão 07/08/1655<br>.Data da sentença: 15/12/1655        | Repreendido, pagamento de custas.                                                                                                                    |
| Lisboa<br>14/07/1655<br>17/10/1660                 | Jorge Nunes Neto “O Corsário”<br>559               | Judaísmo                                                                                                        | Penamacor    | Lisboa                    | Duarte da Costa e [Leonor Nunes]                                             | Cristão-novo                                 | Mercador                                            | Casado       | Clara Pereira            | .Data de prisão 10/01/1658<br>.Data da sentença: 17/10/1660        | Bens confiscados, excunhão maior relaxada à justiça secular.                                                                                         |
| Lisboa<br>30/06/1656<br>15/12/1658                 | Henrique Mendes da Costa<br>10650                  | Judaísmo                                                                                                        | Penamacor    | Guimarães                 | —                                                                            | —                                            | Mercador                                            | Casado       | Ana Rodrigues            | .Auto-de-fé 15/12/1658<br>.Faleceu em: 25/02/1657                  | —                                                                                                                                                    |
| Coimbra<br>28/06/1657<br>21/07/1657                | Salvador Taborda Portugal (24 anos)<br>8159        | Impedir o recto ministério do Santo Ofício                                                                      | Penamacor    | Coimbra                   | Dr. Domingos A. Portugal, conservador da U. Coimbra e D. Isabel Taborda      | Cristão-velho, Cava-leiro da Ordem de Cristo | Estudante da Univ. de Coimbra licenciado em leis    | Solteiro     | —                        | .Data da apresentação: 15/07/1656<br>.Data da sentença: 28/06/1657 | Não foi a auto-de-fé público. Foi-lhe passado termo de segredo em 28/06/1657. Em 21/07/1657 foi-lhe perdoado o tempo de degredo que faltava cumprir. |
| Coimbra<br>14/09/1658<br>23/05/1660                | Branca Henriques<br>6360                           | Judaísmo, heresia e apostasia                                                                                   | Penamacor    | Porto                     | Álvaro Fernandes, curtidor e Joana Lopes                                     | Cristã-nova                                  | —                                                   | Viúva        | Diogo Henriques mercador | .Data de prisão e da sentença: 23/05/1660                          | —                                                                                                                                                    |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                    | Nome e Nº de processo                         | Crime/ Acusação                     | Naturalidade | Morada                           | Filiação                                                                                             | Estatuto Social  | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                             | Outros dados                                                                                       | Sentença                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------------------------------|--------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------|--------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Coimbra<br>14/09/1658<br>23/05/1660 | Ana Rodrigues<br>9025                         | Judaísmo,<br>heresia e<br>apostasia | Penamacor    | Porto                            | Manuel<br>Rodrigues<br>mercador e<br>Justa<br>Rodrigues                                              | Cristã-<br>nova  | —         | Casada       | Gonçalo<br>Rodrigues-<br>Nardo,<br>mercador | .Data de prisão<br>14/09/1658<br>.Auto-de-fé:<br>23/05/1660                                        | Foram passados à ré termos<br>de soltura e segredo em<br>24/05/1660 e 11/06/1660<br>foram-lhe passados termos<br>de ida. A ré foi informada de<br>que se lhe perdoava o tempo<br>que lhe faltava para acabar<br>de cumprir a sua penitência. |
| Coimbra<br>23/05/1660<br>12/06/1660 | Justa Rodrigues<br>1082                       | Judaísmo,<br>heresia e<br>apostasia | Penamacor    | Porto                            | Álvaro<br>Fernandes,<br>trapeiro e<br>Joana Lopes                                                    | Cristã-<br>nova  | —         | Viúva        | António<br>Mendes,<br>mercador              | .Data de prisão<br>04/12/1658<br>.Auto de<br>sentença:<br>23/05/1660<br>.Auto-de-fé:<br>25/05/1660 | Foi passada à ré termo<br>de soltura e segredo em<br>24/05/1660. Em 12/06/1660<br>foi-lhe dada licença para<br>ir para o Porto acabar de<br>cumprir a penitência.                                                                            |
| Coimbra<br>23/05/1660<br>14/06/1660 | Ana Mendes<br>(+/- 33 ou 34<br>anos)<br>9501  | Judaísmo,<br>heresia e<br>apostasia | Penamacor    | Melo,<br>assistente<br>em Peredo | Manuel<br>Mendes, tintu-<br>reiro e Clara<br>Mendes                                                  | Cristã-<br>nova  | —         | Casada       | Diogo Dias,<br>sapateiro                    | .Data de prisão<br>27/11/1656<br>.Data de<br>sentença:<br>23/05/1660<br>.Auto-de-fé:<br>23/05/1660 | Foram passados à ré termo<br>de soltura e segredo em<br>24/05/1660 e penitência em<br>14/06/1660.                                                                                                                                            |
| Lisboa<br>30/07/1661<br>17/09/1667  | Catarina Nunes<br>(19 anos)<br>11418          | Judaísmo                            | Elvas        | Elvas                            | Simão Nunes,<br>natural de<br>Alenquer e<br>Leonor Dias,<br>natural de<br>Penamacor                  | —                | —         | Solteira     | —                                           | .Data da<br>sentença:<br>17/09/1667                                                                | —                                                                                                                                                                                                                                            |
| Lisboa<br>20/12/1663<br>19/12/1664  | Luis Mendes de<br>Vargas<br>(60 anos)<br>4771 | Judaísmo                            | Penamacor    | Covilhã                          | Simão<br>Rodrigues<br>Chaves,<br>cristão-novo,<br>mercador<br>e Maria de<br>Vargas, cristã<br>- nova | Cristão-<br>novo | Mercador  | Casado       | Maria<br>Franca,<br>Cristã-nova             | .Data de prisão<br>19/01/1664<br>.Auto-de-fé:<br>17/08/1664                                        | Confisco de bens, abjuração<br>em forma, cárcere e hábito<br>penitencial a arbitrio, peni-<br>tências espirituais.                                                                                                                           |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                       |                |              |        |                                                                               |                 |           |              |                                        |                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|--------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                 | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada | Filiação                                                                      | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                        | Outros dados                                                                                                            | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Lisboa<br>Coimbra<br>06/02/1664<br>09/07/1668      | Brites Rodrigues<br>(50 anos)<br>1101 | Judaísmo       | Penamacor    | Guarda | Sebastião Nunes, cristão-novo e Mécia Rodrigues cristã-nova                   | Cristã-nova     | —         | Casada       | Simão Franco, cristão-novo, curtidor   | .Data de apresentação: 06/02/1664<br>.Auto-de-fé privado: 07/07/1668<br>.Entrou na Inquisição de Coimbra em: 06/02/1664 | Abjuração em forma, penitências espirituais e pagamento de custas.                                                                                                                                                                                           |
| Lisboa<br>06/02/1664<br>16/07/1668                 | Simão Franco<br>(55 anos)<br>11348    | Judaísmo       | Penamacor    | Guarda | Manuel Franco, natural de Penamacor e Ana Rodrigues                           | Cristão-novo    | Curtidor  | Casado       | Beatriz Rodrigues natural de Penamacor | .Data da sentença: 12/07/1668                                                                                           | Foi solto a 16/07/1668                                                                                                                                                                                                                                       |
| Lisboa<br>06/02/1664<br>03/07/1668                 | Mécia Rodrigues<br>(34 anos)<br>11350 | Judaísmo       | Monsanto     | Guarda | Simão Franco e Beatriz Rodrigues naturais de Penamacor                        | Cristã-nova     | —         | Casada       | Heitor Mendes                          | .Data da sentença: 27/06/1668                                                                                           | Foi solta a 03/07/1668                                                                                                                                                                                                                                       |
| Lisboa<br>30/03/1671<br>18/08/1692                 | João da Cruz<br>(22 anos)<br>9575     | Judaísmo       | Fundão       | Fundão | Manuel Jorge Arroio, natural do Fundão e Justa de Paiva, natural de Penamacor | —               | Curtidor  | Casado       | Isabel Henriques                       | . Data da prisão: 24/12/1673                                                                                            | Abjure seus erros em forma e terá cárcere e hábito perpétuo e será instruído nos mistérios da fé e cumprirá as mais penas e penitências espirituais que lhe forem impostas e mandou que da excomunhão maior em que incorreu seja absoluto in forma ecclésia. |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                    | Crime/Acusação | Naturalidade                    | Morada            | Filiação                                                                                                                                                | Estatuto Social  | Profissão                                    | Estado Civil | Nome do cônjuge                           | Outros dados                                                                   | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------|------------------------------------------|----------------|---------------------------------|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------|--------------|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>29/12/1673<br>11/04/1674 | Luis da Cunha<br>(31 anos)<br>7393       | Judaísmo       | Alcaide,<br>termo da<br>Covilhã | Castelo<br>Branco | Martinho<br>de Oliveira,<br>cristão-velho<br>que foi paga-<br>dor geral na<br>fronteira de<br>Penamacor e<br>de Juliana da<br>Cunha, 3/4<br>cristã-nova | Cristão-<br>novo | Mercador                                     | Casado       | Maria<br>Bernardes<br>1/2 cristã-<br>nova | .Data da apresen-<br>tação: 29/12/1673<br>.Auto-de-fé pri-<br>vado: 11/04/1674 | Abjuração em forma, instru-<br>ção na fé católica, penitên-<br>cias espirituais e pagamento<br>de custas                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Lisboa<br>06/12/1673<br>08/05/1683 | Grácia de Luna<br>(26 anos)<br>2749      | Judaísmo       | Fundão                          | Fundão            | Manuel Jorge,<br>curtidor, natu-<br>ral do Fundão<br>e Justa de<br>Paiva, natural<br>de<br>Penamacor                                                    | Cristã-<br>nova  | —                                            | Casada       | Manuel<br>Nunes                           | .Data de prisão<br>26/12/1673<br>.Auto-de-fé:<br>10/05/1682                    | Abjuração em forma, cárcere<br>e hábito penitencial perpétu-<br>os, instruída na fé católica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Lisboa<br>01/03/1674<br>21/08/1674 | Rodrigo da<br>Cunha<br>(39 anos)<br>9793 | Judaísmo       | Alcaide,<br>Termo da<br>Covilhã | Penamacor         | Martinho<br>de Oliveira<br>e Juliana<br>da Cunha,<br>naturais de<br>Alcaide                                                                             | —                | Mercador<br>e estan-<br>queiro de<br>tabacos | Casado       | Branca<br>Mendes                          | .Data da<br>sentença:<br>16/08/1674                                            | Abjure seus heréticos erros<br>em forma, não lhe serão seus<br>bens confiscados, escritos<br>nem sequestrados visto a<br>disposição do regimento e<br>será instruído nos mistérios<br>da fé necessários e cumprirá<br>as mais penas e penitências<br>espirituais que lhe forem<br>impostos e mandam que<br>excomunhão maior em que<br>incorreu seja absoluto in<br>forma ecclésia e pague as<br>custas. |
| Lisboa<br>05/07/1676<br>27/07/1677 | Branca Mendes<br>4429                    | Judaísmo       | Fundão                          | Penamacor         | —                                                                                                                                                       | Cristã-<br>nova  | Estan-<br>queiro de<br>tabacos               | Casado       | Rodrigo da<br>Cunha                       | .Data de prisão<br>05/07/1676<br>.Auto-de-fé:<br>27/07/1677                    | Abjuração, penitências<br>espirituais e pagamento de<br>custas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                         |                |                                      |           |                                                                                      |                 |                      |              |                 |                                                             |                                                                                                         |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------|--------------------------------------|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------|--------------|-----------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                   | Crime/Acusação | Naturalidade                         | Morada    | Filiação                                                                             | Estatuto Social | Profissão            | Estado Civil | Nome do cônjuge | Outros dados                                                | Sentença                                                                                                |
| Lisboa<br>23/12/1678<br>08/08/1683                 | Diogo Sotto-mayor<br>(45 anos)<br>11279 | Judaísmo       | Penamacor                            | Lisboa    | Francisco Mendes e Branca Nunes, natural de Penamacor                                | —               | Mercador             | Solteiro     | —               | .Data da sentença:<br>08/08/1683                            | —                                                                                                       |
| Lisboa<br>20/12/1685<br>14/07/1686                 | Manuel de Gouveia<br>(38 anos)<br>4767  | Judaísmo       | Casal das Dorez, concelho de Penalva | Penamacor | Manuel de Gouveia, cristão - velho, lavrador e Maria Pereira, parte de cristã - nova | Cristão-novo    | Soldado de cavalaria | Solteiro     | —               | .Data de prisão<br>20/12/1685<br>.Auto-de-fé:<br>24/07/1686 | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio, penitências espirituais. |

## Análise dos processos de 1606 a 1686

Dos trinta e oito processos que se apresentam entre 1606 e 1686, vinte e oito deles decorrem no tribunal do Santo Ofício de Lisboa, sete no de Coimbra, dois no de Évora e um deles, o de Brites Rodrigues (proc. nº 1101), passa por dois tribunais, o de Lisboa e o de Coimbra.

O primeiro processo da centúria de seiscentos tem início a nove de Junho de 1606, e o último desta mesma centúria regista a sua conclusão a catorze de Julho de 1686.

A durabilidade de cada processo é bastante variável, arrastando-se de um ou dois meses a vários anos. O mais longo, respeitante a João da Cruz (proc. nº 9575), arrasta-se durante mais de vinte anos. Exceptuando este caso, todos os outros levam menos de dez anos a concluir.

O nome de família com mais referências é Nunes (seis vezes), seguindo-se os nomes Rodrigues e Cunha (cinco vezes) e Mendes (quatro vezes). São óbvios os laços familiares de alguns dos indivíduos.

Durante este período são condenados dezoito homens e vinte mulheres com idades compreendidas entre os doze e os sessenta e um anos de idade. De assinalar que em dez dos processos não constam as idades dos réus. Um caso excepcional e curioso é o de Isabel da Cunha (proc. nº 1052), que foi condenada com apenas doze anos de idade.

O nome de Salvador Taborda Portugal (proc. nº 8159) merece um apontamento especial pela sua ligação à corte portuguesa. O excerto que se transcreve do livro do professor José Manuel Landeiro “O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda” é disso elucidativo.<sup>1</sup>

*“Filho de Dr. Domingos Antunes Portugal e Isabel Taborda, (...) nasceu em Penamacor em 1627. Doutorou-se na Universidade de Coimbra. Foi colegial de São Pedro e lente do Código. Segundo o “genealógico da família Taborda” “foi procurador e do conselho da princesa, mais tarde professou e*

<sup>1</sup> LANDEIRO, José Manuel, *O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda*, 4ªed., Penamacor, Câmara Municipal de Penamacor, 1995, pp. 122-125

*foi comendador da Ordem de Cristo, o moço fidalgo da C. R. procuradores em cortes em 1668 pela sua Pátria e nomeado em Março de 1677 e, pelo Príncipe Regente do Reino, o Sr. D. Pedro enviado à corte de França, aumentando-lhe a 3ª parte do ordenado do Estilo e dando-lhe mais uma vida nos bens da Coroa que possuía. “ Partiu para aquela corte em 10 de Agosto do mesmo ano, onde serviu até 1691, tratando com toda a delicadeza os mais árduos negócios tendo disputas, as mais consideradas, em honra da Pátria, com o secretário do Estado Mr. Croissi e dando conta não só da corte de Paris mas ainda das de Londres, Turim, Madrid, merecendo as maiores estimações de todos os Ministros que o consultavam e até o mesmo Luís XIV”.*

*“Auxiliou, com zelo infatigável, a nossa Princesa Rainha da Grã-Bretanha e houve-se, em todas as negociações, com tanto acerto e espírito, como mostram as honradíssimas cartas do Secretário de Estado e as do próprio Rei. Foi um hábil e honradíssimo Ministro e neste tempo que tratava tantas dependências, escrevia de noite, todos os processos da “sua inviadura a todas as guerras, novidades e política das cortes, de que compôs as suas incomparáveis memórias tão prezadas ainda hoje pelos Ministros de Estado. Escreveu também o “Guia dos embaixadores”, foi muito perito em língua latina e bom poeta. Empenhou-se muito e, morreu na mesma corte de França e com a mesma ocupação estando já nomeado embaixador em Roma”.*

*Foi senhor do vínculo do nome de Jesus, do lago da Presa e a parte da Devesa, tudo em Penamacor. Casou na vila de Galises, comarca da Guarda, com D. Mariana Brandão Figueiredo, filha de Francisco Gouveia de Figueiredo e de D. Antónia Brandão Tavares, e sobrinha do Inquisidor Geral, João Alves Brandão, cuja senhora morreu de parto, em 1 de Dezembro de 1677, poucos dias depois de chegar a Paris, de cujo golpe o enviado teve a honra de visita de pêsames da parte de Luís XIV, sem ainda ter tido audiência do Ministro, e teve, além de duas crianças que morreram no ventre, D. Antónia Caetano Taborda Portugal que nasceu em Lisboa em 1675. Esta senhora foi muito instruída e soube com perfeição a língua latina. Casou, em Lisboa, com João Lemos de Brito e teve duas filhas freiras e um filho, Luís António de Lemos e Brito Taborda Portugal, que casou e não teve descendência, e um filho natural Frei Belchior Taborda, eremita de S. Jerónimo e doutor em teologia.*

*O que fica escrito, a respeito de Salvador Taborda – foi*

*copiado do citado livro genealógico, que se refere às já faladas memórias de Salvador Taborda do livro de Chancelaria do Sr. D. Pedro II e do Cartório do proprietário Tirante tabelião em Penamacor (livro de notas ano 1666 a fl. 31 e o mais que se segue). Salvador Taborda foi Procurador em Cortes com juiz de fora de Penamacor Manuel Cerqueira de Moura”.*

*Não resistimos à tentação de transcrevermos uma carta do Príncipe Regente D. Pedro (D. Pedro II) a Salvador Taborda, que bem demonstra a alta confiança e crédito que o Príncipe depositava neste nosso conterrâneo como o próprio Príncipe o declara nesta mesma carta:*

*“Salvador Taborda, eu o Príncipe vos envio muitas saúdes: recebendo a vossa carta de 27 do passado a tempo que já havia partido o correio de Flandres em que não foi possível escrever-vos, assim por não haver a que vos dar resposta, como se ficarem ajustando as instruções e aviso-os que vos mando fazer sobre os combatentes das Fragatas e conferências que aqui se tiveram o Embaixador de França que hade-vos remeter por hum expresso que vai encontrar no caminho da mesma posta de Flandres com que respondendo à vossa carta pareceu agradecer-vos o zelo e acerto com que vos portastes nas conferências que houve entre vós e o Secretário Croassi, lembrando-vos muito da confiança, que faço de vós e do crédito e regalias d’esta Coroa não faltando aos termos de temperança e de resolução satisfizesse ao que se devia ao respeito do Ministro de França e resolução e valor com que devem portar-se os meus Ministros em caso semelhante, ficando por tudo isto muito satisfeito. Nossa pessoa vos terá muito na Memória p. vos M. cê por esse serv.º e nos futuros. O tendes dado n’este negócio foi com tanta Proidencia e Ponderação que promete a conseguir-se, me pareceu ordenar-vos sem encargo de vos mandar pella instrução que será com esta, que não movêsseis à Pátria dos tratados de que seria admiráveis os temperamentos d’ella ou tam bem falande-vos El-Rei aos seus ministros em forma que podesseis entender que conviria seguir ou aproveitar da ocasião, como agora tendeis dobrado tam felismente que seja mais seguro que se trate por vós n’essa Corte de quem tenha tanta experiência n’este mesmo negócio do que espalho a petolancia de guinguão (?) mal visto d’esses Ministros e com mais openião entre os demais e ser conveniente, qu’ a vossa direcção q. esperamos, e ser justo não perder tempo n’esta acomodação por atalhar os inconvenientes, que se podem*

*seguir com as demoras continuando Croassi recebereis as cópias das conferencias da guinguão (?) como vos parecer, que convém algum êxito d'esta negociação ou omitindoas ou participando-lhe o q. e gr. principio e motivo, que vos der por onde entendais certam.te que podeis sem dúvida a justar esta memória, lhe dareis abertura e findareis em qualquer das formas que nas instrupções se vos, apontando propondo-as nas suas conferencias, p. cujo efeito vos mando poder p.r fazeres esta ajusta m. t q. do se nas em tratado publico se tome o meio de dar por ordem aos cabos e cap.s se hajão com as nossas fragata sem alg.<sup>a</sup> das formas, q. se vos apontão, o podereis admitir dizendo q. aos cabos de Portugal se ordenará o mesmo que aos de França.*

*Escrita em Lx.<sup>a</sup> aos 26 de D. bro 1680*

*Príncipe*

Salvador Taborda Portugal é acusado de impedir o recto ministério do Santo Ofício. A resolução do seu processo leva cerca de um ano a resolver-se não tendo ido a auto-de-fé público. Foi-lhe perdoado o tempo de degredo que lhe faltava cumprir.

Impedir o recto ministério do Santo Ofício é também o crime de Estêvão Elvas (proc. nº 4047), mas o termo de acusação da grande maioria dos processados é o da prática de judaísmo com 26 acusações. Em cinco casos, a acusação regista simultaneamente o crime de judaísmo, heresia e apostasia. Um indivíduo é acusado de blasfémia e heresia, outro de bigamia e outro de judaísmo e preposições heréticas. Regista-se ainda uma acusação de feitiçaria e superstição e uma acusação de procurar *comunicar com os presos S. O. e ameaçar um familiar que lhe foi pedir a espada que ele tinha apreendido* (proc. nº 3861).

Vinte e cinco pessoas nascem na vila. Apenas dez dos trinta e oito indivíduos têm morada em Penamacor; as restantes vivem nos mais variados pontos do país. Sete deles não nasceram nem residem aqui, mas estão ligados através de laços familiares a esta Vila.

São dois os processos que não referem a filiação, os de Henrique Mendes da Costa (proc. nº 10650) e Branca Mendes (proc. nº 4429).

Não consta o estatuto social de treze indivíduos; os restantes são cristãos-novos, com excepção de Catarina Costa (proc. nº 868), Estêvão de Elvas (proc. nº 4047) e Salvador Taborda Portugal (proc. nº 81159), que são cristãos-velhos.

Das vinte mulheres sentenciadas só em dois casos aparecem referidos os seus ofícios, o da ré Catarina da Costa (proc. nº 868), que *vivia*

*do seu trabalho* (feitiçaria), e o da ré Branca Mendes (proc. nº 4429), estaqueiro de tabacos (a mesma ocupação do marido). Nos dezoito indivíduos do sexo masculino destaca-se a profissão de mercador, com oito referências. Dois indivíduos têm o ofício de cortador, dois são soldados, um é barbeiro das aduanas dos portos secos de Penamacor, e outro vive de sua fazenda. Assinala-se ainda um mareante, um estaqueiro de tabacos, um curtidor e um estudante (Salvador Taborda Portugal).

Vinte e dois elementos são casados e onze são solteiros. Ao réu Manuel Mendes Alves (proc. nº 9471), mercador de panos de profissão são atribuídos quatro casamentos. Registam-se ainda cinco casos de mulheres viúvas.

Nos processos de Isabel da Cunha (proc. nº 1052) e de João da Cruz (proc. nº 9575) aparecem apenas as datas de prisão sem qualquer referência a datas de sentença. Nos restantes indivíduos deste período são registadas ambas as datas, as da prisão e as da sentença.

Quanto às sentenças proferidas pelos tribunais verifica-se que o confisco de bens, a abjuração em forma, o cárcere, o hábito penitencial, a instrução na fé católica, as penitências espirituais e o pagamento das custas são as mais comuns. No entanto, saliente-se que quatro sentenças incluíam o degredo. São degradados Gaspar Lopes (proc. nº 10210), para Castro Marim, Isabel Fernandes (proc. nº 9308), para o Brasil, Gaspar Dias Paredes (proc. nº 919), para Évora Monte, e Inês Nunes (proc. nº 4419), para Penamacor. Não são registadas as penitências dos seguintes réus: Beatriz Rodrigues (proc. nº 10762), Isabel Nunes (proc. nº 2737), Maria Cunha (proc. nº 11880), Pêro da Cunha (proc. nº 11863), Ana Dias (proc. nº 12275), Catarina da Costa (proc. nº 868), Estêvão de Elvas (proc. nº 4047), Henrique Mendes da Costa (proc. nº 10650), Branca Henriques (proc. nº 6360), Catarina Nunes (proc. nº 11418), Simão Franco (proc. nº 11348), Mécia Rodrigues (proc. nº 11350) e Diogo Sottomayor (proc. nº 11279).

1703 a 1778

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada          | Filiação                                                                              | Estatuto Social | Profissão                  | Estado Civil | Nome do cônjuge           | Outros dados                                                         | Sentença                                                                                                                             |
|------------------------------------|--------------------------------------|----------------|--------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------------|--------------|---------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>07/09/1703<br>06/09/1705 | Gaspar Nunes<br>3684                 | Judaísmo       | Penamacor    | Sabugal         | Domingos Nunes, trante e Clara Gomes                                                  | Cristão-novo    | Mercador                   | —            | —                         | .Data de prisão<br>03/10/1703<br>.Auto-de-fé:<br>06/09/1705          | Abjuração de veemente, penitências espirituais, instrução na fé católica, cárcere a arbítrio dos inquisidores e pagamento de custas. |
| Lisboa<br>28/06/1704<br>21/08/1704 | Manuel Nunes<br>(35 anos)<br>2431    | Judaísmo       | Penamacor    | Guarda          | Álvaro Fernandes, cristão - novo, cortador e Isabel Nunes, Cristã-nova                | Cristão-novo    | Tratante de panos de linho | Casado       | Isabel Henriques          | .Data de apresentação: 28/06/1704<br>.Auto-de-fé privado: 09/08/1704 | Abjuração em forma, instruído na fé católica, penitências espirituais e pagamento de custas.                                         |
| Lisboa<br>03/10/1704<br>06/09/1705 | António Pinheiro de Lucena<br>4376   | Judaísmo       | Penamacor    | Setúbal         | —                                                                                     | Cristão-novo    | Contratador de peixe       | —            | —                         | .Data de prisão<br>07/10/1704<br>.Auto-de-fé:<br>06/09/1705          | Abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, instruído na fé católica, penas e penitências espirituais.                |
| Lisboa<br>08/12/1704<br>23/09/1705 | Diogo Gomes de Paiva<br>8456         | Judaísmo       | Penamacor    | Lisboa          | Marcos de Paiva, mercador, e Leonor Gomes                                             | Cristão-novo    | Requerente de causas       | Viúvo        | Justa Mendes, cristã-nova | .Data de prisão<br>18/12/1704                                        | Confisco de bens abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais                                  |
| Lisboa<br>01/07/1705<br>22/09/1706 | Grácia de Paiva<br>(18 anos)<br>8120 | Judaísmo       | Penamacor    | Lisboa          | Diogo Gomes de Paiva, cristão-novo, requerente de causas, e Justa Mendes, cristã-nova | Cristã-nova     | Mercador                   | Solteira     | —                         | .Data de prisão<br>03/07/1705<br>.Auto-de-fé:<br>12/09/1706          | Abjuração de veemente, cárcere a arbítrio dos inquisidores, instrução na fé católica, penitências espirituais, pagamento de custas.  |
| Lisboa<br>31/07/1706<br>30/09/1706 | Brites da Cunha<br>(26 anos)<br>9764 | Judaísmo       | Penamacor    | Proença-a-Velha | Rodrigo da Cunha e Branca Mendes, naturais do Fundão                                  | —               | —                          | Solteira     | —                         | .Data de sentença:<br>12/09/1706<br>.Data de prisão:<br>04/09/1706   | Abjuração em forma cárcere penitencial a arbítrio dos inquisidores, instrução na fé católica, penas e penitências espirituais.       |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                                    |                                     |                   |                                |                                                                                       |                  |           |              |                                          |                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------|--------------|------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                              | Crime/Acusação                      | Naturalidade      | Morada                         | Filiação                                                                              | Estatuto Social  | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                          | Outros dados                                                          | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Lisboa<br>31/07/1706<br>06/10/1706                 | Maria Cunha<br>1533                                | Judaísmo                            | Penamacor         | Proença - a<br>- Nova          | Rodrigo da<br>Cunha cristão-<br>novo, tendeiro<br>e Branca<br>Mendes,<br>cristã-nova  | Cristã-<br>nova  | —         | Casada       | Gil da cunha,<br>soldado de<br>cavalaria | .Data de prisão<br>01/09/1706<br>.Auto-de-fé:<br>12/09/1706           | Confisco de bens, abjuração<br>em forma, cárcere e hábito<br>penitencial a arbítrio dos<br>inquisidores, penitências<br>espirituais.                                                                                                                                                 |
| Coimbra<br>../10/1706<br>19/06/1718                | Ana Nunes<br>(+/- 37 anos)<br>5010                 | Judaísmo,<br>heresia e<br>apostasia | Idanha-a-<br>Nova | Penamacor                      | Manuel<br>Henriques,<br>sem ofício e<br>Maria Nunes                                   | Cristã-<br>nova  | —         | Casada       | Simão<br>Nunes,<br>mercador              | .Data de<br>apresentação:<br>10/01/1706<br>.Auto-de-fé:<br>19/06/1718 | Apresentou-se voluntária-<br>mente, com 31 anos, para<br>fazer confissão. Ouvida,<br>foi-lhe passado termo de ida<br>em 12/05/1712, mais tarde<br>foi reconciliada. Foram-lhe<br>passados termos de soltura<br>e segredo em Junho de 1718<br>e de ida e penitência em<br>06/07/1718. |
| Coimbra<br>23/11/1708<br>12/12/1708                | Manuel da (D.)<br>Ribeira<br>783                   | Judaísmo                            | Placência         | Freixo de<br>Espada à<br>Cinta | Jorge Rodri-<br>gues natural<br>de Penamacor<br>e Branca<br>Henriques                 | Cristão-<br>novo | Rendeiro  | Casado       | Maria<br>Pereira                         | .Data de prisão<br>29/09/1706<br>.Não foi<br>auto-de-fé<br>público    | O processo não tem auto de<br>entrega do réu. Foram-lhe<br>passados termos de soltura e<br>segredo em 23/11/1708 e de<br>ida e penitência 12/12/1708.                                                                                                                                |
| Lisboa<br>18/01/1710<br>27/10/1713                 | Custódio da<br>Cunha Brandão<br>(39 anos)<br>10166 | Judaísmo                            | Penamacor         | Lisboa                         | Fernão Roiz<br>e Beatriz<br>da Cunha,<br>naturais de<br>Pena-macor                    | —                | Mercador  | Casado       | Brites da<br>Cunha                       | .Sem data lida em<br>auto                                             | Abjuração em forma, cárcere<br>re a arbítrio dos inquisidores,<br>instrução na fé católica pe-<br>nas e penitências espirituais.                                                                                                                                                     |
| Lisboa<br>02/12/1711<br>16/12/1711                 | António Roiz<br>(54 anos)<br>11151                 | Judaísmo                            | Monsanto          | Monsanto                       | Duarte Roiz,<br>natural de<br>Penamacor e<br>Branca<br>Mendes, natu-<br>ral do Fundão | —                | Curtidor  | Viúvo        | Maria Roiz                               | .Data da<br>sentença:<br>16/12/1711                                   | —                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                       | Crime/Acusação | Naturalidade    | Morada    | Filiação                                                                 | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                           | Outros dados                                                                                | Sentença                                                                                                                                           |
|------------------------------------|---------------------------------------------|----------------|-----------------|-----------|--------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>22/12/1711<br>05/01/1712 | Maria Nunes<br>Ribeira<br>(23 anos)<br>9144 | Judaísmo       | Monforte        | Penamacor | Manuel Nunes Mendes, cristão-novo, lavrador e Ana Nunes, cristã-nova     | Cristã-nova     | —         | Casada       | Gaspar Rodrigues de Paiva                 | .Data da sentença: 04/01/1712                                                               | Abjuração em forma penas e penitências espirituais, instrução na fé católica e pagamento de custas. Foi solta em 05/01/1712                        |
| Lisboa<br>22/12/1711<br>07/01/1712 | António Mendes<br>(40 anos)<br>9320         | Judaísmo       | Penamacor       | Penamacor | António Mendes, cristão-novo, tintureiro e Brites Henriques, cristã-nova | Cristão-novo    | Mercador  | Casado       | Brites Nunes, natural de Penamacor        | .Data da sentença: 26/10/1711                                                               | Abjuração em forma, penas e penitências espirituais, instrução na fé católica e pagamentos de custas. Da excumunhão de que incorre seja absolvido. |
| Lisboa<br>08/02/1712<br>19/02/1712 | Gaspar Rodrigues de Paiva<br>1183           | Judaísmo       | Proença-a-Velha | Penamacor | Gaspar Rodrigues de Paiva, cristão-novo, lavrador e Leonor Henriques     | Cristão-novo    | Mercador  | Casado       | Maria Nunes, cristã-nova                  | .Data de apresentação: 08/02/1712<br>.Auto-de-fé privado: 15/02/1712                        | Abjuração em forma, instrução na fé católica, penitências espirituais, pagamento de custas.                                                        |
| Lisboa<br>24/07/1712<br>18/11/1712 | Isabel Nunes<br>(32 anos)<br>8145           | Judaísmo       | Penamacor       | Fundão    | Álvaro Fernandes, cristão-novo, sapateiro                                | Cristã-nova     | —         | Casada       | Manuel Fernandes, cristão-novo, sapateiro | .Data de apresentação: 24/10/1712<br>.Auto-de fé privado: 16/11/1712                        | Abjuração em forma, instrução na fé católica, penitências espirituais, pagamento de custas.                                                        |
| Lisboa<br>27/07/1712<br>08/08/1712 | Clara Nunes<br>(21 anos)<br>6505            | Judaísmo       | Idanha-a-Nova   | Penamacor | Manuel Henriques Lucena, cristão-novo, sem ofício e Maria Nunes          | Cristã-nova     | —         | Solteira     | —                                         | .Data de apresentação: 27/07/1712<br>.Auto-de-fé: 03/08/1712                                | Abjuração em forma, penitências espirituais e pagamento de custas.                                                                                 |
| Lisboa<br>07/11/1712<br>18/07/1713 | Filipa Nunes<br>(28 anos)<br>948            | Judaísmo       | Penamacor       | Fundão    | Duarte Costa, cristão-novo e Leonor Mendes cristã-nova                   | Cristã-nova     | —         | Casada       | Gaspar Mendes, mercador                   | .Data de apresentação: 07/11/1712<br>.Data de prisão: 15/11/1712<br>.Auto-de-fé: 09/07/1713 | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbitrio, penitências espirituais.                                            |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                       |                          |                               |                                           |                                                                       |                 |                                                                                   |              |                                       |                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|-------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                 | Crime/Acusação           | Naturalidade                  | Morada                                    | Filiação                                                              | Estatuto Social | Profissão                                                                         | Estado Civil | Nome do cônjuge                       | Outros dados                                                                                      | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Lisboa<br>06/09/1714<br>27/02/1716                 | Leonor Fernandes<br>(70 anos)<br>4942 | Superstição e feitiçaria | Vale Mourisco, termo Sortelha | Benquerença, termo de Penamacor           | Manuel Pires, lavrador e Isabel Antunes                               | Cristã-velha    | —                                                                                 | Viúva        | Sebastião Fernandes Gazio, jornalista | .Data de prisão: 09/03/1715<br>.Auto-de-fé: 16/02/1716                                            | No acórdão a ré é dada como natural e moradora no lugar de Casteleiro, termo da vila de Sortelha. A 27/02/1716, por carta da Mesa, foi para Coimbra onde lhe dariam a ordem para ir cumprir os 3 anos de degredo para Miranda.                                          |
| Lisboa<br>14/05/1715<br>17/05/1715                 | Manuel Mendes<br>(50 anos)<br>7914    | Judaísmo                 | Penamacor                     | Idanha-a-Nova                             | Diogo Henriques cristão-novo, almocreve e Luísa Mendes cristã-nova    | Cristão-novo    | Sapateiro                                                                         | Casado       | Leonor Mendes                         | .Data de apresentação: 14/05/1715<br>.Auto-de-fé privado: 16/05/1715                              | Abjuração em forma, instruído na fé católica, penas e penitências espirituais.                                                                                                                                                                                          |
| Lisboa<br>30/05/1715<br>04/06/1715                 | Simão Nunes<br>(42 anos)<br>7906      | Judaísmo                 | Penamacor                     | Penamacor                                 | Álvaro Fernandes, cristão-novo, curtidor e Isabel Nunes, cristã-nova  | Cristão-novo    | Tratante                                                                          | Casado       | Ana Nunes, cristã-nova                | .Data de apresentação: 30/05/1715<br>.Auto-de-fé privado: 03/06/1715                              | Abjuração em forma, instruído na fé católica, penas e penitências espirituais.                                                                                                                                                                                          |
| Lisboa<br>18/07/1715<br>23/07/1715                 | Pedro Lopes<br>(30 anos)<br>7909      | Judaísmo                 | Penamacor                     | Covilhã                                   | Álvaro Fernandes e Isabel Nunes                                       | Cristão-novo    | Sapateiro                                                                         | Casado       | Ana Nunes                             | .Data de apresentação: 18/07/1715<br>.Auto-de-fé privado: 22/07/1715                              | Abjuração em forma, instruído na fé católica, penas e penitências espirituais.                                                                                                                                                                                          |
| Coimbra<br>07/10/1719<br>07/10/1719                | José de Coimbra<br>(43 anos)<br>7804  | Solicitação              | Coimbra                       | Convento de Santo António dos Olivais (?) | Sebastião Fernandes, guarda de pátio da companhia e Isabel de Almeida | Cristão-velho   | Sacerdote e confessor, frade religioso professor capucho da Província de Soledade | Solteiro     | —                                     | .Data de apresentação: 31/05/1718<br>.Data da Prisão: 10/11/1718<br>.Data da sentença: 07/10/1719 | O réu apresentou-se voluntariamente; não entrar em Coimbra e termo, na Covilhã e em Penamacor, ter a sentença lida no capítulo do seu convento, penas e penitências espirituais. Foram passados ao réu termos de soltura e segredo e de ida e penitência em 07/10/1719. |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                          | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada    | Filiação                                                               | Estatuto Social | Profissão           | Estado Civil | Nome do cônjuge           | Outros dados                                                                                               | Sentença                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------------------|------------------------------------------------|----------------|--------------|-----------|------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------|--------------|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>05/02/1725<br>12/03/1725 | Henrique Nunes de Paiva<br>(50 anos)<br>3358   | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | Marcos de Paiva, cristão-novo, trante e Leonor Gomes, cristã-nova      | Cristão-novo    | Mercador            | Casado       | Beatriz Henriques Navarra | .Data de apresentação: 05/02/1725<br>.Auto-de-fé privado: 10/03/1725                                       | Abjuração em forma penitências espirituais, pagamento de custas.                                                                                                                                                                            |
| Lisboa<br>06/02/1725<br>03/03/1725 | Beatriz Henriques<br>(45 anos)<br>3356         | Judaísmo       | Trancoso     | Penamacor | Duarte Navarro e Maria de Gouveia                                      | Cristã-nova     | —                   | Casada       | Henrique Nunes, Tratante  | .Data de apresentação: 06/02/1725<br>.Auto-de-fé privado: 01/03/1725                                       | Abjuração em forma e penitências espirituais.                                                                                                                                                                                               |
| Lisboa<br>03/05/1725<br>19/04/1727 | José Guilherme de Castro<br>(33 anos)<br>11318 | Judaísmo       | Lisboa       | Lisboa    | Jorge Mendes Nobre, natural de Penamacor e Maria Rebelo Mendonça       | —               | Sem ofício          | Solteiro     | —                         | .Data da sentença: 19/04/1727                                                                              | —                                                                                                                                                                                                                                           |
| Lisboa<br>25/04/1725<br>07/08/1728 | Francisco Nunes de Paiva<br>(22 anos)<br>9914  | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã   | Simão Rodrigues e Branca Rodrigues                                     | —               | Tosador             | Solteiro     | —                         | .Data da prisão: 22/08/1726<br>.Data da sentença: 24/07/1728                                               | Abjuração em forma, cárcere hábito penitencial perpétuo sem remissão, instruído na fé católica, penas e penitências espirituais.                                                                                                            |
| Lisboa<br>03/03/1725<br>24/01/1761 | Francisco Rodrigues<br>(26 anos)<br>8676       | Judaísmo       | Alpedrinha   | Penamacor | Francisco Rodrigues Ferreira, cristão-novo e Maria Lopes, cristã-nova  | Cristão-novo    | Soldado e sapateiro | Casado       | Leonor Henriques          | .Data de apresentação: 03/03/1725                                                                          | Este processo não tem sentença. O réu faleceu em 1738.                                                                                                                                                                                      |
| Lisboa<br>07/08/1726<br>27/06/1727 | Maria Henriques<br>1821                        | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã   | Simão Rodrigues cristão-novo, sapateiro e Branca Rodrigues cristã-nova | Cristã-nova     | —                   | Solteira     | —                         | .Data de prisão: 22/08/1726<br>.Auto-de-fé: 13/10/1726<br>.2ª prisão: 07/10/1728<br>Auto-de-fé: 17/06/1731 | 1ª sentença: confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio, instruído na fé católica, penitências espirituais.<br>2ª sentença: condenada a cárcere e hábito penitencial perpétuo e penitências espirituais. |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                              |                |              |          |                                                                                |                 |                                                 |              |                                         |                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------|--------------|----------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------|--------------|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                        | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada   | Filiação                                                                       | Estatuto Social | Profissão                                       | Estado Civil | Nome do cônjuge                         | Outros dados                                                                                                           | Sentença                                                                                                                                                                              |
| Lisboa<br>14/12/1726<br>22/08/1727                 | Manuel Henriques<br>6794                     | Judaísmo       | Penamacor    | Trancoso | Duarte Lopes da Cabreira, sem ofício e Joana Pereira Saraiva                   | Cristão-novo    | Administrador de tabaco da Comarca de C. Branco | Solteiro     | —                                       | .Data de apresentação: 14/12/1726<br>.O réu tinha que se apresentar na Mesa sempre que solicitado                      | O réu foi admoestado em forma, mandado para fora e que cumprisse o que lhe foi ordenado, teve licença para ir para a Guarda, tendo de apresentar-se na Mesa sempre que fosse chamado. |
| Lisboa<br>18/02/1726<br>25/07/1728                 | Rodrigo Nunes de Paiva<br>(20 anos)<br>11398 | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã  | Simão Rodrigues natural de Monsanto e de Branca Rodrigues natural de Penamacor | Cristão-novo    | Tosador                                         | Solteiro     | —                                       | .Auto-de-fé: 25/07/1728                                                                                                | —                                                                                                                                                                                     |
| Lisboa<br>28/08/1726<br>11/05/1728                 | Ana Mendes<br>(39 anos)<br>7629              | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã  | Álvaro Fernandes, cristão-novo e Isabel Nunes, cristã-nova                     | Cristão-novo    | —                                               | Viúva        | —                                       | .Data de prisão: 28/08/1726                                                                                            | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo.                                                                                                          |
| Lisboa<br>08/01/1726<br>27/10/1729                 | Branca Rodrigues<br>(53 anos)<br>9658        | Judaísmo       | Fundão       | Covilhã  | Gaspar Rodrigues cristão-novo, curtidor e Catarina Lopes, cristã-nova          | Cristã-nova     | —                                               | Casada       | Simão Rodrigues cristão-novo, sapateiro | .Data de apresentação na Covilhã: 09/03/1725<br>.Data de apresentação em Lisboa: 08/01/1726<br>.Auto-de-fé: 16/10/1729 | Abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio, penas e penitências espirituais, instrução na fé católica. Da excumunhão de que incorre seja absolvida.                  |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                             | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada     | Filiação                                                                                                             | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                              | Outros dados                                                                                                                 | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------|--------------|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>07/08/1726<br>17/12/1739 | Isabel Nunes<br>(22 anos)<br>9153                 | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã    | Simão Roiz<br>e Branca<br>Rodrigues                                                                                  | —               | —         | Solteira     | —                                            | .Data 1ª sentença: 13/10/1726<br>.Data 2ª sentença: 17/06/1731<br>.Data 1ª prisão: 23/08/1726<br>.Data 2ª prisão: 08/02/1729 | 1ª sentença: Abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial arbitrio, instrução na fé católica, penitências espirituais.<br>2ª sentença: Cárcere e hábito penitencial perpétuo, 7 anos de degredo para Angola, instrução na fé católica, penas e penitências espirituais, pague as custas. |
| Lisboa<br>31/10/1726<br>27/01/1761 | Brites Henriques<br>(30 anos)<br>8656             | Judaísmo       | Monsanto     | Covilhã    | António Rodrigues<br>cristão-novo, mercador de sola, natural de Penamacor e Ana Rodrigues<br>cristã-nova<br>Monsanto | Cristã-nova     | —         | Casada       | Manuel Nunes Campos, cristão-novo, cirurgião | .Data de apresentação: 15/05/1727                                                                                            | A ré não foi sentenciada, morreu em 16/12/1735.                                                                                                                                                                                                                                              |
| Lisboa<br>18/06/1727               | Maria Nunes ou Mécia Nunes?<br>(22 anos)<br>11377 | Judaísmo       | Teixoso      | Teixoso    | Francisco Nunes, natural de Penamacor e Brites<br>Gomes, natural de Fundão                                           | —               | —         | Solteira     | —                                            | Sem data de sentença                                                                                                         | —                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Lisboa<br>21/07/1727<br>16/10/1752 | Francisco Nunes de Paiva<br>(30 anos)<br>8381     | Judaísmo       | Penamacor    | Alpedrinha | Gaspar Rodrigues de Paiva, cristão-novo, tratante e Isabel Henriques<br>cristã-nova                                  | Cristão-novo    | Tratante  | Casado       | Maria Mendes                                 | .Data de prisão: 21/07/1727<br>.Data de auto-de-fé: 20/10/1748                                                               | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere a arbitrio e hábito penitencial, penitências espirituais.                                                                                                                                                                                      |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                                |                                  |              |                             |                                                                                                |                 |           |              |                             |                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------------------|--------------|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e N° de processo                          | Crime/Acusação                   | Naturalidade | Morada                      | Filiação                                                                                       | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge             | Outros dados                                                                     | Sentença                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Lisboa<br>05/09/1728<br>27/10/1729                 | Mateus Rodrigues<br>(53 anos)<br>9546          | Judaísmo                         | Penamacor    | Monsanto                    | Gaspar Rodrigues cristão-novo, curtidor e Catarina Lopes, cristã-nova                          | Cristão-novo    | Sapateiro | Casado       | Maria Rodrigues cristã-nova | .Apresentou-se em Monsanto a: 05/09/1728<br>.Apresentou-se em Lisboa: 25/06/1729 | Ir ao auto-de-fé na forma costumada, com hábito penitencial, que lhe será tirado após a leitura e publicação da sentença, abjuração em forma, cárcere a arbítrio dos inquisidores, penas e penitências espirituais e instrução na fé católica. Da excumunhão que incorre seja absolvido |
| Lisboa<br>10/04/1728<br>22/06/1731                 | Manuel da Costa Espadilha<br>(40 anos)<br>1813 | Judaísmo                         | Penamacor    | Minas de Ouro Preto, Brasil | António Gomes Nunes, cristão-novo, mercador e Brites Gomes, cristã-nova                        | Cristão-novo    | Tendeiro  | Casado       | Ana Maria Pereira           | .Data de prisão: 26/11/1729<br>.Auto-de-fé: 17/06/1731                           | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, instruído na fé católica, penitências espirituais.                                                                                                                                                         |
| Lisboa<br>02/10/1728<br>23/06/1731                 | Brites Nunes<br>(70 anos)<br>8883              | Judaísmo                         | Fundão       | Fundão                      | João Lopes, cristão-novo, sapateiro, natural de Penamacor e Ana Rodrigues, natural de Celorico | Cristã-nova     | —         | —            | —                           | .Data de apresentação: 21/10/1728<br>.Auto-de-fé: 17/06/1731                     | Ir ao auto-de-fé na forma costumada, com hábito penitencial, que lhe será tirado após a leitura e publicação da sentença, abjuração em forma cárcere a arbítrio dos inquisidores, tenha penas e penitências espirituais, instrução na fé católica.                                      |
| Lisboa<br>04/10/1728<br>18/06/1731                 | Maria Henriques<br>(16 anos)<br>1821-1         | Não ter feito confissão completa | Penamacor    | Covilã                      | Simão Rodrigues cristão-novo, sapateiro e Branca Rodrigues, cristã-nova                        | Cristã-nova     | —         | —            | —                           | .Data de prisão 22/08/1726<br>.Auto-de-fé: 17/06/1731                            | Cárcere e hábito penitencial perpétuo penitências espirituais, “absolvida ad cautelam”, pagamento de custas.                                                                                                                                                                            |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                       | Crime/ Acusação | Naturalidade | Morada        | Filiação                                                                     | Estatuto Social | Profissão            | Estado Civil | Nome do cônjuge                   | Outros dados                                                                                                                             | Sentença                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------|--------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------|--------------|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>21/10/1728<br>26/06/1731 | Branca Rodrigues<br>(45 anos)<br>8880       | Judaísmo        | Monsanto     | Covilhã       | António Rodrigues natural de Penamacor e Maria Rodrigues natural de Monsanto | Cristã-nova     | —                    | Casada       | João Rodrigues Morão              | .Data da sentença: 17/06/1731                                                                                                            | Abjure em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, instruída na fé católica, penas e penitências espirituais.                                                                                              |
| Lisboa<br>03/03/1729<br>08/03/1729 | Catarina Henriques<br>(28 anos)<br>6952     | Judaísmo        | Penamacor    | Penamacor     | Gaspar Rodrigues mercador e Isabel Lopes                                     | Cristã-nova     | —                    | Casada       | Manuel Rodrigues Morão, almocreve | .Data de apresentação: 03/04/1729                                                                                                        | Foi-lhe permitido recolher à sua terra, donde não saíria sem licença da Mesa.                                                                                                                                   |
| Lisboa<br>03/03/1729<br>24/04/1729 | Manuel Rodrigues Morão<br>(37 anos)<br>3445 | Judaísmo        | Alpedrinha   | Penamacor     | Francisco Henriques Morão, cristão-novo e Mécia Lopes, cristã-nova           | Cristão-novo    | Almocreve            | Casado       | Catarina Henriques                | .Data de apresentação: 03/03/1729                                                                                                        | O réu faleceu a 13/05/1729                                                                                                                                                                                      |
| Lisboa<br>20/06/1729<br>22/06/1729 | Sebastião Nunes<br>(42 anos)<br>4674        | Judaísmo        | Penamacor    | Monsanto      | Gaspar Rodrigues e Catarina Lopes                                            | Cristão-novo    | Sapateiro e curtidor | Casado       | Inês Nunes                        | .Data de apresentação: 20/06/1729                                                                                                        | O comissário Aires Francisco de Proença e Silva informou que o réu tinha falecido em Idanha-a-Nova em 1761.                                                                                                     |
| Lisboa<br>23/06/1729               | Inês Nunes<br>(40 anos)<br>12538            | Judaísmo        | Monsanto     | Monsanto      | Tomé Lopes Capote, natural de Penamacor e Maria Nunes, natural de Monsanto   | —               | —                    | Casada       | Sebastião Nunes                   | —                                                                                                                                        | .Não contém sentença.apenas termo de licença datado de: 23/06/1731.                                                                                                                                             |
| Lisboa<br>21/03/1729<br>09/07/1731 | Ana Mendes<br>(34 anos)<br>10479            | Judaísmo        | Monsanto     | Idanha-a-Nova | António Rodrigues natural de Penamacor e Maria Rodrigues natural de Monsanto | —               | —                    | Casada       | Francisco Nunes                   | .Data da 1ª sentença: 16/10/1729<br>.Data da 2ª sentença: 06/06/1732<br>.Data de apresentação: 24/03/1729<br>.Data de prisão: 09/07/1731 | 1ª sentença: Abjuração em forma, instruída na fé católica, penitências espirituais.<br>2ª sentença: terá hábito penitencial perpétuo, instrução na fé católica, penas e penitências espirituais, paga as custas |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                       |                |              |           |                                                                                                    |                 |           |              |                            |                                                                                                                     |                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------|--------------|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e N.º de processo                | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada    | Filiação                                                                                           | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge            | Outros dados                                                                                                        | Sentença                                                                                                                        |
| Lisboa<br>24/10/1729<br>23/06/1731                 | Manuel Rodrigues Franco<br>1812       | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã   | Francisco Rodrigues Franco, cristão- novo, mercador de sola e Maria Rodrigues Franco, cristã- nova | Cristão- novo   | Sapateiro | Viúvo        | Leonor Rodrigues           | .Data de prisão<br>24/10/1729<br>.Auto-de-fé:<br>17/06/1731                                                         | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, instruído na fé católica, penitências espirituais. |
| Lisboa<br>07/11/1729<br>10/10/1738                 | Domingos Nunes de Paiva<br>785        | Judaísmo       | Penamacor    | Lisboa    | Marcos de Paiva, homem de negócios e Leonor Gomes                                                  | Cristão- novo   | Tratante  | Casado       | Isabel Henriques 2ª mulher | .Data de prisão<br>03/11/1729<br>.Auto-de-fé:<br>06/07/1732<br>.Data da 2ª prisão: 12/10/1732.<br>Vivia em Chamusca | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere a arbitrio e penitências espirituais.                                             |
| Lisboa<br>19/11/1731<br>14/07/1732                 | Diogo da Costa<br>1780                | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | Duarte da Costa, barbeiro e Leonor Mendes                                                          | Cristão- novo   | Sapateiro | Casado       | Guimar Paiva, cristã-nova  | .Data de prisão<br>11/12/1731<br>.Auto-de-fé:<br>06/07/1732                                                         | Confisco de bens, abjuração, em forma, cárcere e hábito penitencial a arbitrio dos inquisidores, penitências espirituais.       |
| Lisboa<br>12/10/1731<br>27/05/1752                 | João Rodrigues<br>(46 anos)<br>4855   | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | Duarte da Costa, cristão- novo, barbeiro e Leonor Mendes                                           | Cristão- novo   | Sapateiro | Casado       | Mariana Silva              | .Data de apresentação: 12/10/1731<br>.Termo de licença para voltar a Penamacor<br>.O réu morreu em: 1751            | —                                                                                                                               |
| Lisboa<br>22/11/1731<br>24/01/1761                 | Mariana da Silva<br>(45 anos)<br>6302 | Judaísmo       | Covilhã      | Penamacor | Gaspar Mendes, cristão-novo, mercador e Ana Pereira cristã-nova                                    | Cristã- nova    | —         | Casada       | João Rodrigues, sapateiro  | .Data da 1ª apresentação: 22/11/1731<br>.Termo de licença: 11/12/1731                                               | Licença condicionada para a vila de Penamacor, donde não se podia ausentar sem autorização da Mesa.                             |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                             | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada            | Filiação                                                                                            | Estatuto Social | Profissão                                         | Estado Civil | Nome do cônjuge                                        | Outros dados                                                                               | Sentença                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------|--------------|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------|--------------|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>10/06/1740<br>18/06/1741 | Ana Josefa Rosa<br>(21 anos)<br>2426              | Judaísmo       | Penamacor    | Celorico da Beira | Gaspar Borges, cristão-novo, sargento e Ana Maria, solteira                                         | Cristã-nova     | —                                                 | Solteira     | —                                                      | .Data da sentença: 02/03/1741<br>.Auto-de-fé: 18/06/1741                                   | Confisco de bens, abjuração em forma, hábito penitencial, instruída na fé católica, penitências espirituais.                                                                         |
| Lisboa<br>10/06/1740<br>27/05/1752 | António Borges<br>(23 anos)<br>6944               | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor         | Gaspar Borges, cristão-novo, sargento do regimento de Penamacor e Ana Maria, cristã-nova            | Cristão-novo    | Soldado da Infantaria de Penamacor                | Solteiro     | —                                                      | .Data de apresentação: 10/06/1740                                                          | Foi-lhe permitido vir para a sua terra, sob certas condições e até nova ordem da Mesa.                                                                                               |
| Lisboa<br>09/05/1745<br>21/10/1946 | Jacinto Mendes<br>“O Bonito”<br>(29 anos)<br>9198 | Judaísmo       | Fundão       | Fundão            | Manuel Fernandes Bonito, cristão-novo, sapateiro, Belmonte e Isabel Nunes, cristã-nova de Penamacor | Cristão-novo    | Tratante                                          | Casado       | 1ª: Maria Henriques Vargas<br>2ª: Brites Maria Caetana | .Data de prisão 11/07/1745<br>.Auto-de-fé: 16/10/1746                                      | Abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbitrio dos inquisidores penas e penitências espirituais, instruído na fé católica. Da excumunhão de que incorre seja absolvido. |
| Lisboa<br>15/07/1745<br>21/10/1746 | Duarte Navarro<br>(36 anos)<br>5033               | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor         | Henrique Nunes de Paiva, mercador e Brites Henriques                                                | Cristão-novo    | Advogado formado em canoas, Pela Univ. de Coimbra | Casado       | Branca Maria                                           | .Data de apresentação: 15/07/1745<br>.Data de prisão 08/02/1746<br>.Auto-de-fé: 16/10/1746 | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito a arbitrio, penitências espirituais.                                                                                          |
| Lisboa<br>15/07/1745<br>11/11/1746 | Branca Maria<br>(28 anos)<br>5028                 | Judaísmo       | Covilã       | Penamacor         | Simão Pereira, cristão-novo, mercador e Branca Maria, cristã-nova                                   | Cristã-nova     | —                                                 | Casada       | Duarte Navarro, advogado                               | .Data de apresentação: 15/07/1745<br>.Data de prisão 11/02/1746<br>.Auto-de-fé: 16/10/1746 | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito a arbitrio, penitências espirituais.                                                                                          |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                              |                |              |           |                                                                                    |                 |           |              |                                                   |                                                                                                     |                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------|--------------|-----------|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                        | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada    | Filiação                                                                           | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                                   | Outros dados                                                                                        | Sentença                                                                                                                                     |
| Lisboa<br>15/11/1745<br>21/10/1746                 | Gaspar Pereira da Silva<br>4610              | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | Gaspar Mendes Pereira, cristão-novo, mercador e Filipa Nunes, cristã-nova          | Cristão-novo    | Mercador  | Casado       | Maria Jacinta                                     | .Data de apresentação: 15/11/1745<br>.Auto-de-fé: 16/10/1746                                        | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio, penitências espirituais.                                      |
| Lisboa<br>18/11/1745<br>21/10/1746                 | Leonor Maria<br>(29 anos)<br>11284           | Judaísmo       | Penamacor    | Fundão    | Diogo Costa e Guiomar de Paiva, naturais de Penamacor                              | Cristã-nova     | —         | Casada       | Francisco Pereira                                 | .Auto-de-fé: 16/10/1746                                                                             | —                                                                                                                                            |
| Lisboa<br>10/12/1745<br>21/10/1746                 | Mariana Silva<br>(19 anos)<br>6059           | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | João Rodrigues sapateiro e Mariana da Silva                                        | Cristã-nova     | —         | Casada       | João Henriques mercador                           | .Data de prisão 05/01/1746<br>.Auto-de-fé: 16/10/1746                                               | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio.                                                               |
| Lisboa<br>21/10/1745<br>30/10/1747                 | Duarte Pereira da Silva<br>(32 anos)<br>8567 | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | Gaspar Mendes Pereira, cristão-novo, mercador e Filipa Nunes, cristã-nova          | Cristão-novo    | Mercador  | Casado       | Ana Pereira da Silva                              | .Data de apresentação: 18/11/1745<br>.Auto-de-fé: 24/09/1747                                        | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão, instruído na fé católica, penitências espirituais. |
| Lisboa<br>04/06/1745<br>22/01/1751                 | Maria Jacinta<br>(28 anos)<br>6060           | Judaísmo       | Covilhã      | Penamacor | Simão Pereira, mercador e Branca Maria                                             | Cristã-nova     | —         | Casada       | Gaspar Pereira da Silva, mercador                 | .Data de prisão 25/08/1745<br>.Auto-de-fé: 16/10/1746                                               | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio, penitências espirituais.                                      |
| Lisboa<br>25/06/1745<br>12/09/1758                 | Ana Pereira<br>(24 anos)<br>1908             | Judaísmo       | Penamacor    | Covilhã   | Gaspar Mendes Pereira da Silva, cristão-novo, mercador e Filipa Nunes, cristã-nova | Cristã-nova     | —         | Casada       | Manuel Pereira da Silva, cristão-novo, tintureiro | .Data de apresentação: 22/08/1745<br>.Apresentação 2ª vez em: 18/11/1745<br>.Auto-de-fé: 27/08/1758 | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere a arbítrio e hábito penitencial, instruído na fé católica, penitências espirituais.            |
| Lisboa<br>31/12/1745<br>14/06/1764                 | Filipa da Silva<br>(40 anos)<br>2908         | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor | João Rodrigues sapateiro e Mariana da Silva                                        | Cristã-nova     | —         | Casada       | José Nunes, almocreve                             | .Data de apresentação: 31/12/1745<br>.Auto-de-fé privado: 10/06/1764                                | Abjuração em forma, instrução na fé católica, penitências espirituais, pagamento de custas.                                                  |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                   | Nome e Nº de processo                         | Crime/Acusação | Naturalidade | Morada               | Filiação                                                                                                      | Estatuto Social | Profissão                         | Estado Civil | Nome do cônjuge            | Outros dados                                                                                                               | Sentença                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------|--------------|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>05/03/1746<br>20/03/1746 | Luis Nunes<br>13362                           | Judaísmo       | —            | Castelo Branco       | —                                                                                                             | Cristão-novo    | Soldado do Regimento de Penamacor | Casado       | —                          | .Não contém sentença                                                                                                       | —                                                                                                                                                                                                                     |
| Lisboa<br>30/04/1746               | Francisco Rodrigues<br>89                     | Judaísmo       | Penamacor    | Nave/Sabugal         | Francisco Rodrigues e Leonor Henriques                                                                        | —               | Almocreve                         | Casado       | Margarida Henriques        | .Data de prisão: 30/04/1746<br>.Traslado de confissões feitas na Mesa do S.O de Coimbra                                    | —                                                                                                                                                                                                                     |
| Lisboa<br>24/09/1746<br>17/10/1747 | António Ribeiro de Paiva<br>(25 anos)<br>6980 | Judaísmo       | Penamacor    | São Vicente da Beira | Gaspar Rodrigues de Paiva, tratante e Maria Nunes Ribeiro                                                     | Cristão-novo    | Boticário                         | Casado       | Isabel Aires               | .Data de prisão 14/10/1746<br>.Auto-de-fé: 24/09/1747                                                                      | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais.                                                                                                                 |
| Lisboa<br>26/11/1747<br>26/10/1748 | Luis Nunes Ribeiro<br>(30 anos)<br>7410       | Judaísmo       | Penamacor    | Lisboa               | Gaspar Rodrigues de Paiva, cristão-novo, mercador tratante e Maria Nunes Ribeiro, cristã-nova                 | Cristão-novo    | Soldado Infante                   | Casado       | Maria Teresa, cristã-velha | .Data de prisão 26/11/1747<br>.Auto-de-fé: 20/10/1748                                                                      | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais.                                                                                                                 |
| Lisboa<br>22/08/1749<br>30/09/1752 | Rosa Henriques<br>(15 anos)<br>8770           | Judaísmo       | Penamacor    | Penamacor            | Francisco Rodrigues Mourão, almocreve e soldado a cavalo e Leonor Henriques natural de Penamacor, cristã-nova | Cristã-nova     | —                                 | Solteira     | —                          | .Por ser menor foi-lhe nomeado o curador Clemente Xavier da Silva<br>.Data de prisão 10/11/1750<br>.Auto-de-fé: 24/09/1752 | Ir a Auto-de-fé na forma costumada, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial, penas e penitências espirituais, instrução na fé católica. Da excumunhão de que incorre seja absolvida. Foi solta a 30/09/1752. |

| PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES |                                                      |                |                                     |                 |                                                                                      |                 |           |              |                                                                         |                                                                                                                                     |                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|--------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunal e datas                                   | Nome e Nº de processo                                | Crime/Acusação | Naturalidade                        | Morada          | Filiação                                                                             | Estatuto Social | Profissão | Estado Civil | Nome do cônjuge                                                         | Outros dados                                                                                                                        | Sentença                                                                                                                |
| Lisboa<br>20/06/1750<br>11/11/1750                 | Leonor da Fonseca<br>(23 anos)<br>8315               | Judaísmo       | Penamacor                           | Penamacor       | [Lançolote]<br>Nunes e Ana<br>Gomes                                                  | Cristã-<br>nova | —         | Casada       | António de Campos                                                       | .Sentença:<br>31/10/1750                                                                                                            | Abjuração em forma, penitências espirituais, não sair do reino sem licença dos inquisidores.                            |
| Lisboa<br>17/10/1750<br>16/10/1752                 | Manuel Inácio Henriques de Leão<br>(28 anos)<br>6162 | Judaísmo       | Aldeia da Ponte, termo de Alfaiates | Penamacor       | Manuel Henriques de Leão, cristão-novo, mercador e Margarida de Almeida, Cristã-nova | Cristão-novo    | Ferrador  | Solteiro     | —                                                                       | .Data de prisão:<br>16/11/1750<br>.Data de sentença:<br>09/06/1752<br>.Faleceu em:<br>16/10/1752                                    | As diligências feitas ao réu no cárcere sobre as suas capacidades, sejam suspensas, mas que continuem a ser observadas. |
| Lisboa<br>17/10/1750<br>24/09/1752                 | Antónia do Espírito Santo<br>(14 anos)<br>2803       | Judaísmo       | Penamacor                           | Castelo Branco  | Francisco Rodrigues cristão-novo, almocreve e Leonor Henriques cristã-nova           | Cristã-nova     | —         | Solteira     | —                                                                       | .Data de prisão<br>20/10/1750<br>.Auto-de-fé:<br>24/09/1752<br>.Faleceu a<br>08/05/1752 nas cárceres da Inquisição de morte natural | Confisco de bens, sepultura religiosa.                                                                                  |
| Lisboa<br>17/10/1750<br>05/10/1752                 | Francisco Rodrigues Morão<br>8803                    | Judaísmo       | Penamacor                           | Aldeia da Ponte | Francisco Rodrigues e Leonor Henriques natural de Penamacor                          | Cristão-novo    | Almocreve | Solteiro     | —                                                                       | .Auto-de-fé:<br>26/09/1752                                                                                                          | —                                                                                                                       |
| Lisboa<br>17/10/1750<br>10/10/1752                 | Leonor Maria Henriques<br>(40 anos)<br>739           | Judaísmo       | Penamacor                           | Penamacor       | Gaspar Rodrigues de Paiva, mercador e Maria Nunes                                    | Cristã-nova     | —         | Casada       | Constantino de Carvalho, 2º marido, cristão-velho, soldado em Penamacor | .Data de prisão<br>12/11/1750<br>.Auto-de-fé:<br>24/09/1752                                                                         | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbtrio dos inquisidores, penitências espirituais. |

## PROCESSOS - TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO - INQUISIÇÕES

| Tribunal e datas                    | Nome e Nº de processo                       | Crime/ Acusação         | Naturalidade  | Morada                            | Filiação                                                                                                          | Estatuto Social | Profissão                                                                  | Estado Civil | Nome do cônjuge | Outros dados                                                                                    | Sentença                                                                                                                                           |
|-------------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------|---------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lisboa<br>17/10/1750<br>17/04/1753  | Perpétua Maria<br>(22 anos)<br>2809         | Judaísmo                | Penamacor     | Castelo Branco                    | Francisco Rodrigues Morão, almocreve e Leonor Henriques                                                           | Cristã-nova     | —                                                                          | Solteira     | —               | .Data de prisão<br>13/11/1750<br>.Auto-de-fé:<br>24/09/1752                                     | Confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores, instrução na fé católica, penitências espirituais. |
| Lisboa<br>02/04/1753<br>20/05/1754  | Maria Nunes<br>(25 anos)<br>11234           | Judaísmo                | Idanha-a-Nova | Lisboa                            | José Mendes, natural de Idanha-a-Nova e Catarina Henriques de Paiva, natural de Penamacor                         | Cristã-nova     | —                                                                          | Solteira     | —               | .Auto-de-fé:<br>19/05/1754                                                                      | —                                                                                                                                                  |
| Lisboa<br>18/10/1757<br>30/11/1757  | Frade Nuno Saraiva<br>5057                  | Suspeita de solicitação | Guarda        | Penamacor, Convento Santo António | Pedro Saraiva e ?                                                                                                 | —               | Frade Capucho                                                              | Solteiro     | —               | —                                                                                               | —                                                                                                                                                  |
| Lisboa<br>04/05/1767<br>07/07/1767  | João Rodrigues Silva e Joana Maria<br>13177 | Preposições heréticas   | Penamacor     | Penamacor                         | —                                                                                                                 | —               | J. Rodrigues da Silva e Marchante                                          | Casado       | Joana Maria     | Não contém sentença                                                                             | —                                                                                                                                                  |
| Coimbra<br>07/01/1778<br>16/10/1778 | Henrique Leitão de Sousa<br>8075            | Heresia                 | Penamacor     | Valença                           | Capitão Dr. Paulo Ludovico Leitão, advogado dos auditórios da Praça de Penamacor e D. Leonor e Teresa dos Olivais | Cristão-velho   | Cadete do regimento de artilharia do Porto aquartelado na praça de Valença | Solteiro     | —               | .Data de prisão<br>07/01/1778<br>.Data da sentença:<br>11/10/1778<br>.Auto-de-fé:<br>11/10/1778 | Foram passados ao réu, termos de segredo e de ida e penitências em 16/10/1778.                                                                     |

## Análise dos processos de 1703 a 1778

Entre 1703 e 1778 são presentes setenta e seis processos no tribunal de Lisboa e três no de Coimbra.

Gaspar Nunes (proc. nº 3684) é o primeiro desta centúria a apresentar-se no Santo Ofício de Lisboa, no dia 7 de Setembro de 1703. O último será Henrique Leitão de Sousa (proc. nº 8075), que dá entrada na prisão de Coimbra a 7 de Janeiro de 1778. Todos os processos são individuais, excepto o de João Rodrigues Silva e Joana Maria (proc. nº 13177), marido e mulher.

A maioria dos casos desta centúria resolvem-se entre um a três anos; no entanto, aparecem onze processos que são solucionados em poucos dias. O caso mais célere foi o de Sebastião Nunes (proc. nº 4674), solucionado em apenas dois dias. Os casos de maior longevidade são os de Francisco Rodrigues (proc. nº 8676) e o de Brites Henriques, respectivamente com trinta e seis anos, o primeiro, e trinta e cinco anos, o segundo, arrastando-se para além das suas mortes. São ainda de registar os casos de Mariana Silva (proc. nº 6302), que dura trinta anos, o de Francisco Nunes de Paiva (proc. nº 8381), vinte e cinco anos, o de João Rodrigues (proc. nº 4855), vinte e um anos, e o de Filipa da Silva (proc. nº 2908), dezanove anos.

O nome de família com mais referências é Nunes (20 vezes), por vezes associado ao nome Nunes de Paiva (9 vezes), seguindo-se Rodrigues ou Roiz (11 vezes) e Henriques (10 vezes). Assinalem-se ainda os nomes das famílias Silva (5 vezes), Ribeiro, Cunha e Mendes

(com 4 referências cada). São notórios os laços de parentesco da maioria das famílias.

Ao longo de cerca de oito décadas, quarenta e dois indivíduos do sexo masculino e trinta e sete do sexo feminino apresentaram-se em dois dos três tribunais existentes em Portugal. Destacam-se os nomes de Ana Nunes e Simão Nunes, por serem os pais da grande figura do iluminismo português António Nunes Ribeiro Sanches (n. em Penamacor em 1699 e m. em Paris 1785). Ana Nunes (proc. nº 5010), cristã-nova, é acusada de judaísmo, heresia e apostasia. É natural de Idanha-a-Nova, filha de Manuel Henriques e Maria Nunes, cristãos-novos. Casa com Simão Nunes, mercador de Penamacor. Apresenta-se voluntariamente no tribunal do Santo Ofício de Coimbra, com trinta e um anos de idade, para fazer confissão a dez de Janeiro de 1706. Ouvida, foi-lhe passado termo de ida em doze de Maio de 1712. Mais tarde foi reconciliada. Foram-lhe passados termos de soltura e segredo, em Junho de 1717, e de ida e penitência, em seis de Julho do mesmo ano. O auto-de-fé realiza-se a dezanove de Junho de 1718. O marido, Simão Nunes, apresenta-se no tribunal do Santo Ofício de Lisboa em trinta de Maio de 1715, realizando-se o auto-de-fé privado quatro dias depois, a 3 de Junho de 1715. É acusado de judaísmo. Filho de Álvaro Fernandes, curtidor, e de Isabel Nunes, nascido e a viver em Penamacor, diz ser tratante. Fez abjuração em forma, é instruído na fé católica e tem penas e penitências espirituais.

Como se disse, Ana Nunes é acusada de três crimes em simultâneo, os de judaísmo, heresia e apostasia, mas o crime de acusação mais frequente e da grande maioria dos réus é o de judaísmo, assinalado em setenta e dois processos. O crime de solicitação aparece em dois processos, a acusação de superstição e feitiçaria aparece apenas num processo individual, assim como os crimes de heresia, preposições heréticas e o de não ter feito confissão completa.

Das setenta e nove pessoas, cinquenta e uma nascem em Penamacor. Segundo os registos, apenas catorze pessoas naturais da Vila mantêm aqui residência. Muitos penamacorenses preferem estabelecer-se noutros pontos do país, não se afastando, no entanto, para muito longe. Verifica-se que a região da Beira Baixa é o destino preferido, nomeadamente os lugares da Covilhã, Fundão e Monsanto. Lisboa é também o destino de alguns naturais da Vila. O único que se aventura para terras longínquas é Manuel da Costa Espadilha (proc. nº 1813), que opta por Minas de Ouro Preto, no Brasil. Cerca de vinte e sete indivíduos, oriundos dos mais variados locais do país, estabelecem-se na Vila, por simples opção ou devido a laços familiares ou matrimoniais. No entanto,

a maioria provém de terras beirãs como Monsanto, Sortelha, Covilhã, Teixoso e Idanha-a-Nova.

Não é referida a filiação em três processos: no de António Pinheiro de Lucena (proc. nº 4376), Luís Nunes (proc. nº 13362), João Rodrigues Silva e Joana Maria (proc. nº 13177). No processo do Frade Nuno Saraiva (proc. nº 5057) não é referido o nome materno.

Cristão-novo é o estatuto social da grande maioria dos réus. Doze processos não referem o estatuto social dos acusados. São apenas duas as referências a cristãos-velhos: o Frade José Coimbra (proc. nº 7804), acusado de solicitação, e Leonor Fernandes (proc. nº 4942), acusada de superstição e feitiçaria.

Os ofícios dos réus são muito variados, incidindo em profissões ligadas ao comércio: tendeiro, almocreve, boticário, tratante, administrador de tabaco, ferrador, contratador de peixe, etc. As que apresentam maior número de referências são as de sapateiro (8 vezes), e as de mercador (7 vezes). No processo de José Guilherme de Castro (proc. nº 11318) é referido que não tem ofício, enquanto que em dois casos os réus exercem duas actividades: Francisco Rodrigues (proc. nº 8676), sapateiro e soldado, e Sebastião Nunes (proc. nº 4674), sapateiro e curtidor. São registados quatro soldados: Henrique Leitão de Sousa (proc. nº 8075), cadete do Regimento de Artilharia do Porto, Luís Nunes Ribeiro (proc. nº 7410), António Borges (proc. nº 6944), e Luís Nunes (proc. nº 13362), os três da Infantaria de Penamacor. Há ainda registo de dois frades Capuchos: José de Coimbra (proc. nº 7804) e Nuno Saraiva (proc. nº 5057). Nas mulheres não são referidos os ofícios, com excepção de Grácia de Paiva (proc. nº 8120), que é mercador.

O casamento é o estado civil da maioria dos réus. Vinte pessoas são solteiras, três viúvos e duas viúvas. Em quatro processos não aparece o estado civil dos inquiridos.

Na maioria dos processos são registadas as datas de apresentação e / ou de prisão e auto-de-fé.

Os autos-de-fé são normalmente públicos; registam-se, no entanto, neste período, dez privados: Manuel Nunes (proc. nº 2431), Manuel da D. Ribeira (proc. nº 783), Gaspar Rodrigues de Paiva (proc. nº 1183), Isabel Nunes (proc. nº 8145), Manuel Mendes (proc. nº 7914), Simão Nunes (proc. nº 7906), Pedro Lopes (proc. nº 7909), Henrique Nunes de Paiva (proc. nº 3358), Beatriz Henriques (proc. nº 3356) e Filipa da Silva (proc. nº 2908).

Nos registos, alguns processos não contêm as sentenças, devido a morte prematura dos réus ou a quaisquer outros motivos que não são referidos. São eles: António Roiz (proc. nº 11151), José Guilherme de

Castro (proc. nº 11318), Francisco Rodrigues (proc. nº 8676), Rodrigo Nunes de Paiva (proc. nº 11398), Brites Henriques (proc. nº 8656), Maria Nunes (proc. nº 11377), Manuel Rodrigues Morão (proc. nº 13445), Sebastião Nunes (proc. nº 4674), Inês Nunes (proc. nº 12538), João Rodrigues (proc. nº 4855), Luís Nunes (proc. nº 13362), Francisco Rodrigues (proc. nº 89), Francisco Rodrigues Morão (proc. nº 8803), Maria Nunes (proc. nº 11234), Frade Nuno Saraiva (proc. nº 5057), João Rodrigues da Silva e Joana Maria (proc. nº 13177).

As sentenças são semelhantes às dos períodos anteriores: abjuração em forma, instrução na fé católica, penas e penitências espirituais, cárcere e hábito penitencial perpétuo ou a arbítrio dos inquisidores, confisco de bens e pagamento de custas.

Assinalam-se três rés que são presas por duas vezes cada: Maria Henriques (proc. nº 1821), que acaba por sofrer uma pena de cárcere e hábito penitencial perpétuo, Isabel Nunes (proc. nº 9153), com sentença de cárcere e hábito penitencial perpétuo e sete anos de degredo para Angola, e Ana Mendes (proc. nº 10479), que é obrigada a usar hábito penitencial perpétuo. O réu Domingues Nunes (proc. nº 785), encarcerado também duas vezes, teve penitência comum: confisco de bens, abjuração em forma, cárcere a arbítrio e penitências espirituais.

A Rosa Henriques (proc. nº 8770), de quinze anos, por ser menor, é-lhe nomeado um curador.

## Conclusão

Ao longo dos 221 anos (1557-1778) em que decorrem processos inquisitoriais referentes a indivíduos ligados a Penamacor, é o tribunal do Santo Ofício de Lisboa que, de longe, mais casos detém: 112, contra os 12 do tribunal de Coimbra e apenas 3 do tribunal de Évora.

O século XVIII foi um período difícil para os cristãos-novos de Penamacor (e, de uma maneira geral, para os cristãos-novos do país). Em Penamacor, entre 1703 e 1778 (75 anos), são julgadas 78 pessoas, contra as 38 do período anterior, ou seja, entre as datas de 1606 e 1686 (80 anos).

As acusações dos cristãos-novos diferem substancialmente das acusações dos cristãos-velhos. Para os cristãos-novos a prática do judaísmo é a causa maior da sua condenação, enquanto para os poucos cristãos-velhos as acusações incidem em superstições e feitiçarias, com excepção dos casos dos clérigos, que são acusados de solicitação.

De todas as aldeias do território do concelho de Penamacor, apenas numa é referido um caso de uma cristã-velha, Leonor Fernandes (proc. nº 4942), que, oriunda de Vale Mourisco, residia na freguesia de Benquerença e foi acusada de superstição e feitiçaria.

De um modo geral as profissões exercidas pelos indivíduos do sexo masculino estavam ligadas ao pequeno comércio. São apenas três os processos que referem as actividades das mulheres.

O número de mulheres inquiridas pelo Santo Ofício quase iguala o dos homens. De um total de 127 processos, 60 dizem respeito a mulheres.

É notória a relação familiar entre os indivíduos inquiridos. Famílias inteiras eram sujeitas a apresentação no Santo Tribunal e obrigadas muitas vezes a denunciar outros membros da família e da comunidade.

A tenra idade não impedia a convocação perante os inquisidores: relembre-se, por exemplo, o caso de Isabel Cunha (proc. nº 1052) de apenas 12 anos.

O decurso dos casos podiam durar poucos dias ou arrastar-se por várias décadas e até para além da morte do inquirido, repercutindo-se nos seus descendentes.

Relacionados com Penamacor, à excepção de Salvador Taborda Portugal, pelo seu relacionamento com o príncipe D. Pedro, e de Ana Nunes e Simão Nunes, por terem sido os pais do famoso António Nunes Ribeiro Sanches, os sentenciados de Penamacor integram a imensa lista de homens e mulheres anónimos vítimas da intolerância e do poder discriminatório de um tribunal que de santo nada tinha. Com este breve exercício, pretendemos de algum modo trazê-los para mais próximo de nós, lembrá-los como gente da nossa gente.

Resta dizer que, pelo menos que se saiba, nenhum morreu na fogueira.

# Anexo 1

Apontamentos fotográficos,  
breves considerações

Devido à falta de fontes histórico-arqueológicas não podemos afirmar com toda a certeza onde se situava a judiaria de Penamacor, se é que a teve.

No site <http://www.rt-serradaestrela.pt>, sobre as Judiarias encontramos este pequeno texto: *Penamacor possui vestígios da antiga Judiaria de quinhentos nas cercanias da Rua de S. Pedro, uma das mais históricas da vila. O incremento do número de habitantes judeus após a expulsão de Espanha aconteceu devido à situação de grande proximidade da fronteira.*



Rua de S. Pedro



Travessa de S. Pedro

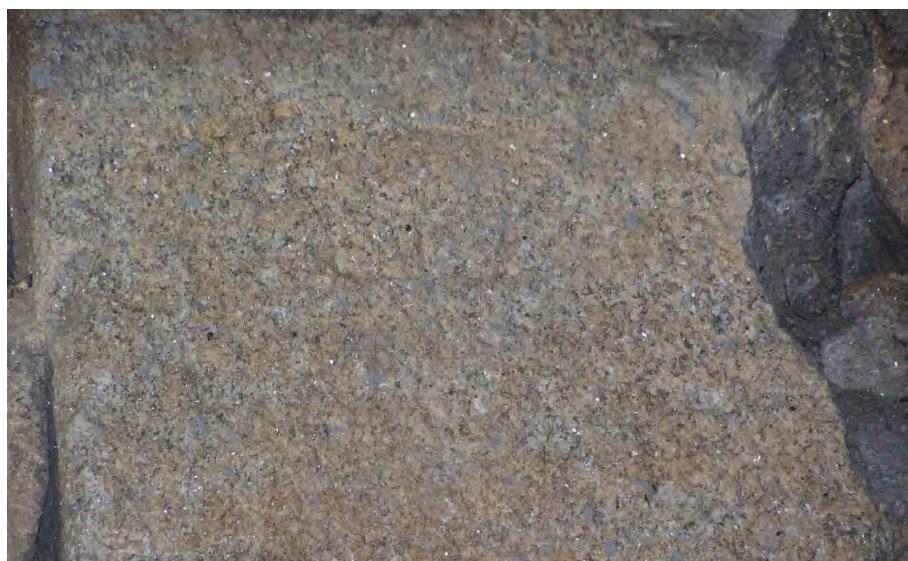
As imagens que se seguem apresentam motivos cruciformes e algumas portas biseladas em habitações, elementos comumente atribuídos aos judeus e/ou cripto-judeus. Contudo, *nem sempre a gravação de um elemento cruciforme deve ser entendida como marcação de um espaço de ocupação judaica. Assim como não devemos entender todas as portas biseladas e habitações com portas destinadas a local de comércio como locais de judeus.*<sup>1</sup>



Rua de S. Pedro, nº4:  
Cruz simples na ombreira direita



Pormenor



Esta pedra na parede do interior da casa, apresenta uma Cruz quase imperceptível, com hastes na ponta esquerda, inserida em meio círculo

<sup>1</sup> ROBALO; Elisabete Martins, (2008) *Judiaria de Belmonte - Avaliação e Reflexão sobre processos de Reabilitação*. Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas do Património Judaico da Beira Interior. C. M. de Trancoso, C. M. de Belmonte, Trancoso, p. 87



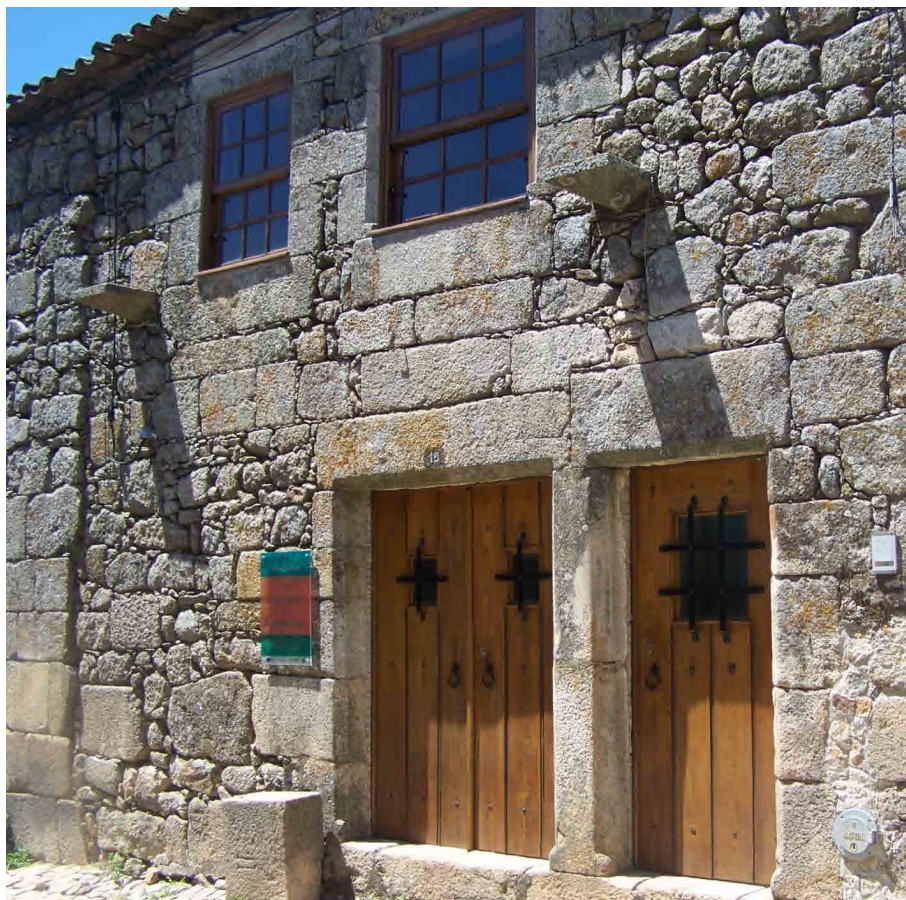
Rua de S. Pedro, nº 10 e 12  
Fachada de habitação com cruz simples bastante cavada na  
ombreira esquerda



Rua de S. Pedro, nºs 15  
Na esquina com o Adro de S.  
Pedro aparece uma cruz do  
tipo templária.

Na mesma casa, por cima da  
janela, um motivo floral (?)





Rua de Santa Maria, nº 19 e 21  
(contígua à Rua de S. Pedro)



Rua do Relógio  
Pedra com cruz e letra (?) que hoje integra um muro, provavelmente deslocada de uma casa de habitação

As imagens apresentadas atrás foram recolhidas na zona mais antiga da Vila, entre a primitiva muralha.

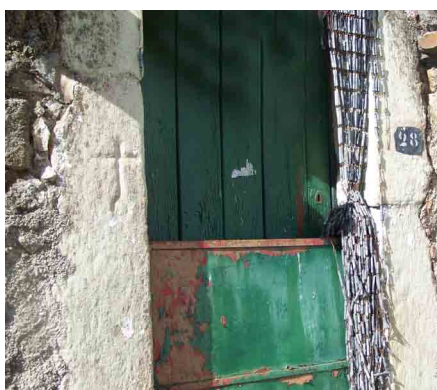
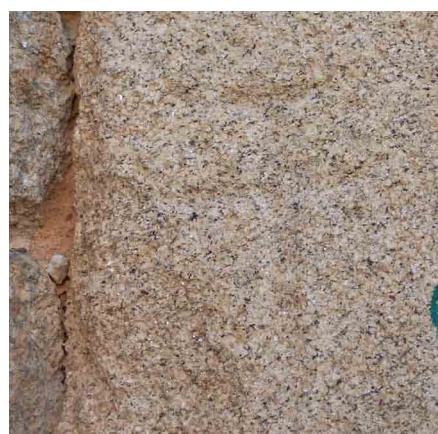
Seguem-se agora imagens tiradas no espaço entre a primeira muralha e a muralha do Arrabalde.



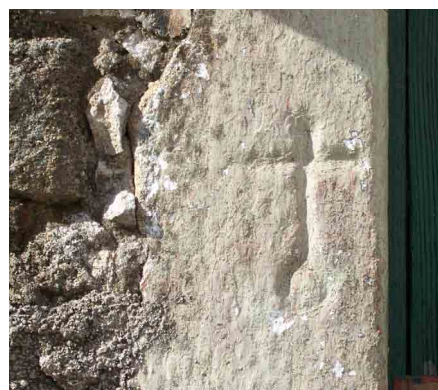
Travessa da Piçarra, nº 2  
Portado biselado apresenta duas pedras com cruces na ombreira do lado direito



Na Rua da Piçarra, nº 14 e 18  
Observa-se uma pequena cruz (quase imperceptível) na ombreira esquerda



Travessa da Piçarra, nº 28  
Cruz com base em círculo, bastante cavada na ombreira esquerda





Rua da Piçarra, nº 14 e 18  
Cruz na ombreira direita

Para melhor compreender e analisar as imagens que se seguem atentemos no registo do arquitecto João da Conceição Afonso nas páginas 73 e 74 de *Judaísmo e arquitectura vernácula civil na Beira Interior* in Actas das Primeiras Jornadas do Património Judaico da Beira Interior que tiveram lugar em Trancoso:

*Características do Urbanismo*

*Grande compactação urbana e traçados orgânicos de arruamentos em labirinto;*

*Recusa da malha ortogonal, mesmo em zonas planas; quando aquela existe como pré existência, é forçada a adoçar-se à topografia do terreno e a ganhar sinuosidades;*

*[...] Total recusa de simetrias na arquitectura civil e no urbanismo;*

*Recusa de formas repetitivas, mesmo dentro da mesma tipologia, polígonos base de implantação das casas em forma trapezoidal;*

*Ondulação do plano das fachadas nos arruamentos;*

*Recusa das leis perspectivais.*

*Características da Arquitectura*

*Verificam-se os princípios da diversidade, diferença, irregularidade, não repetitividade e anti-simetria;*

*Acentuado desalinhamento de vãos de portas e janelas;*

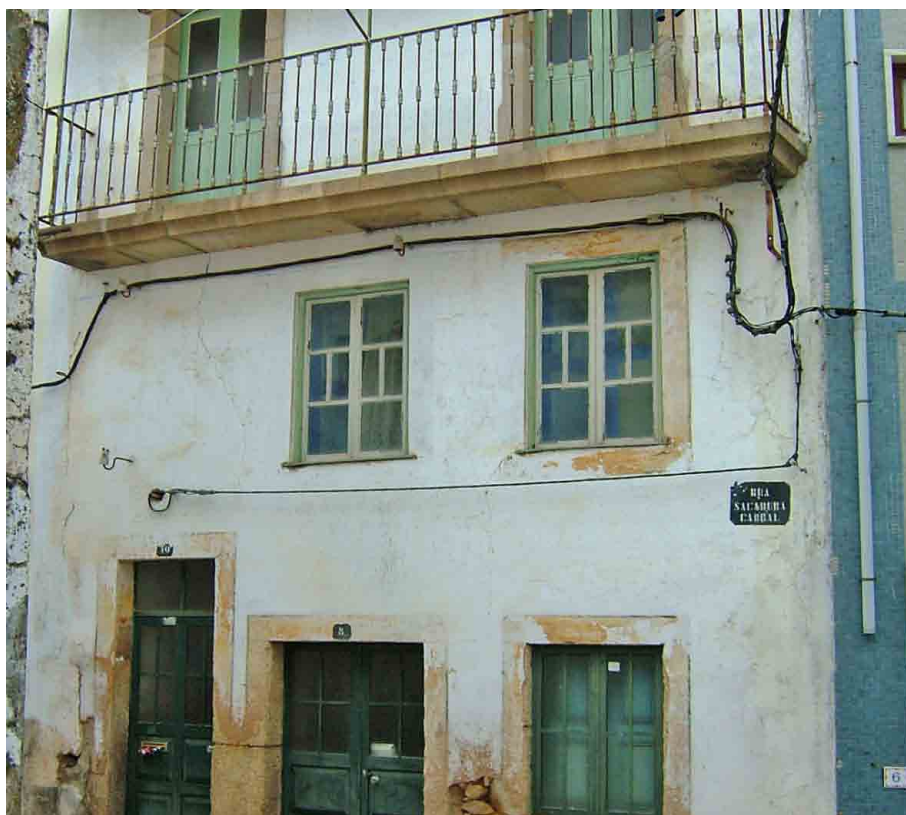
*Portados biselados, em regra com símbolos mágico-religiosos nas ombreiras ou vergas [...] formas de composição aditiva, geradoras de transformação contínua de arquitectura.<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> AFONSO, José da Conceição, (2008), *Judaísmo e arquitectura vernácula civil na Beira Interior*. Actas das Primeiras Jornadas do Património Judaico da Beira Interior. Câmara M. de Trancoso, Câmara M. de Belmonte, Trancoso, pp. 73 e 74



A Rua Sacadura Cabral, uma das mais comerciais da vila, coaduna-se com a vocação dos judeus para os ofícios, o mesmo se podendo dizer da Rua Ribeiro Sanches. Numa e noutra podemos observar vários casos que vão de encontro às considerações anteriormente avocadas acerca da arquitectura judaica



Rua Sacadura Cabral, nº 8 e 10



Rua António Nunes Ribeiro Sanches



Rua António Nunes Ribeiro Sanches



Antiga taberna em beco junto ao Largo Vale da Carapuça



## Anexo 2

**Transcrição do processo (confissão) de Catarina Henriques**

Catherina Henriques

1  
Reg. 17216<sup>o</sup>

N.º 6952

Processo de Catherina Henriques x.ª  
casada com Manoel Rodrigues Moraes  
Alouvenue, natural e morador da Vil.  
la de Sena Maior.

Apresentada em 3. de M. de 1729.º

T  
TORRE  
TOMBO

Folha 1

*Catarina Henriques*

*Nº 6952*

*Processo de Catarina Henriques cristã-nova casada com Manuel  
Rodrigues Morão almocreve, natural e moradora da vila de  
Penamacor.*

*Apresentada em 3 de Março de 1729*

Confidential

[illegible]

29.

Seja a investida que pois tomara o fôrço com  
seio como desapparecer a vista illa, e nella que

Folha 3

Confissão

*Juramento*

*Catarina Henriques casada  
com Manuel Rodrigues  
Morão*

*filha de Gaspar Rodrigues  
e Isabel Lopes natural e  
moradora de Penamacor*

*Idade 28*

*Admoestação*

*Aos três dia do mês de Março de mil setecentos e vinte e nove anos em Lisboa nos Estaus e casa do Despacho da Santa Inquisição e estando aí em audiência de tarde o Senhor Inquisidor João Pais do Amaral mandou vir perante si da sala a uma mulher por pedir audiência, e sendo presente por dizer a pedia para se apresentar nesta Mesa desculpas a ela pertencentes lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pôs a mão sob cargo e do qual lhe foi mandado dizer verdade, e ter segredo, o que tudo ela prometeu cumprir; e disse chamar-se Catarina Henriques cristã-nova, casada com Morão Rodrigues, digo com Manuel Rodrigues Morão, almocreve, filha de Gaspar Rodrigues, mercador, e de Isabel Lopes natural e moradora na vila de Penamacor de vinte e oito anos de idade. E logo:*

*Foi admoestada que pois tomava tão bom conselho como de se apresentar nesta Mesa, e nela que*

querer confessar as suas culpas & recomen-  
da munda traelas todas à memoria  
e fazer dellas Suma integral, e verdade-  
ra confissão, e pedia a saber que es-  
ta obrigada adies de todas as pessoas  
longueiras & communiões de fumaça de ley  
distintos quer sejam vivos, e mortas, prezas,  
soltas, e emancipadas, parentas, ou não pa-  
rentas, parentes deste Reyno, ou nellas re-  
sidentes tudo o que com ella se tem pass-  
ado contra Nossa Santa Fe catholica, e  
impondo sobre sy, nem sobre os seus  
heredeiros, e descendentes, e sobre os seus  
muita verdade dize: a qual era:

Tempo Que daveia quinze annos passados em  
Lugar ou menos de villa de Pena Major  
Leon de Aguiar de Aguiar e faza de fumaça de ley e encarada  
com Quarta da fumaça de ley e fumaça de ley e fumaça de ley  
sabe de quem de fumaça de ley e fumaça de ley e fumaça de ley  
sua e comorada na dita villa de Pe-  
na Major avante falleceu, e sabe que  
fohe preza ou presentada na dita  
villa, e estando aribas dos Pedreiros

Folha 3/verso

*querer confessar as suas culpas lhe convinha muito trazê-las todas à memória e fazer delas uma inteira e verdadeira confissão, e lhe fazem a saber que está obrigada a dizer de todas as pessoas com quem se comunicou na crença da lei de Moisés quer sejam vivas, mortas presas, soltas, reconciliadas, parentas, ou não parentas, ausentes deste reino, ou neles residentes tudo o que com elas tiver passado contra nossa santa fé católica, não impondo sobre si, nem sobre outrem testemunho falso, ao que respondeu que somente a verdade diria: a qual era:*

*Tempo  
Lugar  
Leonor Mendes da Costa  
(?)*

*Que haverá quinze anos pouco mais ou menos na vila de Penamacor e casa de Leonor Mendes cristã-nova casada com Duarte da Costa sem ofício, não sabe de quem é filha, nem donde natural e moradora na dita vila de Penamacor aonde faleceu, não sabe que fosse presa ou apresentada se achou com ela e estando ambas sós lhe disse*

*Sós*

Enfina He de se adita fcomor Mendes que se queria sal  
uar a sua alma sempre fuma nathy de lloz  
res em que so eamia saluand, em q na def Eni  
do Sudo Nostro, e que por obervancia da di  
ta ley fresse o jejum do dia grande que  
dia pequeno nem no mes de setembro, e do dia fiquens  
que de outo dias antes do dia grande, co  
da layuda Esten no mes de fevereiro, es  
tando unido em dallas de estrella a estrella,  
sem comer, nem beber, e comendo entao peixe, e  
coursos que naq fhem de carne, e que naq co  
mesta a de porco, lebre, fozes, nem peixe  
de pelle, e que quando se os sabbados de  
sabbados e os dias santos, e a Pascoa dos  
Pascoa Judeos neg comendo outo dias carne, e co  
mendo peq carne, porque ella dita fcomor  
Mendes que isto He deira, ensinaua cria  
cia na dita ley com intento de nella se  
saluar, e q por na obervancia fari a as ditas  
fcomorias, e por fuma He a ella fofidante bem  
o dito carne, e que adita fcomor Mendes por ser  
sua amiga a almas e caria ou que mais He  
do mundo para a saluand de sua alma se  
apartar logo a lida fcomor de fcomor Sudo Nostro

*Ensino*

Folha 4

*Dia grande*

*Dia pequeno*

*Ester*

*Proib.*

*Sábados*

*Páscoa*

*Apartar*

*lhe disse a dita Leonor Mendes que se queria salvar a sua alma tivesse crença na lei de Moisés em que só havia salvação, e não na de Cristo Senhor Nosso, e que por observância da dita lei fizesse o jejum do dia Grande que vem no mês de Setembro, e o do dia Pequeno que é oito dias antes do do dia Grande, e o da Rainha Ester no mês de Fevereiro, estando com cada um deles de estrela a estrela, sem comer, e sem beber, ceando então peixe, e coisas que não fossem de carne, e que não comesse a de porco, lebre, coelho, nem peixe de pele, e que guardasse os sábados de trabalho como dias santos, e a Páscoa dos judeus não comendo oito dias carne, e comendo pão ázimo, porque ela dita Leonor Mendes que isto lhe dizia, ensinava cria e vivia na dita lei com intento de nela se salvar, e que por sua observância fazia as ditas cerimônias, e parecendo-lhe a ela confidente bem o dito ensino, e que a dita Leonor Mendes por ser sua amiga a aconselharia no que mais lhe convinha para a salvação da sua alma se apartou logo ali da lei de Cristo Senhor Nosso*

g. Sim o declarou

Das  
cerem.

ante g.

pede penda

de que já tinha bastante noticia, e que  
fui, e a p. a. f. da Ley de  
res, e a p. a. f. da Ley de  
nos, e a p. a. f. da Ley de  
dianse f. a. f. da Ley de  
na dita Ley, e que por sua obediencia  
cia f. a. f. da Ley de  
com effeito f. a. f. da Ley de  
nos p. a. f. da Ley de  
apresentou na villa de Sena Mayor pe  
rante o j. a. f. da Ley de  
de Sena Mayor p. a. f. da Ley de  
do, e a p. a. f. da Ley de  
lia, e a p. a. f. da Ley de  
Espírito Santo com effeito f. a. f. da Ley de  
da, e a p. a. f. da Ley de  
por esta muito arrependida, e a p. a. f. da Ley de  
pede p. a. f. da Ley de  
reuerencia.

Dize mais que a p. a. f. da Ley de  
nos p. a. f. da Ley de  
de Sena Mayor, e a p. a. f. da Ley de  
de Sena Mayor, e a p. a. f. da Ley de

*Assim o declarou*

*Ditas cerimónias*

*Até quando*

*Pede perdão*

*de que já tinha bastante notícia, e instrução, e passou a crença da lei de Moisés, e assim o declarou a dita Leonor Mendes, dizendo-lhe que daí em diante ficava crendo, e vivendo na dita lei, e que por sua observância faria as ditas cerimónias, como com efeito fez, na crença dos quais erros permaneceu até ao tempo que se apresentou na vila de Penamacor perante o vigário da mesma vila, no mês de Setembro do ano passado de setecentos e vinte e oito, não se lembra em que dia, e então a largou alumiada pelo Espírito Santo conhecendo que ia errada, e de haver cometido as ditas culpas está muito arrependida, e delas pede perdão, e que com ela se use de misericórdia.*

*Disse mais que haverá nove anos pouco mais, ou menos na vila de Penamacor, e casa dela confidente se achou com seu marido Manuel*

*Al. P. de la Cruz* Manuel Rodriguez Monz X. de Monreque  
casado

*10*  
*Decl.*

*2.º Cerem.*  
*3.º as. fasia*  
*trat. pob.*  
*as. g.º*

fijo de Francisco Rodriguez, Peninsular, e  
de Maria Lopez, natural La villa de Alpe-  
drinda, conuado de Pena Mayor, ap-  
resentado ante Santo Officio, se acion con  
omismo, estando ambos los entre pre-  
ticas que tienen de secularar profun-  
der cobrimientos de ley de Mayores pa-  
ra saluacion de sus almas, e por observan-  
cia de la dita ley de Mayores que facien as ditas fe-  
remorias, e oficios quando podien, e ofician  
tratando, e fondeando por fijos, e obser-  
uantes de la dita ley de Mayores de su  
apresentacion.

Dize mais que casado sete annos por  
co mais, ou menos de villa de Alpedrin-  
da e fasia de su hermano mayor Francisco  
*R. M. de la Cruz* Manuel X. de Monreque, casado con Ma-  
ria Mendez, natural conuado de la villa  
de Pena Mayor, <sup>apresentado ante Santo Officio.</sup> apresentado ante Santo  
Officio, se acion con elle, estando am-  
bos los entre praticas que tienen de secular.

*10*

Folha 5

*Manuel Roiz Morão*  
*Marido*

*Sós*  
*Declaração*

*Ditas cerimónias*  
*Quando as faziam*  
*Trat. [por observantes]*  
*Até quando*

*Francisco Nunes irmão*

*Sós*

*Manuel Rodrigues Morão cristão-novo almocreve filho de Francisco Rodrigues, ferreiro, e de Maria Lopes, natural da vila de Alpedrinha, e morador na de Penamacor, apresentado neste Santo Ofício, se achou com o mesmo, e estando ambos sós entre práticas que tiveram se declararam por crentes e observantes da lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da dita lei disseram que faziam as ditas cerimónias, e as faziam quando podiam, e se ficaram tratando e conhecendo por crentes, e observantes da dita lei até ao tempo de sua apresentação.*

*Disse mais que haverá sete anos pouco mais, ou menos na vila de Alpedrinha e casa de seu irmão inteiro Francisco Nunes cristão-novo mercador, casado com Maria Mendes, natural e morador da vila de Penamacor, a morada na de Alpedrinha, apresentado neste Santo Ofício, se achou com ele, e estando ambos sós entre práticas que tiveram se decla*

deu. 2. declarand, eferand conto como emq, eu  
ciaq na Ley de llyzes para saluand  
suas almas, e por obsequancia da dita  
Ley dihuand que fariand as ditas cerimonia  
mas, emq passand mais.

Dize mais que ha uia omeidus den  
po de hte annos por uia mais, ou menos  
na villa de Alpedrinha, e fara de su bo  
mo Francisco Nunes, de quim acata  
de dize, se a uia como mtober de mto  
Maria Mendy e uia no e Ramada Maria e llyndu, x. m.

filha de joaõ e mto e uia de su mto de mto  
mto e llyndu e mto, de quim e mto  
dize, natural, e moradora da dita villa  
de Alpedrinha, e representada neste Santo  
Officio, e stando ambas uia e mto pra  
ticar que tuerand. e declarand por seu  
ser, e obsequantes da Ley de llyzes pa  
ra saluand de suas almas, e por obsequa  
cia da dita Ley dihuand que fariand  
as ditas cerimonia, emq passand  
mais.

*Declaração*

*Ditas cerimónias*

*Maria Mendes cunhada*

*Sós*

*Declaração*

*Ditas cerimónias*

*se declararam, e deram conta como e não, viviam na lei de Moisés para salvação [de] suas almas e por observância da dita lei disseram que faziam as ditas cerimónias, e não passaram mais.*

*Disse mais que haverá o mesmo tempo de sete anos pouco mais, ou menos na vila de Alpedrinha, e casa de seu irmão Francisco Nunes, de quem acaba de dizer, se achou com a mulher do mesmo chamada Maria Mendes, cristã-nova filha digo irmã inteira de seu marido Manuel Rodrigues Morão, de quem assim o disse, natural, e moradora da dita vila de Alpedrinha, apresentada neste Santo Ofício, e estando ambos sós entre práticas que tiveram se declararam por crentes, e observantes da lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da dita lei disseram que faziam as ditas cerimónias, e não passaram mais.*



Folha 6

*Manuel Ribeiro Sanches  
primo*

*Sós*

*Declaração*

*Ditas cerimónias*

*Domingos Lopes*

*Disse mais que haverá oito anos na vila de Penamacor, e casa dela confidente se achou com seu primo direito Manuel Ribeiro Sanches cristão-novo cirurgião solteiro, filho de Francisco Nunes cirurgião, não lhe sabe o nome da mãe, natural e morador da vila da Covilhã, preso neste Santo Ofício, e estando ambos sós, entre práticas que tiveram se declararam por crentes e observantes da lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da dita lei disseram que faziam as ditas cerimónias, e não passaram mais.*

*Disse mais que haverá seis anos pouco mais ou menos na vila de Alpedrinha e casa dela confidente se achou com Domingos Lopes cristão-novo mercador, e ferreiro, casado não sabe o nome da mulher, filha de Domingos Lopes, não lhe sabe o ofício, nem o nome da mãe, nem donde é natural, e morador na vila de Alpedrinha*

Señal. Desempeñado por este Santo Oficio, e estas  
dos ambas vos entre praticas e declaracion  
vos por fientes, e obrenantes de ley de  
Alcaydes para salvarse de sus almas,  
e por obrenancia de una misma ley de  
D. Ceram. vos que farias as ditas ferençias, e  
pafaras mais.

Joseph de qual. Dize mais que la una ferençia por  
lo mais, au menos da villa de Alpedu  
na e farea della ferençia e accion  
com sua fundada, e una integra de  
do seu marido, de quem a ferençia de  
e chamada Joseph de qual se sabe o nome,  
casada com Jorge Nunes, mais  
do, natural da villa de Alpeduina, e  
moradora em Aldeia Nova do fado,  
e apresentada neste Santo Oficio, e  
Señal. duas ambas vos entre praticas que  
dize e se declarara e de qual conta co  
mo vrie e vrie na ley de Alcaydes pa  
ra salvarse de sus almas, e por obren  
ancia da dita ley de farias que farias

Sós  
Declaração

Ditas cerimónias

*reconciliado por este Santo Ofício, e estando ambos sós entre práticas se declararam por crentes, e observantes da lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da mesma lei disseram que faziam as ditas cerimónias e não passaram mais.*

Josefa cunhada

Sós  
Declaração

*Disse mais que haverá cinco anos pouco mais, ou menos da vila de Alpedrinha e casa dela confidente se achou com sua cunhada, irmã inteira do dito seu marido, de quem afirma diz chamada Josefa não lhe sabe o sobrenome, casada com Jorge Nunes, mercador, natural da vila de Alpedrinha e moradora em Aldeia Nova do Cabo, apresentada neste Santo Ofício, e estando ambos sós entre práticas que tiveram se declararam e deram conta como criam e viviam na lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da dita lei disseram que faziam*

2.<sup>a</sup> coram. farias as ditas fennonias, e nq. passang  
mais.

Deixe mais que Eaura omeismo tempo de  
vinte annos na dita villa de Algedrinha  
e faza della foficiente se acbu com Jorge  
Nunes x. m. m. cador carado com sua  
fundada fofia de quem agora accaba  
de dizer, nq. sabe de quem de filio, nem don  
de natural, comador em Aldeia Nova do  
Cabo, nq. de q. apresentado neste Santo  
Officio, e estando ambos los entre prati  
cas que tunc se declarang ede q. conta  
dona cing, e nq. na ley de Moyses com in  
fente saluand, e q. obmanica La met.  
2.<sup>a</sup> coram. na ley dista q. farias as ditas fenn  
monias, e nq. passang mais.

Deixe mais que Eaura omeismo annos por  
lo mais, ou menos na villa de Santa Maria  
e faza della foficiente se acbu com Jorge  
Nunes x. m. cador com Antonio Mendes  
Mucador, filio de fuaute do fosta, e de q. q.

Folha 7

*Ditas cerimónias*

*faziam as ditas cerimónias, e não passaram mais*

*Jorge Nunes*

*Disse mais que haverá o mesmo tempo de cinco anos na dita vila de Alpedrinha e casa dela confidente se achou com Jorge Nunes cristão-novo mercador casado com sua cunhada Josefa de quem agora acaba de dizer, não sabe de quem é filho, nem donde natural, e morador em Aldeia Nova do Cabo, não digo apresentado neste Santo Ofício, e estando ambos sós entre práticas que tiveram se declararam e deram conta como criam, e viviam na lei de Moisés com intento [salvando] e por observância da mesma lei disseram que faziam as ditas cerimónias e não passaram mais.*

*Sós  
declaração*

*Ditas cerimónias*

*Brites Nunes  
defunta*

*Disse mais que haverá nove anos pouco mais, ou menos na vila de Penamacor e casa dela confidente se achou com Brites Nunes cristã-nova casada com António Mendes, mercador, filha de Duarte da Costa e de Leo*

Leonor Mendiz, natural conuadora da vil-  
la de Penamauor, aonde fallarem, não sabe que  
fohe prera, ou a presentada, e está an-  
te ambas vos, entre praticas que tiue-  
ram sedelaramos como ciuiz, e em ciuiz  
na ley de lloyns para saluacão de  
suas almas, e por obsequencia da mes-  
ma ley differas que fazião as ditas fe-  
rmonias, e não pagam mais.

Desejamos que faveira dez annos por  
lo mais, ou menos na villa de Pen-  
mauor, e faza dilla foficiente se a  
Brites Gomez, e com Brites Gomez & m. carada  
não sabe o nome do marido, nem dos  
dizos, natural, e conuadora da villa  
de Penamauor aonde fallarem, não sabe  
que fohe prera, ou a presentada, e es-  
tando ambas vos entre praticas que  
tiue-ram sedelaramos como ciuiz, e em ciuiz  
na ley de lloyns com  
intento de villa de saluacão, e por  
obsequencia da mesma ley differas que

Sós  
declaração

Ditas cerimónias

Brites Gomes  
defunta

Sós  
declaração

*Leonor Mendes, natural e moradora da vila de Penamacor, aonde faleceu, não sabe que fosse presa, ou apresentada, e estando ambas sós, entre práticas que tiveram se declararam como criam, e viviam na lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da mesma lei disseram que faziam as ditas cerimónias, e não passaram mais.*

*Disse mais que haverá dez anos pouco mais, ou menos na vila de Penamacor, e casa dela confidente se achou com Brites Gomes cristã-nova casada não sabe o nome do marido, nem dos pais, natural, e moradora da vila de Penamacor aonde faleceu, não sabe que fosse presa, ou apresentada, e estando ambas sós e entre práticas que tiveram se deram conta e declararam como criam e viviam na lei de Moisés com intento de nela se salvarem, e por observância da mesma lei disseram que*



*que faziam das ditas cerimónias.*

*Francisco Rodrigues  
cunhado*

*Sós  
declararam*

*Ditas cerimónias*

*Razão de fiar*

*Costumes da nação*

*Disse mais que haverá cinco anos na vila de Penamacor, e casa dela confidente se achou com seu cunhado Francisco Rodrigues cristão-novo sapateiro, casado com Leonor Henriques, irmão inteiro de Manuel Rodrigues, marido dela confidente de quem assim o diz, natural da vila de Alpedrinha, e morador na de Penamacor, apresentado neste Santo Ofício, e estando ambos sós, entre práticas se declararam e deram conta como criam, e viviam na lei de Moisés para salvação de suas almas, e por observância da mesma lei disseram que faziam as ditas cerimónias, e não passaram mais nem disseram quem os havia ensinado nem com quem mais se comunicavam e se fiaram uns dos outros os parentes pelo serem, e os mais por amigos e da mesma nação, e (?) não disse, nem ao costume. Foi-lhe dito que tomou muito bom con*

confessando e apresentando nesta allera  
das culpas que tem confessado, e he con  
veniente trazerlas todas á memoria  
para fazer dellas Juiza inteira, eu  
dadeira e fidedigna, por o qual he con  
veniente para descarga de sua conscien  
cia e salvação de sua alma, e se pode  
usar com ella La Inquirição que  
a Santa dila dila Igreja costuma con  
ceder aos bons e verdadeiros confite  
ntes. E por isso se adiere que não si  
nta mais culpas que confessar, mas  
que examine a sua consciencia  
cuidando incorregada em não  
alguma vicia ou vicia manifesta  
nesta allera foi outra vez admitta  
da conforme, emendada para fora  
e que assista na allera desta Inquirição  
a todos os que que nullo se fassam do  
dos os dias nos fixados de quando  
as auto dila, e de quando as lras a.  
He se fixar a sua fatura, o que el  
la prometeu cumprir sob o cargo do  
Juramento dos Santos Evangelhos.

*conselho em apresentar nesta Mesa das culpas que tem confessado, e lhe convém muito trazê-las toda à memória para fazer delas uma inteira, e verdadeira confissão, por ser a que lhe convém para descargo de sua consciência salvação de sua alma, e se poder usar com ela da misericórdia que a Santa Madre Igreja costuma conceder aos bons e verdadeiros confidentes. E por tornar a dizer que não tinha mais culpas que confessar, mas que examinasse a sua consciência e achando-a encarregada em mais alguma coisa haveria manifestar nesta Mesa foi outra vez admoestada em forma, e mandada para fora e que assista na sala desta Inquisição as audiências que nela se fazem todos os dias não feriados de manhã às oito horas, e de tarde às duas até se findar a sua causa, a que ela prometeu cumprir sob cargo do juramento dos Santos Evangelhos*

Evangelhos, que davia devido, e achado  
 primario. Lida esta sua foytoza, e por  
 ella ouvida, e entendida de se que  
 estava escrita mandada de, e nella se  
 affirmou, ratificou, e torna a dizer de  
 novo sendo necessario, e em os que  
 deus centos de mil e mais mudas, ou  
 em mudas, e em que dize deus os  
 fortunas sobe a do Sacramento dos  
 Santos Evangelhos que outra vez se  
 foi dado a quem estivesse presentes  
 por Emenda, e de Religiozas pessoas que  
 sendo o sobre dito eus, e eus, e  
 promettendo de sua vontade, e guardar  
 segredo, e que fosse perguntados  
 sobe a do mesmo Sacramento  
 dos Santos Evangelhos que se tem  
 devido, e o seu fundador Thomas de  
 Jo. Barbosa, e Manuel. Ferreira, e  
 deus, Notario desta Inquisicao, que exau  
 ra a foytoza, e a ratificou, e assinou comi  
 go Notario que o fez de logo, e consentim  
 do de se pontuando a talia e eus, e com

*Evangelhos que havia recebido, sendo-lhe primeiro lido esta sua confissão, e por ela ouvida, e entendida disse que estava escrita na verdade, em nela se afirma, ratifica e torna a dizer de novo sendo necessário sem ter que acrescentar diminuir mudar ou emendar, nem que dizer de novo ao costume sob cargo do Juramento dos Santos Evangelhos que outra vez lhe foi dado ao que estiveram presentes por honestas, e religiosas pessoas que todo o sobre dito criam e ouviram e prometeram dizer verdade, e guardar segredo no que fossem perguntados sob cargo do mesmo Juramento dos Santos Evangelhos que tão bem receberam os licenciados Tomás Feio Barbudo, e Manuel Lourenço Monteiro notários desta Inquisição que ex causa assistiram a esta ratificação, e assinaram comigo notário que o fiz de rogo, e consentimento da ré por dizer não sabia escrever, e com*

com o dito Senhor Inquiridor, Manoel  
Rodrigues Ramos que escreve.

João Vaz de Alencar  
Manoel Luiz Ramos

Thomas Cayo Barreto  
M. Lourenço

Esta ade para fora fora, perguntados o  
ditos fidejantes, se lhes parecia que fallava  
verdade, em nome fidejante, e por elle foi de  
to que sim lhes parecia que fallava ver-  
dade, em nome fidejante, e por elle foi de  
com o dito Senhor Inquiridor, Manoel Rod-  
rigues Ramos que escreve.

João Vaz de Alencar

Thomas Cayo Barreto  
M. Lourenço

Fidejante.

Manoel Rodrigues Ramos, Notario que es-  
creve a fongista deo proxima da de apre-  
zentada fongista Henriquez nella con-  
funda, fongista dizerme o Senhor Inquiri-

Folha 9/verso

*e com o dito Senhor Inquisidor; Manuel  
Rodrigues Ramos que a escreve*

*João Pais do Amaral  
Manuel Rodrigues Ramos  
Tomás Feio Barbudo  
Manuel Lourenço Monteiro*

*E ida a ré para fora foram perguntados  
aos ditos licenciados se lhes parecia que  
falava verdade, e merecia crédito, e por  
eles foi dito que sim lhes parecia que fala-  
va verdade, e merecia crédito, e tornaram  
a assinar com o dito senhor Inquisidor;  
Manuel Rodrigues Ramos que o escreve*

*João Pais do Amaral  
Tomás Feio Barbudo  
Manuel Lourenço Monteiro*

*Crédito  
Manuel Rodrigues Ramos, notário que  
escrevia a confissão retro próxima da ré  
apresentada Catarina Henriques nela con-  
tendo, certifico dizer-me o senhor Inquisi-  
dor*

Inquiridos Joaz Paes do Amaral Pedra  
 redito Ordinario, o mesmo Pedro Cu No  
 tario, de que papey a presente demandado  
 do dito Senhor Inquiridos com quem aphi  
 rey. Lix. no Santo Officio 3. de Março  
 de 1729. a

João Paes do Amaral

Manoel do Amaral

Folha 10

*Inquisidor João Pais do Amaral lhe dava crédito ordinário, o mesmo lhe dou eu notário, de que passei a presente demandado do dito senhor Inquisidor com quem assinei; Lisboa no Santo Ofício 3 de Março de 1729 anos*

*João Pais do Amaral*  
*Manuel Rodrigues Ramos*



## BIBLIOGRAFIA E FONTES

ACTAS DAS PRIMEIRAS JORNADAS DO PATRIMÓNIO JUDAICO DA BEIRA INTERIOR. Trancoso, Belmonte: Trancoso, Belmonte, Câmara Municipal, 2008, p. 87. Avaliação e reflexão sobre processos de reabilitação por Elisabete Martins Robalo

ACTAS DAS PRIMEIRAS JORNADAS DO PATRIMÓNIO JUDAICO DA BEIRA INTERIOR. Trancoso, Belmonte: Trancoso, Belmonte, Câmara Municipal, 2008, p. 55-79. Judaísmo e arquitectura vernácula civil na Beira Interior por José da Conceição Afonso

AMZALAK, M. Bensabat – *A escola israelita*. Coimbra: [s.n.], 1923

CANELO, David Augusto – *O resgate dos marranos portugueses*. Belmonte: Ed. David Augusto Canelo, 1996

COELHO, António Borges – *Inquisição de Évora*. Lisboa: Caminho, 1987. 2 vol., p. 134-139

DICIONÁRIO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL. Dir. de Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1992, 3 vol. (p. 410)-4 vol. (p. 347-348)

FERRO, Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães ed., 1979

FOLLET, Ken – *Os pilares da terra*. Lisboa: Presença: 2008, 1 vol., p. 412-414

FRECHES, Claude-Henri – *António José da Silva et l'inquisition*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982

GARCIA, Maria Antonieta – *Festividades da páscoa beirã*. Coimbra, Castelo Branco: Alma Azul, 2003

GARCIA, Maria Antonieta – *Os judeus de Belmonte: os caminhos da memória*. Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões: Universidade Nova de Lisboa, 1993

GUERRA, Luiz de Bivar – *Inventário dos processos da inquisição de Coimbra (1541-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1972

LE REGISTRE DES DELIBERATIONS DE LA NATION JUIVE PORTUGAISE DE BORDEAUX (1711-1787). Intr. et notes Simon Schwarzfuchs. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982

MARQUES, A. H. Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante da Idade Média*. Lisboa: [s.n.], 1961

MARTINS, Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães ed., 1879

MUCZNIK, Lúcia Liba – *Dicionário do judaísmo português*. Coord. de José Alberto R. S. Tavim ...[et al.]. 1ª ed. Lisboa: Presença, 2009

SAA, Mário – *A invasão dos judeus*. Lisboa: [s.n.], 1926

SANCHES, António Nunes Ribeiro – *Sobre a agricultura alfandegas colónias e outros textos*. Introd., org. e notas de Faustino Cordeiro; pref. de António Borges Coelho. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2000

SARAIVA, António José – *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998

SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1995

SILVA, Manuel Luciano da; SILVA, Sílvia Jorge da – *Cristóvão Colón (Colombo) era português*. Matosinhos, Lisboa: Quidnovi, 2006

SIMÕES, Cunha – *Judeus, Portugal e os sentimentos*. Alcanena: Ed. Cunha Simões, 2008

VASCONCELOS, José Leite – *Etnografia portuguesa*, Lisboa: [s.n.], 1958. 4 vol., p. 65, 66 e 143

VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As dimensões de um poder*. A Diocese de Évora na Idade Média. Lisboa: Estampa, 1999

#### INTERNET:

Le pays le plus accueillant pour les Juifs, du huitième au douzième siècles, a été l'Espagne. Trad. et adapt. Jacques Kohn [Em linha]. Paris: ADCC, 2008- .[Consult. 3 Mar. 2010]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.lamed.fr/index.php?id=1&art=938>

Ensino de São [Em linha] Belo Horizonte: [s.n.], [200?]- [Consult. 19 Mar. 2010]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ensinandodesiao.org.br/index.php>

TT online [Em linha]. Lisboa: Direcção-Geral dos Arquivos; Ministério da Cultura, 2005- [Consult. 15 Abr. 2010]. Disponível WWW:<URL:<http://ttonline.dgarq.gov.pt/>

WIKIPÉDIA – Judeus em Portugal [Em linha]. [S.l.]: Wikipédia, 2001- .[Consult. 16 Abr. 2010]. Disponível WWW:<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Judeus\\_em\\_Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Judeus_em_Portugal)

Repositório Aberto [Em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, [2008]- .[Consult. 14 Maio 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/>

PORTUGAL, Faculdade de Letras de Lisboa [Em linha]. Lisboa: FLUL, [19??]-  
.[Consult. 19 Maio 2010]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.fl.ul.pt/>

CALAFATE, Pedro – Isaac Abravanel [Em linha]. Lisboa: Instituto Camões;  
Ministério dos Negócios Estrangeiros, [2005]- .[Consult. 28 Maio 2010].  
Disponível em WWW:<URL:<http://cvc.instituto-camoes.pt/filosofia/ren8.html>

NEVES, Orlando – Padre António Vieira: escritor, pregador: 1608-1697 [Em  
linha]. Lisboa: Vidas Lusófonas, 1998- .[Consult. 2 Jun. 2010]. Disponível em  
WWW:<URL: [http://www.vidaslusofonas.pt/padre\\_antonio\\_vieira.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/padre_antonio_vieira.htm)

TURISMO Serra da Estrela [Em linha]. Covilhã, [s.n.], [200?]- .[Consult. 2 Jun.  
2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.rt-serradaestrela.pt/>







## OS JUDEUS DE PENAMACOR E A INQUISIÇÃO

PROCESSOS de 1557 a 1778

Laurinda Gil Mendes